GT 16 – Trabalho e formação profissional nos campos da informação e da cultura

Coordenador(a): Prof. Dr. André de Souza Pena (UFMT); Profa. Dra. Gabriela Belmont de Farias (UFCE);

Ementa: Os campos de trabalho informacional e cultural: atores, cenários, competências requeridas. Organização, processos e relações de trabalho em ambientes informacionais e culturais tais como: arquivos, bibliotecas, museus, centros culturais, centros de documentação, outros ambientes congêneres. Sociedade da informação, tecnologia e trabalho. Mercado de trabalho nas profissões da cultura e da informação. Saúde do trabalhador nos campos referidos. Formação profissional nos campos da informação e da cultura: limites, campos disciplinares envolvidos, paradigmas educacionais predominantes, estudos comparados. O trabalho em informação e cultura como campo de pesquisas: abordagens e metodologias.

Apresentação Oral

Alejandro de Campos Pinheiro.
A acessibilidade e a tecnologia assistiva na formação do profissional bibliotecário.

Ana Carolina Fernandes Gonçalves, Cezar Luiz De Mari
Educação patrimonial: entre a preservação e a formação profissional.

André de Souza Pena.
Formação, mercado de trabalho e identidade do bibliotecário em tempos de pandemia

Fernanda Ferreira Boschini, Sueli Soares dos Santos Batista.
Desafios para a rede federal de educação profissional e tecnológica: um estudo a partir da criação e expansão dos Institutos Federais.

Fernanda Maria Melo Alves, Guambe Nhanombe, Martins Fernando
Comunidade dos países de língua portuguesa, informação científica e acesso aberto.

Helena M. T. Crivellari, Fabiana Pereira dos Santos.
Os modelos de gestão pública e a atuação de bibliotecários nas Universidades Federais.

Manuel Valente Mangue, Delfina Lazaro Mateus e Henriqueta Durão Mola-Mola.
Perfil profissional em documentação e informação em Moçambique.

Maria Aparecida Rodrigues de Souza.
A atuação do bibliotecário em Centro de Recursos em aprendizagens e em investigação e a formação.

Apresentação Oral

A ACESSIBILIDADE E A TECNOLOGIA ASSISTIVA NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO

doi: 10.47930/1980-685X.2022.1601

PINHEIRO, Alejandro de Campos - alejandrocampos29@gmail.com
Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Educação
Avenida Purdue, s/nº - Campus Universitário
36570.900 – Viçosa – MG – BR

Resumo: *As pessoas com deficiência precisam ser incluídas em diversos setores da sociedade, inclusive em ambientes como o da biblioteca universitária, de forma que ele se torne um usuário em potencial e que possa usufruir de todos os produtos e serviços sem abdicar de sua autonomia e independência. Entende-se a importância de que, estudantes do curso de Biblioteconomia tenham em sua matriz curricular, disciplinas que abordam aspectos sobre a acessibilidade e a Tecnologia Assistiva para que se tornem profissionais sensibilizados e conscientes para o desenvolvimento de produtos e serviços que incluam a pessoa com deficiência na biblioteca universitária. Dessa forma, este artigo tem como objetivo identificar se há a presença de ofertas de disciplinas, nos cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil, que abordam algum aspecto relacionado a acessibilidade ou Tecnologia Assistiva para a formação profissional do bibliotecário. Recorreu-se a revisão de literatura nas bases de dados científicas sobre os estudos direcionados a formação profissional do bibliotecário em relação a acessibilidade e a Tecnologia Assistiva. Como resultados foram identificados que a discussão sobre a acessibilidade e a Tecnologia Assistiva no ensino superior ainda se encontra em um estágio incipiente. O conhecimento do estudante de graduação em Biblioteconomia sobre a acessibilidade, a Tecnologia Assistiva e a Língua Brasileira de Sinais, proporciona uma visão mais inclusiva para o desenvolvimento de ferramentas, dispositivos e metodologias para a inclusão do usuário com deficiência, como sujeito partícipe dos produtos e serviços oferecidos pela biblioteca universitária.*

Palavras-chave: *Acessibilidade. Tecnologia Assistiva. Formação do bibliotecário. Biblioteca inclusiva.*

1 INTRODUÇÃO

A busca e o uso da informação na sociedade atual é uma prática que ocorre a todo instante, seja por meio do acesso ao site de notícias, redes sociais, livros físicos ou eletrônicos, periódicos entre outras fontes informacionais. Entretanto, a maioria das informações

veiculadas nos canais formais de informação, ainda não se encontram disponíveis para atender as pessoas com deficiência, pois não possuem os recursos de acessibilidade adequados para a realização dessa mediação.

A acessibilidade torna-se elemento fundamental para que indivíduos com deficiência tenham oportunidades iguais para o seu desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional. Nesse caso, a ruptura de barreiras físicas, atitudinais e informacionais são necessárias de modo a propiciar condições para a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. Porém, para que isso ocorra, o conceito da acessibilidade precisa ser desenvolvido desde o ensino fundamental, para que as crianças sejam devidamente orientadas e ensinadas de que a pessoa com deficiência é um cidadão com direitos e que necessitam de adaptações do ambiente, recursos de Tecnologia Assistiva (TA), para que possam realizar as suas atividades cotidianas.

Em busca de uma maior participação e inclusão na sociedade, o lema “nada sobre nós sem nós”, adotado pelas pessoas com deficiência também precisa ser incorporado em diversos setores, o que inclui ambientes como da biblioteca universitária, de forma que ele se torne um usuário em potencial e que possa usufruir de todos os produtos e serviços sem abdicar de sua autonomia e independência. Nesse sentido, entende-se a importância de que estudantes do curso de Biblioteconomia tenham em sua matriz curricular, disciplinas que abordam aspectos sobre a acessibilidade e a TA para que se tornem profissionais sensibilizados e conscientes para o desenvolvimento de produtos e serviços que incluam a pessoa com deficiência na biblioteca universitária.

A biblioteca universitária com o seu papel de auxiliar as ações de ensino, pesquisa e extensão realizado nas universidades e que tem o bibliotecário como profissional responsável em desenvolver as atividades técnicas e gerenciais deve se atentar na inclusão da pessoa com deficiência como usuário dos produtos e serviços que a biblioteca possa oferecer. Nesse sentido, o conhecimento sobre a acessibilidade e TA pelo bibliotecário pode colaborar para que a sua mediação com a pessoa com deficiência seja mais adequada e inclusiva, evitando situações de preconceito, discriminação e julgamentos estereotipados.

Entender as necessidades informacionais da pessoa com deficiência é respeitá-lo e tratá-lo com dignidade e cidadania. Nesse aspecto, promover ações educacionais relacionadas a acessibilidade são alternativas para que essas práticas sejam incorporadas no cotidiano. O ensino sobre a acessibilidade nos cursos de graduação podem colaborar para que os alunos se

tornem profissionais mais preparados com uma visão inclusiva, que incorporem em suas práticas diárias, ações que permitam a inclusão da pessoa com deficiência como um usuário real e em potencial.

Os cursos de graduação em Biblioteconomia que venham a oferecer alguma disciplina que envolva a acessibilidade ou TA estarão formando profissionais mais conscientes e colaborando para uma construção de uma sociedade inclusiva, ao incluir o público com deficiência na realização de produtos, serviços, organização do *lay out* da biblioteca, entre outros.

Diante do exposto este artigo tem como objetivo identificar nos cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil, se há a presença de ofertas de disciplinas que abordam algum aspecto relacionado a acessibilidade ou TA para a formação profissional do bibliotecário. Este estudo também recorreu a revisão de literatura nas bases de dados científicas sobre os estudos direcionados a formação profissional do bibliotecário em relação a acessibilidade e a TA.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa, segundo os seus objetivos, é considerada descritiva, pois possui o propósito de conhecer as características da população e relacioná-las com o ambiente estudado, neste caso, identificar nos cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil, a presença de ofertas de disciplinas que abordam algum aspecto relacionado a acessibilidade ou TA para a formação profissional do bibliotecário. As consultas foram realizadas por meio do acesso aos sites das instituições de ensino superior, que ofertam os cursos de Biblioteconomia no Brasil, tanto no formato presencial quanto na modalidade de ensino a distância (EaD) na parte de documentos denominados matrizes curriculares, currículos ou grades curriculares. A abordagem é qualitativa, pois necessita de análise dos fenômenos para que haja uma interpretação consistente das respostas obtidas.

Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa se caracteriza como bibliográfica e documental, uma vez que busca colocar o pesquisador em contato direto com todo conhecimento registrado sobre determinado assunto, inclusive conteúdo de artigos de periódicos, documentos institucionais e sites disponíveis na internet para o desenvolvimento teórico (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Foi realizado um levantamento das produções científicas nas bases de dados para localizar na literatura especializada, publicações sobre a acessibilidade, TA na formação do profissional

bibliotecário. As bases de dados em que foram realizadas a pesquisa foram: Bases de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI); *Scientific Library Eletronic Online* (SCIELO) e Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto (OASISBR) por serem fontes de grande relevância e cobertura nacional.

A pesquisa procedeu uma análise na BRAPCI, SCIELO e OASISBR no período de 2002 a 2022 e os critérios utilizados foram: termos de busca (utilizou -se os termos formação, bibliotecário e acessibilidade), idioma (português), tipo de publicação (artigo e artigo de conferência).

Na BRAPCI utilizando os termos de busca formação AND bibliotecário AND acessibilidade foram recuperados 11 documentos. Com a estratégia de busca formação AND bibliotecário AND “tecnologia assistiva” foi recuperado um documento, o mesmo com os termos utilizados na busca anterior. Após a leitura dos resumos foram excluídos três documentos, pois eram repetidos e um documento que não se referia a temática proposta para esse estudo. Foram selecionados sete artigos que estavam adequados para o desenvolvimento desse estudo.

Na SCIELO utilizando a estratégia de busca formação AND bibliotecário AND acessibilidade foi recuperado um documento e com ao utilizar a expressão de busca formação AND bibliotecário AND “tecnologia assistiva” nenhum documento foi recuperado.

Na OASISBR utilizando a mesma estratégia de busca da BRAPCI e SCIELO obteve o resultado de 13 documentos. Após a leitura dos resumos, constatou-se que os artigos eram os mesmos recuperados na BRAPCI e SCIELO, então, nenhum documento da OASISBR foi selecionado para o presente estudo.

3 RESULTADOS DA REVISÃO DE LITERATURA

As próximas seções abordam temas relacionados a formação do bibliotecário para a construção de uma biblioteca universitária inclusiva.

3.1 A acessibilidade

De acordo com a NBR 9050/2020 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e a lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência – LBI) entendem que a acessibilidade é

> possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem

> como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2020, p. 2).

A acessibilidade é composta por sete dimensões que se encontram relacionadas entre si e são elas: arquitetônica, comunicacional, metodológica, programática, instrumental, atitudinal e natural (SASSAKI, 2006). A acessibilidade informacional depende da mediação de instrumentos, ferramentas, metodologias, dispositivos, ou seja, de recursos da TA que possibilitem a pessoa com deficiência o acesso à informação, independentemente do suporte em que se encontra registrada.

Com a finalidade em garantir a acessibilidade em todos os espaços, alguns requisitos básicos precisam ser incorporados para que o ambiente se torne o mais inclusivo possível. Especificamente, no caso de unidades de informação, centros de leitura e bibliotecas, a NBR 9050/2020 (sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, na seção 10.16) regulamenta a disposição do mobiliário, o tamanho e a quantidade ideal para atender as necessidades das pessoas com deficiência.

Ainda, de acordo com a NBR 9050/2020 (2020, p. 136), “as bibliotecas devem garantir recursos audiovisuais, publicações em texto digital acessível e serviço de apoio, conforme definido em legislação específica”, o que pode ser corroborado pelo artigo 68 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência exposto a seguir:

> O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação.
> § 1º Nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas, o poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofertem sua produção também em formatos acessíveis.
> § 2º Consideram-se formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille.
> § 3º O poder público deve estimular e apoiar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras (BRASIL, 2015, *online*).

Com o intuito em contribuir com a democratização ao acesso à informação para as pessoas com deficiência no ambiente das bibliotecas, outro documento que se encontra em consulta é o decreto da minuta do Tratado de Marraqueche, que visa facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso.

Compreende-se que, a presença de diversas legislações nacionais e internacionais buscam assegurar os direitos das pessoas com deficiência, o que inclui os aspectos da acessibilidade, como forma de viabilizar a presença e a ocupação desse público em diversos ambientes. A ruptura das barreiras ainda existentes, nas formas arquitetônicas, atitudinais ou informacionais precisam tornar-se um hábito de todos os membros da sociedade. Nesse sentido, a inclusão de disciplinas que envolvam a acessibilidade e a TA nos cursos de ensino superior, como no de Biblioteconomia, podem instigar e mobilizar os futuros profissionais a desempenharem ações a fim de democratizar e equiparar o acesso à informação na tentativa de tornar a sociedade mais inclusiva.

3.2 *Tecnologia Assistiva*

Em 1988 foi criado o termo Tecnologia Assistiva (TA) com o objetivo em atender a uma regulamentação legal dos direitos dos cidadãos com deficiência nos Estados Unidos. Com esta definição passa a ser assegurado às pessoas com deficiência, o benefício de serviços especializados, o acesso a todos os tipos de recursos de que necessitam que venham proporcionar uma melhor qualidade de vida com autonomia e independência e que sejam incluídas na sociedade (BERSH, 2005).

Segundo a legislação norte-americana, a TA é compreendida como sinônimo de recursos e serviços. Para a ADA - *American With Desabilities Act*, recursos se referem a "todo e qualquer item, equipamento ou parte dele, produto ou sistema fabricado em série ou sob medida, utilizado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais das pessoas com deficiência". Serviços são "aqueles que auxiliam diretamente uma pessoa com deficiência a selecionar, comprar ou usar os recursos acima definidos" (BERSCH, 2005).

Cook e Hussey (1995), baseados nos critérios da ADA, conceituam a TA como "uma ampla gama de equipamentos, serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas para minorar os problemas funcionais encontrados pelos indivíduos com deficiência" Considerando essa perspectiva, compreende-se que a TA extrapola a questão de instrumentos, equipamentos ou ferramentas e abrange também no seu conceito, os processos, estratégias e metodologias a eles relacionado (BERSH, 2005) e que vai ao encontro da definição realizada pelo Comitê de Ajudas Técnicas - CAT

> Uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2007, *online*).

Conforme o artigo 28 da Lei Brasileira de Inclusão para a Pessoa com Deficiência (13.146/2015) é de responsabilidade do poder público "garantir condições de aprendizagem por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade; a disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de TA" (BRASIL, 2015, *online*). Nesse sentido, a TA não é vista como um elemento opcional e sim como um direito básico das pessoas com deficiência executarem as suas atividades cotidianas e em condições de equidade.

O papel da TA é servir de mediação, e em ambientes como o das bibliotecas universitárias é proporcionar condições de acesso à informação às pessoas que possuem algum tipo de deficiência. Nessas circunstâncias, percebe-se que a TA está cada vez mais próxima do cotidiano da população e presentes em vários lugares como alternativas para difundir, fomentar e incluir cada vez mais a pessoa com deficiência nos aspectos de acessibilidade física e informacional.

3.3 A formação do bibliotecário

Entende-se que, após o término da graduação, o profissional bibliotecário esteja apto a assumir qualquer espaço em que a informação seja o seu objeto de trabalho. Entretanto, a maior parcela dos bibliotecários ainda são absorvidos para trabalharem em bibliotecas, independente da tipologia, seja escolar, especializada ou universitária (SANTOS; MESQUITA; NEVES; BASTOS, 2016). Nesse sentido, o bibliotecário precisa estar preparado para realizar as suas atividades técnicas (indexação, classificação, catalogação), gerenciais, desenvolvimento de projetos de ação cultural, disseminação da informação entre outros.

Além das demandas supracitadas, que são exigidas para ocupar o cargo de bibliotecário, o papel de responsabilidade social é relevante de modo a atender as necessidades informacionais do seu público com ou sem deficiência. Conforme os dados da Sinopse Estatística do Ensino Superior do Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira – INEP (2020), mais de 50 mil estudantes que apresentam algum tipo de deficiência ingressaram no ensino superior. Dessa forma, compreende-se que o ingresso das pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior impacta os tradicionais produtos e serviços oferecidos pelas bibliotecas universitárias, que precisam ser adaptados. Nesse sentido, o bibliotecário precisa desenvolver habilidades e competências, caso não as possua, a fim de que possa satisfazer a demanda informacional da pessoa com deficiência.

Com o objetivo em preparar o estudante do curso de graduação em Biblioteconomia para atender o público com deficiência que vem cada vez mais ocupando o espaço no ensino superior e contribuir para a construção de uma sociedade inclusiva, o ensino de disciplinas que abordam aspectos de acessibilidade, TA, inclusão social, Libras são formas de contribuírem para que esses futuros profissionais possam criar produtos ou oferecer serviços que incluam as pessoas com deficiência.

Paula e Carvalho (2009) propõe em sua pesquisa, uma disciplina que ajude na formação do bibliotecário no atendimento da pessoa com deficiência em bibliotecas universitárias. Os autores se basearam na portaria nº 1.793 do Ministério da Educação - MEC (BRASIL, 1994), que recomenda, aos cursos superiores que formam profissionais que atuam com pessoas com deficiência, a inclusão, na matriz curricular, da disciplina Aspectos Ético-Político-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais. Entende-se que, essa inserção no curso de Biblioteconomia seria essencial para que os profissionais da área se tornassem mais aptos para oferecer um atendimento inclusivo e de qualidade para as pessoas com deficiência.

> [...]Os bibliotecários, após a formação e como futuros disseminadores da informação, bem como representantes da informação e tudo aquilo que ela aborda, precisam buscar por métodos e meios que propiciem o benefício e melhoria do perfil e melhor desenvolvimento de nossas habilidades como profissionais. Isso deve partir não apenas de imposições curriculares já formatadas, mas de um diálogo aberto entre aqueles que buscam ajudar o utente, como também de uma vivência maior daquilo que é nossa realidade, cultura e sociedade atual (COSTA; PAJEU, 2021, p. 15).

Costa e Pajeu (2021) abordam em seu trabalho, uma reflexão sobre o estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e salientam a sua importância para o papel do bibliotecário, para a comunicação e trato com o usuário surdo que apresente essa necessidade, disseminando a informação em seu âmbito coletivo e social com o objetivo de despertar a necessidade do ensino e prática de uso dessa ferramenta de comunicação. A pesquisa traz, ainda, algumas discussões sobre formação, perfil e competências profissionais do bibliotecário e sua relação com a Libras.

> A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é o meio de comunicação que vem sendo utilizado pelos surdos e atualmente foi legalizada como língua oficial primeiramente sob a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, sendo então regulamentada e oficialmente imputada sua inclusão como disciplina curricular obrigatória e eletiva, no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (COSTA; PAJEU, 2001, p. 5).

Costa e Duarte (2017) discutem em seu artigo uma reflexão sobre a formação formal e continuada do bibliotecário para a interação com usuários com deficiência visando à inclusão e acessibilidade nos ambientes das bibliotecas universitárias. Salientam os desafios

vivenciados pelos usuários com deficiência para a utilização dos serviços da biblioteca universitária, como também a ausência de capacitação do bibliotecário em atender o público com deficiência. Destacam a necessidade de que o bibliotecário busque por meio da educação continuada formas de suprir essa lacuna relacionada a inclusão social da pessoa com deficiência e a acessibilidade.

> Pessoas com deficiência não podem nem devem ser excluídas desse processo, pois podem ser grandes beneficiárias das inovações proporcionadas pelos meios de comunicação, e não nos compete, nem é lícito escolhermos quais seres humanos iremos receber ou atender em nosso ambiente de trabalho (PUPO, 2008, p. 18).

Tabosa e Pereira (2013), em sua pesquisa, buscaram verificar se os bibliotecários do Estado do Ceará conhecem, utilizam e dominam algumas das tecnologias assistivas eletrônicas que facilitam o atendimento e o acesso de usuários com deficiência visual à informação e se estão capacitados para atuarem com esses usuários. Os autores constataram que, os bibliotecários cearenses, de modo geral, não se sentem qualificados para atuar com tais necessidades especiais, considerando que essa lacuna, em sua formação profissional, nasce na vida universitária, que não os capacita a atuar com todos os diferentes tipos de usuários.

> [...] O bibliotecário não deve apenas se limitar a essa disseminação no meio científico, mas também ser flexível em relação às transformações sociais, tecnológicas e no mundo do trabalho, onde percebemos que a quantidade de pessoas que buscam se informar cresce e varia em seu teor (COSTA; PAJEU, 2021, p. 10).

O desenho universal prevê que, a construção de uma sociedade inclusiva perpassa pelo planejamento de espaços arquitetônicos que possibilite que todos os tipos de pessoas com diferentes características antropométricas e sensoriais possam usufruí-lo com autonomia e independência (FORTALECIMENTO de bibliotecas inclusivas e acessíveis, 2015). Essa mudança de comportamento seria mais compreensiva e disseminada com a inserção de disciplinas que abordassem aspectos de acessibilidade e TA, nos currículos dos cursos de graduação em Biblioteconomia.

Silva, Costa e Crivellari (2014) discutem sobre a formação continuada do bibliotecário diante da presença de alunos com deficiência no ensino superior. Os autores destacam o déficit de disciplinas relacionada a acessibilidade e inclusão nos cursos de graduação em Biblioteconomia do estado de Minas Gerais.

O contato do graduando em Biblioteconomia com as disciplinas relacionadas a acessibilidade e TA poderiam proporcionar experiências que o levariam a reflexões sobre a importância do seu papel social no desenvolvimento de ações que incluíssem as pessoas com deficiência

como usuários reais da biblioteca universitária. “É oportuno ressaltar que a formação do bibliotecário se reflete em sua postura diante das transformações sociais ou tecnológicas que se apresentam no seu desempenho profissional. Por isso, considera-se que a acessibilidade deve aparecer na sua formação” (SOUZA; CARVALHO, 2009, p. 77).

Com a finalidade em identificar a presença de disciplinas que oferecem alguma abordagem relacionada a acessibilidade ou TA, um quadro foi elaborado com o nome das instituições de ensino superior que ofertam o curso de graduação em Biblioteconomia, se o curso possuía alguma disciplina referente a acessibilidade ou TA e se sua modalidade era presencial, semi-presencial ou ensino a distância (EaD).

Quadro 1 – Presença de disciplina(s) que aborda(m) aspectos da acessibilidade ou Tecnologia Assistiva nos cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil

Instituição	**Modalidade**	**Disciplina que aborda sobre acessibilidade ou Tecnologia Assistiva**
Fundação Universitária do Rio Grande - FURG	EaD	Sim. Libras
Fundação Universitário do Rio Grande - FURG	Presencial	Sim. Libras
Universidade Federal de Alagoas - UFAL	Presencial	Sim. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)
Universidade Federal do Amazonas - UFAM	Presencial	Não
Universidade Federal da Bahia - UFBA	Presencial	Matriz curricular indisponível
Universidade Federal do Ceará - UFC	Presencial	Sim. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)
Universidade de Brasília - UnB	Presencial	Sim. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	Presencial	Sim. Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	Semi- presencial	Não.
Universidade Federal de Goiás - UFG	Presencial	Não.
Universidade Federal do Maranhão - UFMA	Presencial	Não.
Universidade Federal de Rondonópolis - UFR	Presencial	Sim. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Presencial	Sim. Fundamentos de Libras
Centro Universitário de Formiga - UNIFOR	Presencial	Sim. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)
Universidade Salgado de	EaD	Não. Temas transversais e

Oliveira - UNIVERSO		Atualidade (Acessibilidade e Inclusão Social – Proteção dos direitos da pessoa com deficiência)
Centro Universitário Claretiano	EaD	Sim. Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais
Universidade Federal do Pará - UFPA	Presencial	Não.
Universidade Federal do Pará - UFPA	EaD	Sim. Libras
Universidade Federal da Paraíba	Presencial	Sim. Libras
Universidade Estadual de Londrina - UEL	Presencial	Não.
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Presencial	Sim. Introdução a Libras. Informação e Sociedade (na ementa aborda sobre inclusão social).
Universidade Estadual do Piauí - UESPI	Presencial	Matriz curricular indisponível
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	Presencial	Sim. Língua Brasileira de Sinais
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	Presencial - Licenciatura	Sim. Língua Brasileira de Sinais
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	EaD	Matriz curricular indisponível
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Presencial	Sim. Introdução ao Estudo da Língua Brasileira de Sinais
Universidade Federal Fluminense - UFF	Presencial	Sim. Libras I
Universidade Federal Fluminense - UFF	EaD	Sim. Libras I
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	Presencial	Sim. Libras I. Presença da disciplina Informação e Sociedade, que segundo a ementa aborda aspectos de desigualdade e exclusão digital. (mais que se aproxima da acessibilidade)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Presencial	Sim. Informação e acessibilidade em bibliotecas Língua Brasileira de Sinais Libras 2 Leitura, Biblioteconomia e Inclusão social

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	EaD	Libras
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC	Presencial	Matriz curricular indisponível
Universidade Federal de Santa Catarina	Presencial	Acessibilidade e Inclusão Digital
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESP	Presencial	Não
Universidade de São Paulo - USP	Presencial	Não
Centro Universitário Assunção - UNIFAI	Presencial	Libras
Faculdades Integradas Teresa D'Avila - FATEA	Site indisponível	Site indisponível
Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC Campinas	Presencial	Não
Universidade Estadual Paulista - UNESP	Presencial	Não
Universidade Federal de São Carlos	Presencial	Não
Universidade Federal de Sergipe	Presencial	Sim. Braille aplicado a práticas bibliotecárias. Libras
Universidade Federal de Sergipe	EaD	Matriz curricular indisponível
Centro Universitário de Jaguariúna	EaD	Matriz curricular indisponível
Centro Universitário UniFatecie	EaD	Não

Fonte: O autor, 2022.

Segundo a coleta de dados realizadas nas matrizes curriculares, nas versões recentes, disponíveis nos sites dos cursos de Graduação em Biblioteconomia, 32 são ofertados na modalidade presencial, 10 na modalidade EaD e um curso é ofertado na modalidade semipresencial, o que demonstra a diversidade de possibilidades de formato de ensino no curso e sua presença em todas as regiões geográficas brasileiras. Entretanto, o ensinamento de disciplinas destinadas a inclusão da pessoa com deficiência, especificamente, sobre a acessibilidade e a TA se encontra bem incipiente, pois apenas quatro instituições oferecem essa disciplina nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Biblioteconomia.

Ainda que a oferta da disciplina de Libras deva fazer parte da matriz curricular dos cursos de ensino superior, o que inclui a Biblioteconomia, segundo o Decreto nº 5.626, de 22 de

dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), a consulta dos dados das matrizes curriculares de 14 instituições não consta a oferta dessa disciplina. Isso demonstra que essas instituições ainda não se adequaram ao decreto e prejudica na formação do bibliotecário para a inclusão do atendimento ao usuário surdo.

Destaca-se na presença das matrizes curriculares dos cursos de graduação em Biblioteconomia da UFS, UFRN e UNIVERSO a presença de disciplina que aborda sobre a acessibilidade e na UFSC que é sobre a acessibilidade e a tecnologia assistiva. Isso demonstra uma preocupação dessas instituições em incorporar o ensinamento e disseminação desses conceitos de forma a contribuir com que o estudante tenha noções no momento de sua atuação, para que ele possa realizar as práticas da inclusão da pessoa com deficiência em espaços, como das bibliotecas universitárias.

A UFPE e a UFRN ofertam a disciplina de Informação e Sociedade, que segundo a ementa, abordam aspectos referentes a inclusão social. Ainda que não esteja explícito a abordagem sobre a acessibilidade nessa disciplina, mostra que essas instituições estão atentas na formação do profissional bibliotecário em incluir outros grupos sociais vulneráveis, que também são cidadãos com direito ao acesso à informação.

Ressalta-se que a UFRGS oferta quatro disciplinas relacionadas a inclusão: Libras I e II; informação e acessibilidade em bibliotecas; leitura, biblioteconomia e inclusão social, o que mostra a importância do curso de graduação para a formação de um profissional com um papel de consciência social, que procura incluir todo o tipo de pessoa com deficiência na biblioteca.

A construção de uma sociedade inclusiva perpassa pela conscientização, sensibilização e orientação àqueles estudantes de Biblioteconomia que serão futuros profissionais bibliotecários e ocuparão cargos técnicos e de gestão em que deverão promover produtos, serviços, além de realizar atendimento ao público para satisfazer as suas necessidades informacionais, promover a mediação e disseminação da informação, e que deva incluir como usuário, as pessoas com deficiência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo identificar por meio do acesso aos sites dos cursos de graduação em Biblioteconomia, se nas matrizes curriculares haveriam a presença de disciplinas que abordavam aspectos relacionados a acessibilidade e a TA. Uma revisão de

literatura nas bases de dados científicas, também foi realizada com a finalidade em verificar os estudos direcionados a formação profissional do bibliotecário em relação a acessibilidade e a TA.

Entende-se, por meio da literatura científica, a relevância em se implantar disciplinas relacionadas a acessibilidade nos cursos de graduação em Biblioteconomia, de forma a fomentar uma discussão sobre a inclusão da pessoa com deficiência, como usuário da biblioteca, e neste estudo em específico, na biblioteca universitária. O conhecimento do estudante sobre a acessibilidade, que se encontra também relacionada com a TA e a Libras, proporciona uma visão mais crítica para o desenvolvimento de ferramentas, dispositivos, metodologias para a inclusão do usuário com deficiência, como sujeito partícipe dos produtos e serviços oferecidos pela biblioteca universitária.

A consulta as matrizes curriculares dos 44 cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil mostraram que a discussão sobre a acessibilidade e a TA no ensino superior ainda se encontra em um estágio incipiente e que deveria ser mais disseminado. A Libras já se encontra em um patamar, mais avançado, em virtude da legislação que a torna como disciplina obrigatória e/ou eletiva para os cursos de graduação. A comunicação é um elemento essencial para o desenvolvimento das atividades do bibliotecário e o seu conhecimento em Libras o torna qualificado em compreender as necessidades informacionais iniciais do usuário surdo.

Para que uma sociedade seja de fato para todos, ela precisa da conscientização, sensibilização e qualificação de todos os profissionais que a compõem, o que inclui o profissional bibliotecário. Ainda que, a maioria dos cursos de graduação em Biblioteconomia não contemplem o ensino referente a acessibilidade e a TA, a busca pela educação continuada, a realização de cursos de capacitação, conhecer o perfil do usuário com deficiência e suas necessidades informacionais são elementos fundamentais para que o bibliotecário se torne cada vez mais preparado em atender adequadamente o seu público e contribuir com a sua inclusão social.

REFERÊNCIAS

BERSCH, R. 2005. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Disponível em: http:// www.cedionline.com.br/artigo_ta.html. Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. Ata VII. **Comitê de Ajudas Técnicas**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR). 2007. Disponível em:

https://www.assistiva.com.br/Ata_VII_Reuni%C3%A3o_do_Comite_de_Ajudas_T%C3%A9cnicas.pdf. Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n° 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 1.793 de 27/12/1994: recomendação: formação de recursos humanos em educação especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria1793.pdf. Acesso em: 13 abr. 2022.

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSUNÇÃO. Biblioteconomia. Disponível em: https://www.unifai.edu.br/cursos/graduacao/biblioteconomia-bacharelado#matriz-curricular. Acesso em: 7 abr. 2022.

CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO. Biblioteconomia. Disponível em: https://claretiano.edu.br/graduacao/biblioteconomia. Acesso em: 27 mar. 2022.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA. Biblioteconomia. Disponível em: https://www.uniformg.edu.br/wp-content/uploads/2021/05/matriz_biblioteconomia.pdf. Acesso em: 27 mar. 2022.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JAGUARIÚNA. Disponível em: https://grupounieduk.com.br/graduacao/biblioteconomia/. Acesso em: 8 abr. 2022.

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFATECIE. Biblioteconomia. Disponível em: https://unifatecie.edu.br/site/curso/biblioteconomia/#1602530169049-ed5e0d5e-59c480fb-3964. Acesso em: 8 abr. 2022.

COOK e HUSSEY, 1995. Assistive Technologies: Principles and Practice, Mosby. USA-Missouri: Year Book.

COSTA, M. K. A.; DUARTE, A. B. S. A (in)acessibilidade nas bibliotecas universitárias: a interação entre o bibliotecário de referência e o usuário com deficiência. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n. 2, p. 161-178, 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2184. Acesso em: 29 mar. 2022.

COSTA, J. D. A importância do ensino de libras para a formação do bibliotecário. **Revista Bibliomar**, v. 17, n. 1, p. 45-58, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/126386. Acesso em: 29 mar. 2022.

COSTA, J. D.; PAJEU, H. M. A importância do ensino da língua brasileira de sinais para a formação do bibliotecário. **Bibliocanto**, v. 7, n. 1, p. 1-18, 2021. Acesso em: 29 mar. 2022.

CURSOS DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL. Disponível em: https://biblioteconomia.fic.ufg.br/n/39559-cursos-de-graduacao-em-biblioteconomia-no-brasil. Acesso em: 27 mar. 2022.

FORTALECIMENTO de bibliotecas acessíveis e inclusivas: manual orientador.São Paulo: Mais Diferenças, 2016. 143 p.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO. Disponível em: https://www.fespsp.org.br/graduacao/cursos/biblioteconomia-e-ciencia-da-informacao. Acesso em: 28 mar. 2022.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE. Biblioteconomia. Disponível em: https://sistemas.furg.br/sistemas/paginaFURG/publico/bin/cursos/tela_qsl_visual.php?cd_curso=180*883. Acesso em: 28 mar. 2023.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Biblioteconomia Ead. Disponível em: https://sistemas.furg.br/sistemas/paginaFURG/publico/bin/cursos/tela_qsl_visual.php?cd_curso=039*759. Acesso em: 27 mar. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sinopse Estatística da Educação Superior 2020.Brasília: Inep, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao. Acesso em: 13 abr. 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PAULA, S. N.; CARVALHO, J. O. F. Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia. **Ciência da Informação**, v. 38, n. 3, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/7Mmj3wsxXgQz6z4DfBSxWDB/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 29 mar. 2022.

PONTÍFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA. Diretoria da faculdade. Disponível em: https://www.puc-campinas.edu.br/graduacao/biblioteconomia/. Acesso em: 7 abr. 2022.

PUPO, D. T. Acessibilidade e Inclusão: o que isso tem a ver com os bibliotecários?. *In:*_____. **Acessibilidade:** discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas, SP: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2008, p. 18- 21.

SANTOS, P. R.; MESQUITA, J. M. C.; NEVES, J. T. R.; BASTOS, A. M. Inserção no mercado de trabalho e a empregabilidade dos bacharéis em Biblioteconomia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 14-32, abr./jun. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/DdBKFYr7Bbk64YhJvKzfhTC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13 abr. 2022.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2006. 176 p.

SILVA, R. A.; COSTA, M. A.; CRIVELLARI, H. M. T. A formação do bibliotecário para atuar na sociedade inclusiva. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMAÇAO, 15, 2014, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

TABOSA, H. R.; PEREIRA, V. G. Estudo sobre a qualificação do bibliotecário cearense para o atendimento de usuários com deficiência visual. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, v. 1, n. 2, 2013. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/81149. Acesso em: 13 abr. 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Curso de Biblioteconomia. Disponível em: http://biblioteconomia.fci.unb.br/curso/curriculo. Acesso em: 27 mar. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Biblioteconomia. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/catalogo-cursos/catalogo_2021/organizacao_curricular/biblioteconomia.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Estrutura curricular 2019. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/#!/graduacao/cursos/biblioteconomia/grade-curricular/estrutura-curricular-2019/. Acesso em: 07 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Biblioteconomia. Disponível em: https://ichca.ufal.br/graduacao/biblioteconomia/disciplinas/matriz-curricular. Acesso em: 27 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Faculdade de Comunicação e Informação. Disponível em: https://repositoriofic.ufam.edu.br/handle/prefix/1/simple-search?query=&filter_field_1=type&filter_type_1=equals&filter_value_1=Plano+de+Ensino&sort_by=score&order=desc&rpp=10&etal=0&start=10. Acesso em: 27 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Componente curricular do curso de Biblioteconomia. Disponível em: https://si3.ufc.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf;jsessionid=CCCB0276476927A1EC219A06324A0294.node23. Acesso em: 27 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Currículo de cursos. Disponível em: https://biblioteconomia.ufes.br/sites/biblioteconomia.ufes.br/files/field/anexo/curriculo_curso_bib_2016.pdf. Acesso em: 27 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteconomia. Disponível em: https://sead.ufes.br/cursos/biblioteconomia/. Acesso em: 27 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Matriz curricular. Disponível em: https://app.uff.br/iduff/consultaMatrizCurricular.uff. Acesso em: 28 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Projeto político pedagógico do curso de Biblioteconomia. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/74/o/projeto_pedag%C3%B3gico_Biblio.pdf. Acesso em: 27 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Estrutura curricular. Disponível em: https://sigaa.ufma.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/86077. Acesso em: 27 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteconomia. Disponível em: https://ufmg.br/cursos/graduacao/2375/91511. Acesso em: 27 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Disponível em: https://sigaa.ufpa.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/153145. Acesso em: 27 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Biblioteconomia Ead. Disponível em: https://sigaa.ufpa.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf. Acesso em: 27 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Estrutura curricular. Disponível em: https://sigaa.ufpb.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/966. Acesso em: 28 mar. 2022.

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO. Matriz curricular. Disponível em: http://www.unirio.br/cchs/eb/arquivos/Matriz%20Curricular_Bacharelado.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022.

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO. Matriz curricular. Disponível em: http://www.unirio.br/cchs/eb/arquivos/Apendice-C-Matriz-Curricular-2010-1.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS. Disponível em: https://ufr.edu.br/portal/wp-content/uploads/2020/01/PPC_Biblioteconomia.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: https://siga.ufrj.br/sira/temas/zire/frameConsultas.jsp?mainPage=/repositorio-curriculo/E4BF91B2-92A4-F713-00FD-C0153E641DC7.html. Acesso em: 28 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Estrutura curricular. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf. Acesso em: 28 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteconomia. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=304. Acesso em: 28 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteconomia Ensino a Distância. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=1803. Acesso em: 28 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Disponível em: https://biblioteconomia.paginas.ufsc.br/files/2017/07/CURRICULO_BIBLIOTECONOMIA_NOTURNO_20161.pdf1_.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Disponível em: https://www.prograd.ufscar.br/cursos/cursos-oferecidos-1/biblioteconomia-e-ciencia-da-informacao/biblioteconomia-e-ciencia-da-informacao. Acesso em: 7 abr. 2022.

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA. Biblioteconomia. Disponível em: https://universo.edu.br/wp-content/uploads/2021/07/209AN-Grade_Biblioteconomia.pdf. Acesso em: 27 mar. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Estrutura curricular. Disponível em: https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/614. Acesso em: 8 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Biblioteconomia em Ead. Disponível em: https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=43232076&lc=pt_BR. Acesso em: 8 abr. 2022.

UNOCHAPECÓ. Biblioteconomia Ead. Disponível em: https://www.unochapeco.edu.br/biblioteconomia. Acesso em: 8 abr. 2022.

ACCESSIBILITY AND ASSISTIVE TECHNOLOGY IN THE TRAINING OF THE LIBRARIAN PROFESSIONAL

Abstract: *People with disabilities need to be included in different sectors of society, including environments such as the university library, so that they become potential users and can enjoy all products and services without giving up their autonomy and independence. It is understood the importance that Librarianship students have in their curriculum, subjects that address aspects of accessibility and Assistive Technology so that they become sensitized and aware professionals for the development of products and services that include the person with disability in the university library. In this way, this article aims to identify whether there are courses offered in undergraduate courses in Librarianship in Brazil that address any aspect related to accessibility or Assistive Technology for the professional training of librarians. A literature review was carried out in scientific databases on studies aimed at the professional training of librarians in relation to accessibility and Assistive Technology. As a result, it was identified that the discussion about accessibility and Assistive Technology in higher education is still at an incipient stage. The knowledge of the undergraduate student in Librarianship about accessibility, Assistive Technology and Brazilian Sign Language, provides a more inclusive vision for the development of tools, devices and methodologies for the inclusion of the disabled user, as a participant in the products and services offered by the university library.*

Keywords*: Acessibility. Assistive Technology. Librarian training. Inclusive library.*

Apresentação Oral

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ENTRE A PRESERVAÇÃO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

doi: 10.47930/1980-685X.2022.1602

GONÇALVES, Ana Carolina Fernandes - anacgoncalves@ufv.br
Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Educação
Avenida Purdue, s/nº
Campus Universitário
36570.900 – Viçosa – MG – BR

DE MARI, Cezar Luiz - cezar.demari@ufv.br
Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Educação
Avenida Purdue, s/nº
Campus Universitário
36570.900 – Viçosa – MG – BR

Resumo: *A compreensão sobre a diversidade cultural e sua importância para o empoderamento político-econômico das comunidades tradicionais ampliou os limites da iniciativa de salvaguarda do patrimônio cultural, deslizando da materialidade à imaterialidade. Em consonância com esse desdobramento, a educação patrimonial fomentada pelas políticas de preservação como uma estratégia de conscientização e envolvimento, precisa também ser ressignificada. Com esse intuito, o presente trabalho pretende apresentar uma interpretação da educação patrimonial como formação e qualificação profissional, à luz da Convenção Internacional sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial celebrada pela UNESCO.*

Palavras-chave: *Patrimônio Imaterial; Educação Patrimonial; Tecnologia Patrimonial. Educação profissional; Indústria Criativa.*

1. INTRODUÇÃO

A preservação do patrimônio cultural, a princípio tomada como uma iniciativa com fim em si mesma, tem sido cada vez mais pensada e justificada a partir da perspectiva da sustentabilidade de comunidades locais por meio de atividades econômicas ligadas, principalmente, ao turismo. Essa guinada pode ser observada a partir da década 1970, tanto no discurso de entidades supranacionais, como a UNESCO, quanto nacionais, como o IPHAN, responsáveis pela salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial. Uma vez ligadas às práticas produtivas

e circulação de bens e serviços, as técnicas de proteção e conservação tornam-se objeto de normatização e burocratização do trabalho comum às sociedades ocidentais modernas.

Um dos principais responsáveis por introduzir a política cultural como parte do projeto de desenvolvimento econômico regional, o pernambucano Aloísio Magalhães (1927-1982), criador do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e posteriormente presidente do IPHAN, à época dividido em Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, (DPHAN) e Fundação Pró-Memória, preocupava-se com a relação problemática entre artesanato e mercado apontando que tal atividade produtiva possui uma dinâmica própria que não cabe nas diretrizes do trabalho moderno industrializado. "Sua dinâmica obedece a leis próprias que se não forem respeitadas interrompem o seu desenvolvimento natural", enfatizou o designer. (MAGALHÃES, 1985, p. 55).

A complexa relação entre cultura, trabalho e educação é interpretada na perspectiva de Gramsci (1891-1937), cuja obra é referência mundial nos estudos de cultura e política, tal como esclarece Schlesener (2017), como um processo histórico que emerge da apropriação dos saberes tradicionais populares ou técnico-científicos pelo sistema produtivo, transformando-o em uma nova forma de reprodução elevada à linguagem na esfera política para construção de consensos e uma nova cultura. A luta hegemônica dentro desse processo ocorre no campo discursivo e consiste em quebrar os consensos passivos construídos pelos grupos dirigente e revelar, assim, a relação dinâmica entre material e cultural.

O sociólogo húngaro Mézáros (1930-2017) argumentou, sempre a partir de uma crítica ao capitalismo, em favor de um projeto educacional que rompa com a lógica de internalização que adapta as forças produtivas e intelectuais ao mercado e apresente-se como uma contraproposta fundamentada no princípio gramsciano de educação integral, a escola unitária planejada para promover a "sustentabilidade", entendida por ele como 'autogestão' e 'autoeducação' como única forma de "controle consciente do processo de reprodução metabólica social por parte de produtores livremente associados". (MÉZÁROS, 2008, p. 72, destaques no original).

Com o intuito de esclarecer essa relação dinâmica entre trabalho, cultura e educação no campo discursivo da preservação patrimonial, o presente artigo apresentará uma possível interpretação da educação patrimonial como uma formação para o trabalho dentro de uma proposta de desenvolvimento integral de comunidades tradicionais. O presente texto, portanto, é o resultado da análise qualitativa documental das principais legislações sobre educação nacional, por meio

dos quais o princípio educativo do trabalho é explorado como uma condição política, econômica e cultural para o exercício da cidadania. E como tal princípio pode incorporar o sentido antropológico do trabalho artesanal, presente na Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de 2003 da UNESCO, permitindo assim a interpretação da educação patrimonial, para além de uma estratégia de preservação destes saberes, como uma qualificação profissional para sustentar a produção local e regional.

2. O PRINCÍPIO EDUCATIVO DO TRABALHO: A EXPERIÊNCIA

No artigo a *Escola do Trabalho* escrito em 1916, Gramsci chamava atenção para a subestimação do trabalho e a subalternização da cultura do trabalho como um interesse exclusivo das massas proletárias, para a qual a escola profissional e sua formação para a indústria, comércio e agricultura estava voltada. Enquanto uma outra escola, voltada para as artes liberais e formação de médicos, advogados, administradores e licenciados, priorizava a cultura ilustrada atendendo as ambições pequeno-burguesas. (GRAMSCI, 2010).

Esse tema é melhor explorado por ele no caderno 12, cuja redação foi feita por volta de 1932, no qual Gramsci (2001) apresenta sua ideia de escola unitária. Partindo da diferenciação do projeto tecnicista e utilitarista da educação, de um outro, histórico-crítico, no qual o princípio educativo do trabalho é interpretado como uma disposição teórica e prática do ensino, ele contribui para desfazer o lugar comum da crítica apolítica sobre a educação voltada para o trabalho.

Para Gramsci, a falha não estaria na relação entre educação e trabalho, mas na redução desta relação à instrução, cuja participação passiva dos alunos levaria “o certo a se tornar verdadeiro", permitindo o controle cultural por meio dos aparelhos hegemônicos. O que deveria ocorrer, em sua visão, era uma educação com a participação ativa dos educandos, com contato direto entre conhecimento teórico e as artes práticas vivenciado como uma experiência. Nesse sentido, as escolas profissionais seriam uma proposta politicamente interessante, se tivessem uma perspectiva crítica, ao contrário da abordagem desinteressada e reprodutora das desigualdades sociais encontradas por ele na formação técnica proposta pela reforma educacional na formação técnica proposta pela reforma educacional de Gentili em 1922-1923, mas que também pode ser encontrada em reformas atuais, como o Novo Ensino Médio de 2017 no Brasil.

Mais profunda e interna é a sua observação de que a aprendizagem acontece no choque cultural entre folclore, o conhecimento prévio de mundo que o aluno adquire no contato social com a

família e comunidade, e a concepção científica, social e moral da cultura cientifica. Se este conflito for conduzido pelo princípio educativo ativo do trabalho, a educação pode ser transformadora e criar condições para que as classes subalternas se organizem para resistir ou responder às forças hegemônicas. Para isso, no entanto, é necessário pensar a filosofia da práxis como o anteparo metodológico da prática pedagógica (MAYO, 2017).

3. O TRABALHO NOS DOCUMENTOS NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO

Na educação brasileira que desponta no século XXI, a formação profissional é uma miríade de possibilidades, pelo menos no horizonte aberto das políticas de papel. Segundo o art. 4º da Resolução CNE/CP Nº 1, de 2021, a educação profissional e técnica brasileira é organizada em qualificação profissional, Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação. Os cursos de qualificação profissional são ofertados como cursos livres explorados, sobretudo, por plataformas digitais EAD e nas escolas de ensino médio público a partir da reforma de 2017. A Formação Técnica de Nível Médio é ofertada por Institutos Federais e por instituições privadas mantidas pelas associações da indústria e comércio, o Sistema S, por meio do PRONATEC, programa governamental de formação profissional, cujas propostas “visam apenas à formação para o mercado de trabalho e a inculcação da empregabilidade”, na análise crítica feita por Oliveira e De Mari (2018). Além disso, há também os cursos superiores em sistemas públicos e privados que formam tecnólogos, nas mais variadas áreas do mercado de trabalho. Tais possibilidades são iniciativas que pretendem garantir o direito à formação para o trabalho, visto como essencial para autonomia e sustentabilidade individual e coletiva.

Esse direito fundamental para dignidade humana encontra-se assegurado na Constituição Federal de 1988, subjetivado pela fórmula de “qualificação para o trabalho” cuja responsabilidade é compartilhada pelo Estado e Família no artigo art. 205, e está incluso em pelo menos três das metas do atual Plano Nacional de Educação (2014-2024) para as políticas de educação pública.

Reafirmando o direito assegurado na Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 introduziu uma seção própria para o ensino profissional. É incluído no art. 40 da LDB, pela Lei nº 11.741/2008, a definição de vários níveis para educação profissional: qualificação profissional, técnico médio e superior, cuja oferta é autorizada para diferentes inciativas e espaços educativos como instituições privadas, filantrópicas ou não,

como o Sistema S e estágios. Mantém-se assim, a colaboração do próprio setor empregador para formação da mão de obra, em colaboração com setor público.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) de 2012, o trabalho é elevado, no art.5, a princípio educativo, ao lado da pesquisa como princípio pedagógico. Neste mesmo artigo, encontra-se finalmente uma definição mais objetiva de trabalho: "§ 1º O trabalho é conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência" (BRASIL, 2012). Ao lado dessa definição, encontram-se as definições de tecnologia e cultura, para tornar mais claro o eixo norteador do ensino médio, o qual deve contemplar a tecnologia como "a transformação da ciência em força produtiva" considerando as "relações sociais que a levaram a ser produzida" (art. 5, §3, BRASIL, 2012) e a cultura como um "processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade" (art. 5.§4 , BRASIL, 2012). Além de agente educativo, o mercado de trabalho é também uma diretriz para o planejamento da educação, uma vez que é dele a demanda de serviço.

Desse modo, em 2017, ao lado da formação técnica de nível médio e superior, ofertada por institutos federais e pela iniciativa privada, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prescreve uma "qualificação profissional", entendida como o desenvolvimento da empregabilidade do jovem, por meio do protagonismo juvenil e projeto de vida como formação profissional de caráter geral de habilidades relacionadas à pesquisa, mediação, intervenção e ao empreendedorismo, previstas nos itinerários formativos, a parte flexível do currículo do ensino médio, e do domínio das tecnologias digitais, nas práticas conduzidas pedagogicamente na base comum nacional do currículo (BRASIL, 2015).

É possível observar nessa empoeirada proposta, o projeto já ultrapassado de educação da UNESCO, descrito no relatório "Educação um tesouro a ser descoberto", que prevê uma formação mais flexível e superficial, que permite ao trabalhador uma constante adequação às exigências do mercado de trabalho por meio da formação continuada. Utilizando a metáfora do próprio relatório, o ensino médio é projetado para ser uma plataforma de embarque do jovem para o mercado de trabalho, ofertando uma capacitação mínima de tecnologia, comunicação e língua estrangeira, à qual ele pode retornar toda vez que precisar se adequar ao mercado de trabalho, por meio de novos cursos profissionalizantes, em processo contínuo. O relatório projetava nesse modelo a formação do cidadão ideal para comunidades internacionais como a

União Europeia, ou mesmo o Mercosul, nas quais há um intenso fluxo de bens, serviços e pessoas (UNESCO, 1998).

Contudo, essa não é a realidade de muitas comunidades tradicionais mais isoladas, que sobrevivem com formas de produção diferentes daqueles dos centros urbanos industrializados, cujo setor de serviço gera tanta mobilidade. Esta é a realidade de populações ribeirinhas, grupos indígenas, produtores rurais, aldeias de pescadores e trabalhadores de pequenas cidades, cujas economias não produzem tantos postos de trabalho. Essa condição, no entanto, não implica necessariamente, que tais cidadãos não necessitem de uma educação que articule cultura, tecnologia e comunicação, mas que tais articulações precisariam estar contextualizadas às suas práticas e saberes.

4. O TRABALHO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de 2003, celebrada na 32ª Conferência Geral da UNESCO, reconhece no seu art. 2º como patrimônio cultural imaterial

> as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural. (UNESCO, 2003)

Manifestos, ainda segundo o mesmo artigo da convenção citada, pelas expressões das tradições e expressões orais, a língua, artes do espetáculo, práticas sociais, rituais e atos festivos, conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo e técnicas artesanais tradicionais, cujas metodologias para salvaguarda em nível internacional são as iniciativas de cooperação técnica internacional e a manutenção de um Fundo Internacional para a proteção dos bens culturais inclusos na Lista de Patrimônios Culturais Imateriais Mundiais. Já em nível nacional, as metodologias são descritas nos artigos 12º, 13º e 14º, respectivamente, como inventário, projetos de desenvolvimento sustentável e educação formal e não formal. Essa educação voltada para salvaguarda patrimonial tem como fins previstos a conscientização geral, a formação profissional e a pesquisa científica. (UNESCO, 2003).

Dentro desse contexto, as propostas educativas previstas na Convenção do Patrimônio Imaterial de 2003 são pensadas como uma educação patrimonial voltada para a população em geral e público escolar em particular, com o intuito de conscientizar e valorizar tais tradições, cuja normatização no Brasil deu-se em 2016, com a portaria nº 137 do IPHAN, responsável pela execução dessas práticas pedagógicas, juntamente com órgãos vinculados ou colaboradores

como as secretarias estaduais do IPHAN, Museus, Casas de Patrimônio e secretarias municipais de cultura.

No art. 2º dessa portaria, a definição de Educação Patrimonial é entendida como processos educativos dialógicos e coletivos nos quais o patrimônio cultural é "apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação" (IPHAN, 2016). Com esse propósito os agentes formadores atuam diretamente na comunidade, incentivando a comunidade a se apropriar de suas referências culturais, favorecendo o diálogo e integrando essas atividades ao cotidiano, por meio de práticas pedagógicas como trilhas, passeios guiados, cartilhas, programas em meios de comunicação de massa, disciplinas e projetos escolares.

Além disso, há a educação patrimonial profissionalizante de nível técnico, ofertada como uma formação profissional para agentes culturais que trabalham em órgãos responsáveis pela salvaguarda dos patrimônios locais, regionais e nacionais e, portanto, pelos registros dos bens culturais imateriais, ofertada pelo Centro Lúcio Costa e superintendências regionais. Também há uma formação profissional de nível superior, como complementação da formação acadêmica ofertada, sobretudo, nas modalidades de especialização e mestrado profissional, pelo próprio IPHAN, Universidades Federais e instituições privadas, voltada para pesquisas de bens e processos patrimoniais que contribuem criticamente para a constante reflexão do trabalho prático e teórico envolvido nas políticas de salvaguarda.

Em todas as modalidades a educação patrimonial segue como diretrizes a conscientização sobre o valor do patrimônio, seja por meio do estudo dos bens culturais ou pela prática de inventariar tais bens, ou ainda como conhecimento técnico para protegê-lo. Isto é, a educação patrimonial é pensada dentro dos limites de salvaguarda, como um encorajamento das comunidades para usufruir de seus bens culturais como uma mercadoria ou serviços, cujo valor simbólico é determinado pela memória e identidade subjacente a ele.

Como os arquitetos brasileiros Name e Zambuzzi (2019) observaram, a colonialidade como expressão de uma condição histórica, que atravessa o tempo e o marcos legais, se infiltra na prática de proteção dos bens culturais. O patrimônio material - constituído de bens culturais geralmente pertencentes às culturas colonizadoras, como igrejas, monumentos históricos e objetos de arte - é protegido por meio do tombamento para o qual possui punição prevista em lei contra a destruição intencional e roubo, enquanto o patrimônio imaterial - que contempla em

grande parte as crenças, saberes e línguas dos povos tradicionais colonizados - é protegido por meio de registro para o qual não há mecanismo de regulamentação para protegê-lo da exploração comercial.

Isso ocorre, porque, a exploração de patrimônios culturais imateriais como expressões da diversidade cultural, normatizada pela UNESCO com a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular de 1989, pode ser operacionalizada como uma espécie de *copyright* de uma comunidade sobre o bem cultural, permitindo movimentar a economia de municípios com produtos e serviços locais exclusivos, oferecidos seja no mercado local aos turistas, ou produtos exportados para outras regiões ou mesmo países, como o queijo de Minas Gerais, o bolo de rolo de Pernambuco, o acarajé da Bahia, a cajuína do Piauí. Problemas surgem quando os saberes associados à produção de tais bens, são incorporados por indústrias que se apropriam do rótulo cultural para agregar valor sem, no entanto, respeitar o complexo sistema cultural que existe na produção, protegido pela Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005, celebrada pela UNESCO.

Com o intuito de garantir as ações pactuadas e impedir a apropriação indevida do patrimônio imaterial de uma comunidade por terceiros, o IPHAN elaborou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), que viabiliza o processo de registro do patrimônio imaterial, por meio de um plano que envolve a identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção, com a participação direta da comunidade. No entanto, como aponta em recente artigo Costa (2020), embora esse instrumento seja fundamental na luta para proteção do patrimônio imaterial coletivo, ele ainda não é capaz de proteger das apropriações indevidas para fins comerciais, exigindo a interlocução com outras instâncias legais como o INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), outras autarquias e órgãos ambientais.

Mesmo assim, como observa Costa (2020) o registro do patrimônio imaterial coletivo é uma iniciativa de emancipação para a comunidade, pois por meio dele é possível reivindicar outros direitos econômicos, culturais e sociais, como por exemplo, o ensino da língua materna indígena, demarcação de terra, direito de professar sua religião. O registro também cria condições para a elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável das comunidades, baseados em indústrias criativas, cujo sistema de produção mantém o saber-fazer tradicional. Nesses projetos, a educação patrimonial segue outros rumos.

5. TECNOLOGIA PATRIMONIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Os saberes e técnicas tradicionais registrados como patrimônio cultural imaterial dizem respeito às formas de produção artesanais diretamente ligadas ao corpo, à cultura e ao território das comunidades tradicionais. Magalhães (1985) se referia a esse patrimônio como Tecnologia Patrimonial, uma tecnologia doméstica diretamente ligada à sobrevivência. Em uma de suas conferências, Aloísio explicou a proposta do Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, criado na década de 1980, em Orleans, Santa Catarina, e tombado como patrimônio cultural em 2019. O projeto original apresentado por ele era a criação de uma "espécie de Disneylândia" com os antigos mecanismos de madeira para a produção de alimentos pelas comunidades de imigrantes. Nesse espaço, tais maquinários não apenas ficariam expostos à visitação, mas seriam usados e gerenciados pela própria comunidade,

> numa tentativa de mostrar que aquele procedimento existe, que ele preenche a sua função, que ele atende perfeitamente, adequadamente, às necessidades da comunidade, que ele não precisa ser substituído, que ele é mais barato que outras formas de energia. (MAGALHÃES, 1985, p. 227).

Esse projeto difere da proposta de museus como Museu de Artes e Ofícios de Belo Horizonte, o galpão de tecnologia patrimonial do Museu Nacional de Imigração e Colonização em Joinville, ou os acervos do Museu do Inconfidente de Ouro Preto, nos quais o trabalho está representado por meio de mecanismos e ferramentas inertes em exposição como peças obsoletas como uma espécie de folclore do trabalho. No museu ao ar livre, o trabalho está simulado no movimento das peças, na dinâmica da produção em tempo real do alimento manufaturado por meio de antigas engrenagens e na gestão coletiva destes bens.

Na mesma direção, porém por meios acadêmicos, Silva (2018) na sua pesquisa sobre o ofício das paneleiras de Goiabeiras do Espírito Santo, primeiro patrimônio imaterial registrado no Brasil, ainda em 2002, verificou que neste trabalho com tecnologias patrimoniais não há passividade frente ao mundo, nele se estabelece uma relação orgânica entre meio ambiente e o sujeito que participa do processo produtivo de corpo e alma, uma vez que a força produtiva se encontra em suas mãos, braços e pernas e o projeto, a técnica e sabedoria em sua memória.

Na lista de patrimônios culturais imateriais brasileiros, encontramos 14 patrimônios culturais referentes aos saberes técnicos e tecnologias patrimoniais[1]. Dentro desse universo, os Sistemas

[1] Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (2002); Modo de Fazer Viola-de-Cocho (2005); Ofício das Baianas de Acarajé (2005); Feira de Caruaru (2006); Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre/ Alto Paranaíba (2008); Ofício dos Mestres de Capoeira (2008); Modo de Fazer Renda Irlandesa, tendo como referência este ofício em Divina Pastora/SE (2009); Ofício de Sineiro (2009);

Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM) ganham destaque por seu registro de patrimônio, que transcende os limites da UNESCO, sendo seu reconhecimento feito pela FAO, por serem formas de produção agrícolas complexas que articulam em um eixo de sustentabilidade, a cultura, o meio ambiente e a economia, responsáveis pela segurança alimentar de comunidades rurais, conservação do meio ambiente e formas de vida tradicionais. No Brasil, o Sistema Agrícola Tradicional de Apanhadoras de Sempre-vivas foi registrado como patrimônio da agricultura mundial em 2020.

Da perspectiva da tecnologia patrimonial, pensada não como uma forma de produção antiga e ultrapassada a ser conhecida em museus, mas como uma prática própria cujo conhecimento técnico peculiar exige formação específica, fundamental para a manutenção da sustentabilidade da comunidade, a educação patrimonial ganha novos contornos pensada como uma "pedagogia artesã", desenvolvida na práxis pelos mestres-artesãos, como revelou a antropóloga Alvares (2019) em seus estudos sobre a pedagogia dos ceramistas de Maragogipinho/BA.

Essa educação patrimonial se torna qualificação profissional de jovens, não apenas para atuar no mercado turístico como guias ou comerciantes, mas como produtores dentro de uma cadeia econômica própria. Como a formação de jovens artesãos pela Cooperativa Dedo de Gente[2], que se unem em "fabriquetas" solidárias em vários municípios da região centro-norte de Minas Gerais. O impacto dessa formação atinge diretamente a economia local com a criação das chamadas "indústrias criativas".

Essa visão econômica do patrimônio cultural imaterial surgiu na UNESCO, sobretudo, a partir do relatório "*Our creative diversity*" de 1995, tornando-se um dos setores de iniciativa da UNESCO para promoção da paz por meio do desenvolvimento sustentável e diversificado. Ao investigar sobre os riscos experimentados por um grupo de artesãos cearenses, em suas "carreiras criativas", a pesquisa dos administradores Duarte e Silva (2013) revelou a complexidade dessa economia tradicional, baseada em tecnologia patrimonial, na qual aparecem simultaneamente como riscos, problemas típicos de empreendimento como falta de

Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (2010); Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá (2012); Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína no Piauí (2014); Modos de Fazer Cuias do Baixo Amazonas (2015); Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas (2018); Sistema Agrícola Tradicional de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira (2018).

[2] A apresentação do projeto encontra-se disponível no sítio do projeto: http://site.dedodegente.com.br/

capital, incerteza de demanda, como também questões de ordem pessoal e ambiental como problemas de saúde, problemas familiares e chuva.

Na formação profissional de nível técnico e profissional, a educação patrimonial vai para além das técnicas de conservação e preservação, tão valorizadas na salvaguarda do patrimônio material, ou mesmo sobre inventários e registros de patrimônios imateriais, para se tornar pesquisa e extensão de tecnologias sustentáveis como fazem as universidades indígenas, como a UIRN – Universidade Indígena do Rio Negro ou Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas da UFMG. Nessa formação, é possível ver o trabalho de ensino e pesquisa universitária para o reconhecimento das tecnologias patrimoniais como o Trabalho de Conclusão de Curso de Nascimento (2018) sobre armadilhas tradicionais pataxós, no qual a autora enfatiza o caráter histórico da pesquisa, pois são armadilhas consideradas "antigas pelos pataxós", e sua finalidade pedagógica, uma vez que será levada para sua prática docente nas escolas pataxós.

A pesquisa acadêmica também pode se desdobrar em propostas de intervenção para solução de problemas sem prejuízo cultural das práticas tradicionais, como a proposta de uma nova armadilha de pesca dos pesquisadores de Sousa, Laurentino e Corso (2020), ou ainda o projeto de ciências da estudante secundarista Ana Julia Monteiro, que ficou entre os finalistas do Global Student Prize 2021, cuja proposta surgiu da ideia de reaproveitar os rejeitos da pesca de sururu[3]. Entre muitos outros exemplos que já existem.

Há, portanto, dois caminhos distintos da educação patrimonial. Um trilhado pelos agentes das instituições protetoras da memória local, regional, nacional e mundial, que conduzem a formação para o trabalho de salvaguarda, em uma escala que vai desde a conscientização sobre o valor do patrimônio cultural até técnicas e tecnologias para proteção e conservação. E um outro caminho trilhado pelas próprias comunidades que, hoje participam do processo de identificação, registro e proteção dos bens culturais, por meio da continuidade das práticas e saberes através da transmissão intergeracional. Consequentemente, inferimos que seja possível falar em uma educação patrimonial sobre a memória e a identidade, na qual vigora um discurso

[3] CAMARGO, Suzane. Jovem de Maceió está entre dez finalistas do Global Student Prize, premiação que reconhece estudantes excepcionais com impacto sobre colegas e sociedade. Conexão Planeta, 15 out. 2021. Disponível em https://conexaoplaneta.com.br/blog/jovem-de-maceio-esta-entre-dez-finalistas-do-global-student-prize-premiacao-que-reconhece-estudantes-excepcionais-com-impacto-sobre-colegas-e-sociedade/. Acesso em 03 dez. 2021.

sobre a proteção, e uma outra educação patrimonial que é o próprio exercício de memória e identidade, no qual sobressai o discurso de sobrevivência da comunidade.

6. CONCLUSÃO

Considerando, portanto, o lugar que o trabalho ocupa no sistema nacional de educação como princípio educativo e seu caráter prático de experiência conduzida por métodos pedagógicos de pesquisa e reflexão crítica e, aliado a ele, a concepção de tecnologia patrimonial como práticas alternativas para solução de problemas da ordem do dia, como uso sustentável dos recursos naturais e humanos, o presente trabalho procurou defender a ampliação da interpretação da educação patrimonial. Foi proposta a reflexão dessa modalidade de educação, para além da conscientização do passado e afirmação da identidade, explorados pelo turismo, sugerindo que pudesse abarcar também a formação técnica e tecnológica de trabalhadores para impulsionar, por meio de suas "carreiras criativas", a economia sustentável das comunidades, as chamadas "indústrias criativas", baseadas em seus próprios sistemas de produção.

Essa ampliação permitiria pensar a educação patrimonial dentro de uma proposta de educação integral, na qual a Escola, pensada como uma Escola Unitária, poderia transcender a visão de trabalho subordinado aos sistemas de mercado globais, cujos sistemas de produção desvinculam teoria, ação, práxis, pensamento crítico; cultura, economia e política. Para isso, no entanto, a tecnologia patrimonial precisaria estar inclusa em um plano de preservação que não se restringisse ao objetivo de integrá-la ao circuito de bens e serviços da cadeia de mercadorias já existentes, por meio da valorização e conscientização do seu valor de expressão cultural da identidade, mas que garantisse que a tecnologia patrimonial fosse manejada pelas comunidades tradicionais como um modo de produção próprio com uma qualificação profissional específica, para movimentar uma economia sustentável, e protegida do ímpeto de exploração da indústria tradicional.

REFERÊNCIAS

ALVARES, Sonia Carbonell. A pedagogia artesã como práxis educativa em culturas populares tradicionais. **Educação e Pesquisa**[online], São Paulo, v. 45, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945186330. Acesso em 03 dez. 2021.

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez.1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 30 de janeiro de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 31 jan. 2012.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, DF 06 jan 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documento/BNCC-APRESENTACAO.pdf . Acesso em: 03 dez. 2021.

COSTA, Rodrigo Vieira. Os Efeitos Jurídico-Sociais do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. **Revista Culturas Jurídicas**, Vol. 7, Núm. 18, p. 326-360, set./dez., 2020.

DELORS, Jacques (org.). **Educação um Tesouro a Descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília/São Paulo: UNESCO/Cortez, 1998.

DUARTE, Márcia de Freitas; SILVA, André Luis. A experimentação do risco na carreira criativa: o caso de mestres da cultura do artesanato cearense. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, Campo Largo, v. 12, n. 2, p. 22-38, 2013. Disponível em http://www.spell.org.br/documentos/ver/11058/. Acesso em 03 dez. 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. Escola do Trabalho. *In*: MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010.

IPHAN. **Portaria Nº 137**, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Diário Oficial da União, Brasilia, DF, nº 81, 29 de abr 2016.

NASCIMENTO, Karini Ferreira do. Pesca no Mangue: Armadilhas Tradicionais Pataxó. 2018. Trabalho de conclusão de curso (TCC)(Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas) – FIEI/UFMG. Orientadora: Marina de Lima Tavares. Belo Horizonte, 2018. Disponível em https://www.biblio.fae.ufmg.br/monografias/2018/TCC_Karini-versao_final.pdf. Acesso em 03 dez. 2021.

MAYO, Peter. Educação e Cultura em Gramsci. *In*: ROIO, Marcos del (org.). **Gramsci, Periferia e Subalternidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p.263-290.

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Brasilía: Fundação Nacional Pró-memória, 1985.

MÉZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NAME, Leo; ZAMBUZZI, Mabel. Notas inconclusivas sobre raça, arquitetura e a colonialidade do patrimônio material e imaterial. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 3, n. 1, p. 118-140, 2019. Disponível em https://issuu.com/revistaepistemologiasdosul/docs/2019-1_epistemologias_do_sul_v3-n1-dossi__giro_dec. Acesso em: 03 dez. 2021.

OLIVEIRA, Lilian A. C.; DE MARI, Cezar. L. Políticas de Educação Profissional: Análise do PRONATEC do IF Sudeste MG / Campus Muriaé. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 45–60, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9710. Acesso em: 18 jan. 2022.

SCHLESENER, Anita Helena. Política e Cultura em Gramsci. *In*: ROIO, Marcos del (org.). **Gramsci, Periferia e Subalternidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 243-262.

SILVA, Adimilson Renato da.Tecnologia Patrimonial e o Enraizamento do Saber-Fazer: Interstícios entre Memória Coletiva, Dispositivos Patrimoniais e Ecossistemas. **G&DR,** Taubaté, v. 14, n. 4, p. 134-164, jul/2018 (ed. especial).

SILVA, Monica Ribeiro da. A BNCC da Reforma do Ensino Médio: O Resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista** [online], Marília, v. 34, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-4698214130. Acesso em: 3 dez. 2021.

SOUSA, Rafael Turibio Moraes de; LAURENTINO, Izabela Costa; CORSO, Gilberto. Covo Reciclado: Novo modelo de armadilha de pesca para minimizar os conflitos entre a lontra e os pescadores. **HOLOS**[S.l.], Natal, v. 7, p. 1-14, dez. 2020. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/9353. Acesso em: 1 dez. 2021.

UNESCO. **Recomendação da salvaguarda da cultura tradicional e popular**. 25ª Conferência Geral, 1989. Disponível em: https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/30%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20cultura%20popular%20-%20UNESCO%201989.pdf. Acesso em: 1 dez. 2021.

UNESCO. **Convenção sobre Salvaguarda do Patrimônio Imaterial**. 32ª Conferência Geral da UNESCO. Paris: 2003. Disponível em https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf._Acesso em: 1 dez. 2021.

Heritage Education: between the preservation and the professional formation

Abstract: *Understanding the cultural diversity and its value for the policy and economic empowerment of the traditional communities enlarged the border of the protection of the cultural heritage, sliding from material to immaterial goods. On this old context, the heritage education was projected by preservation policies as a strategic to open the community perception and involvement about yours heritage, but it need rethought according to this development. To that end, this paper intends to show a interpretation of the heritage education as professional training and qualification, considered the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage celebrated by UNESCO.*

Keyworks: *Intangible heritage; Heritage education; Heritage tecnology, professional education, creative industry.*

Apresentação Oral

FORMAÇÃO, MERCADO DE TRABALHO E IDENTIDADE DO BIBLIOTECÁRIO EM TEMPOS DE PANDEMIA

doi: 10.47930/1980-685X.2022.1603

PENA, André de Souza – E-mail: andre.pena@ufr.edu.br
Universidade Federal de Rondonópolis - Instituição de Ciências Humanas e Sociais
Curso de Biblioteconomia
Av. dos Estudantes – Cidade Universitária
78736000 – Rondonópolis – Mato Grosso – Brasil

Resumo: *A ressignificação do papel do bibliotecário considerando a enorme transformação ocasionada pela pandemia se faz necessária. O mundo e, sobretudo, os trabalhadores nos últimos anos já vinham sofrendo com os ataques aos direitos trabalhistas, agravados a partir da última grande crise econômica mundial em 2008 e dos efeitos da pandemia da Covid 19 que espalhou pelo mundo a partir de 2020. Diante desse cenário, o presente estudo apresenta uma interpretação da formação e do mercado de trabalho do bibliotecário diante do avanço das políticas de austeridade que pioraram as condições de trabalho desse profissional e as novas ocupações como documentalistas e particularmente analistas da informação tampouco conseguiram melhorar a inserção da denominada família profissionais da informação. Ao contrário, corre-se o risco com as mudanças curriculares e o enfoque das escolas de formação ocasionar perdas identitárias e de direitos para a categoria, dificultando uma boa inserção das tanto dos homens quanto das mulheres no mercado de trabalho.*

Palavras-chave: *Bibliotecários. Identidade. Mercado de Trabalho. Formação profissional. Pandemia da Covid-19*

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo fornecer pontos de referência sobre a questão da formação, mercado de trabalho e alguns elementos da identidade do bibliotecário numa perspectiva retrospectiva e prospectiva. Os conceitos são tratados à luz das transformações no capitalismo acrescidos dos impactos da crise sanitária.

A repercussão da pandemia se deu também pela compreensão de que a Covid-19 está associada a várias outras doenças pré-existentes e não transmissíveis, sendo caracterizada como uma sindemia (HORTON, 2020). Isso significa que combater a Covid-19 pressupõe

também o combate à hipertensão, obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares e respiratórias crônicas e câncer. A implicação desse fato para as ciências sociais e a sociedade como um todo é descrita por Horton (2020), a saber:

> A consequência mais importante de ver a COVID-19 como uma sindemia é sublinhar suas origens sociais. A vulnerabilidade dos cidadãos mais velhos; Comunidades étnicas negras, asiáticas e minoritárias; e trabalhadores-chave que são comumente mal pagos com menos proteções de bem-estar apontam para uma verdade até agora mal reconhecida - a saber, que não importa o quão eficaz seja um tratamento ou vacina protetora, a busca por uma solução puramente biomédica para COVID-19 falhará. (HORTON, 2020, p. 874, tradução nossa).

A questão da desigualdade que ocasiona a pobreza no mundo torna-se ainda mais premente, pois o vírus atinge os mais vulneráveis. Com isso, se mesmo antes da pandemia já havia necessidade de uma pesquisa mais voltada para a dimensão social, com a pandemia a inflexão é ainda mais urgente. Santos (2020b, não paginado) sentencia que findou o tempo dos intelectuais de vanguarda. “Os intelectuais devem aceitar-se como intelectuais de retaguarda, devem estar atentos às necessidades e às aspirações dos cidadãos comuns e saber partir delas para teorizar”.

A pandemia demonstrou a limitação das previsões com modelos teóricos distantes da realidade histórica, bem como o equívoco das sociedades serem direcionadas por estes modelos econômicos. Grande parte dos economistas entendem o sistema de saúde como custo, a consequência foi a limitação dos gastos públicos com saúde e educação. Entretanto, “a saúde é o único setor onde o progresso técnico aumenta os custos, porque temos que dar acesso a esse tratamento inovador a todos, e que há sempre novas doenças para combater” (BOYER, 2020, não paginado). Portanto, é um erro tentar baixar o custo da saúde, mesmo não sendo este o desejo de parte da opinião pública, mas ainda são os preceitos dos economistas[1] que conduzem a política baseada na ortodoxia neoliberal.

Nesse contexto, Boyer (2020), visualiza nessa crise algo totalmente novo, sem precedentes e, portanto, as abordagens anteriores tornaram-se inviáveis. O autor[2] reconhece seu próprio equívoco em compreender a dinâmica em que os empregos precários, de baixa qualificação e pouca produtividade, levariam a uma crise estrutural do modo de produção capitalista. Ou

[1] Um dos indícios dessa forma de atuação é própria formação dos economistas. Segundo Mazzucato (2020) os próprios cursos mudaram a denominação e o enfoque da Economia Política para se tornarem Ciências Econômicas. Nessa direção, vale destacar a concepção de Dulci (2021) ao mencionar que nos cursos de economia predominam professores homens, resultando em uma forte presença da ideologia neoliberal.

[2] Robert Boyer é um dos fundadores da “Escola da Regulação” nos anos 1970, com pesquisas em várias partes do mundo. Portanto, trata-se de um pesquisador experiente com mais de 50 anos dedicados a estudar várias questões relacionadas ao campo da economia contemplando análises das ciências sociais num sentido mais amplo.

seja, segundo o autor foi um erro pensar que o capitalismo está em crise, a pandemia mostrou que saiu mais fortalecido.

Os gigantes da tecnologia, Google, Apple, Facebook, Amazon (GAFA) são empresas que tiveram mais lucro ainda com a pandemia. “Os GAFA não estão preocupados com a produção ou atualização de competências – agem como predadores no mercado de competências, transnacionalmente” (BOYER, 2020, não paginado).

Esta lógica econômica, acentuada pela pandemia, suscitou o Estado como o único capaz de proteger da pobreza e da degradação ampla parcela vulnerável da sociedade. Então, a onipotência digital, transnacional e financeira dos GAFA suscitou os vários capitalismos de Estado, sendo a China a mais completa expressão deste modelo, dispostos a defender suas empresas no interior de suas fronteiras (BOYER, 2020).

Por outro lado, no próprio Estados Unidos a saúde é o setor de maior investimento desde os anos de 1930 e, a partir dos anos de 1990, os setores de saúde, educação e cultura tem gerado mais empregos que a indústria, cujos empregos vem diminuindo (BOYER, 2020). Isso resulta numa expectativa de transformação do modo de consumo e de vida de agora em diante, talvez a pandemia traga uma centralidade para os cuidados em saúde, cultura e educação ao invés do consumo voltado a renovação constante de equipamentos eletrônicos e automóveis, por exemplo. Nesse sentido, a área de biblioteconomia, que tem uma relação direta sobretudo com a dimensão cultural e educacional através das bibliotecas necessita se posicionar diante desse cenário.

Desde o início da pandemia a área de Biblioteconomia produziu vários trabalhos, em geral voltados para compreender quais ações as bibliotecas adotaram para enfrentar o vírus (TANUS; SÁNCHEZ-TARRAGO, 2020), passando pela adoção de protocolos para funcionamento presencial (SANTOS, 2020a; WELLICHAN; ROCHA, 2020) até a aquisição de livros eletrônicos para manter o atendimento remoto (CUNHA, 2020) e incentivo ao uso das redes sociais e outras formas que possibilitem a interação com os usuários (PAULA; SILVA; WOIDA, 2020). Na questão da atuação profissional houve um esforço coletivo, liderado por Spudeit e Souza (2020) no sentido de pensar os espaço dos arquivos, bibliotecas e museus diante da pandemia.

Considerando que ainda há esta lacuna de estudo na área e dado o enorme desafio trazido pela última grande crise do capitalismo em 2008[3], agravada pela pandemia da Covid-19, faz-se necessário uma análise baseada em evidências para ajudar a responder as seguintes questões: Como os modelos de gestão, decorrentes da dinâmica do trabalho no capitalismo afetaram a identidade do bibliotecário sobretudo através das escolas de formação desse profissional? E em que medida tais transformações identitárias tem afetado o mercado de trabalho do bibliotecário particularmente considerando os impactos da pandemia?

2 NOTAS METODOLÓGICAS

Dado a complexidade de contemplar a questão da formação e mercado de trabalho na constituição identitária do bibliotecário, apresenta-se nesta seção alguns desafios e o relato da metodologia utilizada. A principal questão desafiadora foi de ordem teórica, pois o trabalho enfrenta uma discussão sobre a dimensão educativa contemplando em alguma medida o Curso de Biblioteconomia da UFMG, dado sua representatividade em âmbito nacional, porém não se pretendeu uma análise exaustiva de todo o currículo considerando-se, basicamente, uma experiência de ensino na graduação[4], bem como os trabalhos de Boltanski e Chiapello (2009) e Crivellari (2003a; 2003b). Além disso, o estudo de caso de Ortega e Carvalho (2017) da Escola de Ciência da Informação da UFMG foi considerado como fundamento bibliográfico.

O estudo adota ainda proximidade bibliográfica ao trabalho de Pires e Paula (2021) ao discutirem sobre a influência do currículo na estruturação do poder nos cursos de biblioteconomia definidos, em geral, por homens. Porém, o presente trabalho traz um pressuposto distinto de Pires e Paula (2021), ao presumirem que a presença feminina na profissão bibliotecária aumentou o caráter técnico dos cursos reduzindo o prestígio do campo, atribuído a uma possível erudição dos homens nos primórdios da atuação bibliotecária. A hipótese é que a regulação do Estado, bem como como uma relação educativa exitosa, ao

[3] Segundo Paula (20219) a crise de 2008 ainda não foi superada e atravessada pela pandemia trouxe questões novas, demonstrando que a ideologia neoliberal é insuficiente para explicar os dilemas humanos e não resolvem os vários desdobramentos da crise em termos ambientais, fome, desertificão, violência etnorracial etc.

[4] A experiência se deu durante período de estágio pós-doutoral. Atuei como professor convidado da disciplina de Planejamento de Unidades e Sistemas de Informação, ministrada pela professora Helena Maria Tarchi Crivellari, entre os meses de agosto e novembro de 2020, para os alunos do 4º período do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

garantirem uma melhor inserção no mercado de trabalho, assegura prestígio particularmente para os funcionários da burocracia[5].

Uma explicitação metodológica final se faz necessária. A Família Profissionais da Informação na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), na versão 2002, é subdivida em três grandes categorias: os Bibliotecários; Documentalistas e os Analista de informações (pesquisador de informações de rede). A denominação Bibliotecário não é sinônimo do pretensioso nome Cientista da informação (DIAS, 2000), tendo correspondência com a denominação de Biblioteconomista, Bibliógrafo e/ou Documentalista (cabe destacar que o nome do cargo nas instituições de ensino superior é: Bibliotecário-Documentarista). Por outro lado, analista de informações ou pesquisador de informações de rede não tem relação direta com o trabalho em biblioteca, centros de documentação e centros culturais. A metodologia deste estudo, portanto, consiste na possibilidade de analisar, com dados mais recentes, os efeitos da pandemia no emprego através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), permitindo verificar isoladamente os bibliotecários, documentalistas e analistas de informações.

3 DO PLANEJAMENTO ÀS NOVAS FORMAS DE GESTÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: IMPLICAÇÕES PARA A RELAÇÃO EDUCATIVA NA BIBLIOTECONOMIA

A história do planejamento, ao menos no ocidente, está relacionada as tentativas de resolução dos graves problemas de saúde pública, presentes nas grandes cidades do século XIX. No Brasil, no mesmo período, aparece a noção de planejamento regional, utilizado principalmente para combater as secas no Nordeste (CAVALCANTE; CAMPOLINA, 2020). Isso indica que a noção de planejamento é um dos temas centrais para pensar a gestão de questões sanitárias e em um sentindo mais amplo, constituindo conceito e prática para enfrentar os problemas da sociedade de acordo com as suas necessidades prementes, sendo a situação da pandemia a maior expressão atual.

É preciso observar que, antes mesmo da pandemia, o capitalismo já apresentava uma desregulação e, com isso, a noção de planejamento adquiriu nova conotação com impactos diretos na dimensão educacional. Em um amplo estudo do tipo bibliométrico, Boltanski e Chiapello (2009) indicam que a literatura da área de gestão nos anos 1960 apresentava mais

[5] Para Weber (2009) ocupar um cargo em organização burocrática, tal como no Estado ou em grandes empresas, garante uma estima social aos trabalhadores. De modo complementar, é possível notar em Sen (2000) que uma boa inserção no mercado de trabalho auxilia sobremaneira no processo de ampliação das liberdades tanto dos homens quanto das mulheres.

foco na eficácia das políticas públicas e a participação fundamental do Estado, refletindo em uma consonância entre os funcionários das grandes empresas e os funcionários públicos, assim "esperava-se poder fazer de todo engenheiro competente um gerente de projeto, graças a um bom 'sistema de administração' (bom planejamento e bom processo de fixação de metas)" (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 109). Este cenário vale não apenas para o engenheiro, como também para o bibliotecário enquanto um dos representantes da categoria dos funcionários públicos, que tinha no planejamento das atividades das bibliotecas uma de suas principais marcas de atuação.

Já a literatura a partir dos anos 1990, ao contrário, enfoca uma possível fragilização do Estado-providência, apregoa a perspectiva da gestão direcionada para uma visão de curto prazo, com a promessa de maior liberdade e flexibilidade, embora restrita aos altos executivos. Com essa ideologia, a noção de carreira deixa de ser central, cabe ao indivíduo desenvolver sua "empregabilidade", já que sobressai uma lógica voltada para o trabalho por projetos, e cada um deles oferece a possibilidade de conhecer novas pessoas, ser apreciado, e poder participar de outro projeto. "Cada projeto, diferente, novo e inovador por definição, apresenta-se como uma oportunidade de aprender e enriquecer competências que se tornam trunfos na busca de outros contratos" (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 125).

De certo modo, a literatura em Ciência da Informação também absorveu esta nova lógica do capitalismo através da incorporação da gestão da informação e/ou do conhecimento como uma nova técnica de gerência a partir dos 1990. Este movimento de gestão da informação assume uma ideologia através de autores de destaque na área de gestão como Drucker (1994 apud NEHMY; PAIM, 2003), ao apontarem um "novo" modo de vida social em que o conhecimento tornou-se um ativo econômico mais importante que o próprio capital, a terra e até mesmo a força de trabalho, sendo possível notar que:

> Em textos apologéticos sobre a 'gestão do conhecimento' a ideia de uma 'inteligência organizacional' parece prescindir dos trabalhadores, já que a preocupação principal concentra-se na ideia de extração do conhecimento por eles desenvolvido e neles contido. Faz sentido, então, a crescente precariedade dos atuais padrões de relações de trabalho, e não apenas no Brasil, como demonstram diversos estudos (CRIVELLARI, 2003a, p.99).

Mesmo com maior peso dos autores americanos, alguns autores japoneses também tiveram uma expressão importante na defesa da superioridade da gestão do conhecimento. Porém, os estudos não exaltam o aspecto da experiência japonesa ter sido exitosa na medida em que houve maior valorização dos funcionários, principalmente com reajuste salarial por antiguidade, gerando ao final maior produtividade e um "círculo virtuoso", mesmo que com

características distintas do fordismo americano (CORIAT, 1991; 1995 *apud* CRIVELLARI, 2003a). A discussão permanece na área de ciência da Informação, como demonstra o trabalho de Pereira, Barbosa e Duarte (2020) sob influência teórica de autores voltados para a área de gestão do conhecimento no ambiente empresarial[6]. Assim, incorre-se no risco de tais modelos de gestão serem distantes da realidade concreta das bibliotecas e, consequentemente, numa formação desvinculada da identidade do bibliotecário.

O conceito de relação educativa ajuda a elucidar a dinâmica do ensino e suas relações com as instituições e o contexto social. A "relação educativa", teoria desenvolvida no âmbito da Escola Francesa de Regulação (BOYER; CAROLI, 1993 *apud* CRIVELLARI, 2003a), identifica o processo de formação como coletivo, concatenando o Estado, as empresas empregadoras, a escola, sindicatos, conselhos e associações profissionais, assim como os próprios detentores do direito ao diploma (alunos). No âmbito da Biblioteconomia é possível verificar que:

> O caso da escola de Belo Horizonte é paradigmático. A cinqüentenária Escola de Biblioteconomia da UFMG e o seu consolidado curso de mestrado em Administração de Bibliotecas tiveram, na virada do século XXI, seus nomes e ênfase alterados para Ciência da Informação. No país, várias outras escolas seguiram este mesmo movimento (CRIVELLARI, 2003b, p.13).

Além da pós-graduação houve mudança no nome do prédio para Escola de Ciência da Informação (ECI), com isso a graduação também sentiu os efeitos desta transformação. No nível micro da relação educativo na área de biblioteconomia percebe-se que a noção de planejamento se submete ao conceito de gestão da informação presente no nome do curso. De fato, no Projeto Pedagógico de 2008 consta o nome do curso como "Biblioteconomia e Gestão da Informação", com redução de três disciplinas obrigatórias denominadas "Administração de Unidades de Informação" (I, II e III) para duas disciplinas obrigatórias, sendo uma de "Gestão de Unidades de Informação" e a outra de "Planejamento em Unidades e Sistemas de Informação" (UFMG, 2008). Porém, a relação de planejamento com sistemas de Informação remete a dimensão tecnológica, tendo em vista que na própria UFMG há um curso superior nesta área com abordagem centrada nas denominadas ciências exatas, mais distante da dimensão cultural e educacional inerente às bibliotecas.

Outro trabalho, de caráter bibliográfico, fundamentado em estudo de caso da Escola de Ciência da Informação da UFMG (ORTEGA; CARVALHO, 2017) verifica a importância dos

[6] Foi possível observar nas referências bibliográficas vários autores da área de gestão, tais como: Nonaka e Takeuchi (1997); Davenport e Prusak (1998); Ducker (2000).

estudos bibliográficos na ECI até os anos 1970. A partir de 1985 o currículo deixou de utilizar o nome Bibliografia, sendo apenas conteúdo das disciplinas ligadas a Fontes de Informação e uma de Controle Bibliográfico, esta última com o escopo reduzido a partir de 2009. Vieira e Lima (1977, p. 132 *apud* ORTEGA; CARVALHO, 2017) demonstram que o conhecimento particularmente da "Bibliografia Brasileira" possibilitaria um retorno aos primórdios da profissão ao permitir os bibliotecários uma maior aproximação com o conteúdo dos livros e não apenas com a dimensão técnica do seu próprio armazenamento. Nessa direção Ortega e Carvalho (2017; ORTEGA, 2021), percebem que próprio conceito de Ciência da Informação no Brasil é mais impreciso do que Bibliografia, Biblioteconomia e Documentação.

De fato, para os bibliotecários verifica-se uma maior concretude na gestão dos livros (impressos e/ou eletrônicos) enquanto bibliografias e documentação em geral do que exatamente com a ideia genérica de informação, até porque a informação[7] não é suficiente, sendo o conhecimento um complemento necessário (LANKES, 2021) e, de forma mais ampla, a dimensão da cultura. A bibliografia, remete ao conceito de informação registrada, que passa sob o crivo de outros pesquisadores. Com isso, apresenta maior garantia de veracidade e, desse modo, pode auxiliar em tornar as pessoas mais cultas para lidar com o excesso informacional atual, por vezes identificado como "científico".

Diante da catástrofe acentuada pela pandemia e reconhecendo o caráter social da biblioteconomia, a proposição de uma concertação coletiva no sentido de dar voz aos atores envolvidos no processo de formação do bibliotecário parece ser o caminho para que continue a desenvolver de forma mais efetiva seu histórico papel de conduzir o povo no sentido de avançar na cultura e educação. Le Coadic (2021) identifica no momento atual crises de diversas naturezas e sugere, entre outras, ações a seguinte: "no ensino, precisamos de preparar os estudantes para lidar com crises de informação em crises de saúde e crises sociais em geral" (LE COADIC, 2021, p.16, tradução nossa).

4 MERCADO DE TRABALHO DA FAMÍLIA PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO

É possível notar certa influência da pandemia no número de profissionais ocupados no setor formal ligados à cultura e a informação. O número de bibliotecários vinha aumentando mesmo com crescimento não tão significativo entre os anos 2010 e 2015, mas em 2020

[7] Segundo Bondía (2002) o saber provém mais da experiência do que da informação. "A informação não é experiência. E mais, a informação não deixa lugar para a experiência, ela é quase o contrário da experiência, quase uma antiexperiência". (BONDIA, 2002, p. 21).

reduziu, muito em função de possível demissão de profissionais decorrente do fechamento das bibliotecas durante a pandemia. De toda forma, o número de documentalistas se manteve constante. Os profissionais denominados analistas de informações tiveram crescimento significativo durante o período, provavelmente devido as possibilidades do trabalho ligados ao setor de tecnologia.

Tabela 1 – Número de vínculos formais da família Profissionais da Informação

CBO Ocupação 2002	2005	2010	2015	2020
Bibliotecário	9.816	11.025	11.675	10.783
Documentalista	1.500	2.491	4.108	5.102
Analista de informações	2.625	7.592	11.714	14.652
Total	13.476	18.076	18.955	16.454

Fonte: RAIS

Uma das hipóteses levantadas por Pena, Crivellari e Neves (2008) foi do crescimento do número de bibliotecários do sexo masculino em função dos avanços tecnológicos. De certa forma, isso está representado na Tabela 2. Enquanto os bibliotecários é a categoria com presença maciça do sexo feminino (81%) e ainda que em menor proporção, o mesmo se dá para os documentalistas (62%), sendo profissões eminentemente femininas. Entretanto, já para os analistas de informações o percentual se inverte, a maioria destes profissionais é composta pelo sexo masculino (55%).

Tabela 2 – Sexo da família Profissionais da Informação

Sexo	Bibliotecário	Documentalista	Analista de informações
Masculino	2.100	1.946	8.118
Feminino	8.683	3.156	6.534
Total	10.783	5.102	14.652

Fonte: RAIS, 2020

Na crise as mulheres são as mais afetadas, sem embargo em estudo anterior foi possível notar que as desigualdades salariais de gênero dos bibliotecários são menores no setor público do que no setor privado (PENA, 2018). Nota-se na Tabela 3 a presença dos bibliotecários nas melhores faixas de remuneração quando comparado aos documentalistas e mais ainda em relação aos Analistas de Informações, pois cerca de 30% dos bibliotecários percebem entre 7,01 e 15 salários-mínimos, enquanto na faixa de 2,01 a 4 salários-mínimos a maioria é composta de analistas de informações (35%) seguido de 34% dos documentalistas. Isso significa que a faixa com menores remunerações são ocupadas pelos documentalistas e analistas de informações, contrariando a máxima de que a chamada sociedade da informação poderia trazer uma configuração mais positiva para os bibliotecários, em especial com o aumento da presença masculina.

Tabela 3– Faixa de rendimento médio em salários-mínimos da família Profissionais da Informação

CBO Ocupação 2002	Até 2,00	2,01 a 4,00	4,01 a 7,00	7,01 a 15,00	15,01 a 20,00	Mais de 20,00	{ñ class}	Total
Bibliotecário	1.646	2.561	2.565	3.245	381	235	150	10.783
%	15	24	24	30	4	2	1	100
Documentalista	1.152	1.729	1.323	709	71	35	83	5.102
%	23	34	26	14	1	1	2	100
Analista de informações	2.853	5.143	3.707	2.441	158	62	288	14.652
%	19	35	25	17	1	0	2	100

Fonte: RAIS, 2020

Analisando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), versão 2.0 Seção, conforme a Tabela 4 é possível notar a presença da família profissional da informação em todos os setores de atividade econômica. No entanto, em termos percentuais no caso do bibliotecário a representatividade maior se dá na Administração Pública (Item 14 na Tabela 4) com 2.856 (26%) e na Educação com 6.080 vínculos (56% do total, conforme item 15 na Tabela 4). Os dados demonstram que os bibliotecários atuam, majoritariamente, no setor público e especificamente na área de Educação. Já os documentalistas no nível ocupacional apresentam uma dispersão maior, podendo ser encontrados principalmente no ramo das Atividades Administrativas e Serviços Complementares (1.033 ou 20% dos vínculos), que no nível mais desagregado nota-se que representa Atividades de Cobrança e Informações Cadastrais, ramo de atividade de pouca afinidade para com a formação superior oferecida nos Cursos de Biblioteconomia.

A situação dos analistas de informação parece ser mais bem identificada quando comparada aos documentalistas ao se observar os setores de atuação. A grande maioria, 8.338 (57%), está vinculada a Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas (Item 12 na Tabela 4). Contudo, no nível desagregado é possível perceber que se trata de atividades particularmente de consultoria, ou seja, projetos com duração determinadas e menos direitos trabalhistas, além de reduzida capacidade de negociação por falta de representação de classe. Na concepção de Mazzucato (2020) as conquistas trabalhistas, consequência da luta dos sindicatos e movimentos dos trabalhadores, como jornada de oito horas, fim de semana, licenças são inovações sociais tão importantes quanto os antibióticos, o microchip e a internet.

Tabela 4 - Família profissionais da informação nos setores de atividade econômica

CNAE 2.0 Seção	Bibliotecário	Documentalista	Analista de informações
1- Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura	3	11	20
2- Indústrias extrativas	32	45	5
3- Indústrias de transformação	117	817	371
4- Eletricidade e gás	18	26	21
água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	14	16	1
5- Construção	37	311	112
6- Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	48	362	588
7- Transporte, armazenagem e correio	38	220	91
8- Alojamento e alimentação	0	19	10
9- Informação e comunicação	201	414	2.340
10- Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	78	289	834
11- Atividades imobiliárias	6	73	4
12- Atividades profissionais, científicas e técnicas	269	687	8.338
13- Atividades administrativas e serviços complementares	183	1.033	970
14- Administração pública, defesa e seguridade social	2.856	114	214
15- Educação	6.080	263	392
16- Saúde humana e serviços sociais	233	176	119
17- Artes, cultura, esporte e recreação	111	37	24
18- Outras atividades de serviços	457	189	197
19- Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	2	0	1
Total	10.783	5.102	14.652

Fonte: RAIS, 2020

Percebe-se, porém, que a ideologia da lógica neoliberal impulsionada pelas inovações tecnológicas desvaloriza os avanços sociais da legislação do trabalho. Wolff (2020), analisando editais brasileiros de incentivo a criação de *startups*, empresas de base tecnológica, verifica que poucas têm chance de se tornarem negócios de escala e milionários, sonho de boa parte delas. Ao contrário, servem muito mais para agenciar empregos por projetos, que alimentam o processo de terceirização, contribuindo sobremaneira para aumentar a influência das grandes cadeias de valores, tudo isso com o subsídio do Estado.

Ainda sobre a flexibilização do trabalho, Lima (2020) entrevista trabalhadores ligados à produção de softwares na região de Campinas em São Paulo e de Campina Grande na Paraíba e identifica que o discurso do empreendedorismo permanece, mas não para todos. Uma parte

dos trabalhadores, principalmente os mais velhos, se reconhecem na condição de assalariados, sendo os salários mais baixos na região nordeste; o trabalho é realizado por projeto, com alta rotatividade e, assim, potencializa problemas de saúde, e a sonhada flexibilidade se restringe ao horário de trabalho e, para poucos, o *home officce*. Nesse sentido, Oliveira e Crivellari (2013), comparando profissões, verificaram que os analistas de tecnologias da informação têm menos estabilidade e reconhecimento profissional comparativamente aos bibliotecários e contadores em função da regulamentação profissional dos dois últimos.

Já Saldanha (2020, p. 121), em estudo teórico de interpretação histórica da Ciência da Informação, diz que a questão da denominação profissional ou da área não é tão relevante e sinaliza: "quase uma década depois das alterações, os bibliotecários continuam atuando, no plano de Belo Horizonte, respondendo pelas necessidades e práticas de seu tempo na arena informacional, independente do nome que trazem". Não obstante, a atuação dos bibliotecários se dá pelo valor simbólico do reconhecimento social da biblioteca como instituição mantenedora do livro, objeto fundamental do patrimônio cultural. Para além disso, o trabalho dos bibliotecários se garante mais pelas políticas de regulação do Estado associada a intervenção das instituições representativas da classe (Conselhos, Sindicatos e Associações) do que exatamente por uma atuação espontânea em decorrência das demandas do mercado[8]. Ademais, ainda em Belo Horizonte, houve manifestação dos alunos em relação a mudanças do nome do curso e de redução das disciplinas de caráter humanista no currículo, pois não é apenas um nome que está em questão, mas a identidade e a manutenção da profissão:

> [...] chamar o bibliotecário de bibliotecário e o curso de Biblioteconomia pelo seu nome é um posicionamento político e uma forma de abraçar efetivamente a profissão com todo seu potencial de atuação. É valorizar a Biblioteconomia e seus profissionais exatamente por aquilo que são. Mudar o nome do curso para alcançar o mercado, assim como esse movimento de afastamento das questões sociais e políticas é uma forma de diagnosticar que precisamos urgentemente fazer uma autoavaliação a fim de responder à seguinte questão: a quem serve o bibliotecário formado na Universidade Federal de Minas Gerais? (MUSSOLINI, 2019, não paginado).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É urgente a construção de uma noção de desenvolvimento voltada para o aumento da liberdade humana, decorrente da enorme restrição de liberdade engendrada pelo capitalismo desregulado, exacerbado pela pandemia. Nesse sentido, verifica-se através da perspectiva de

[8] Nos termos de Bourdieu (2012, p.149): "É a raridade simbólica do título no espaço dos nomes de profissão que tende a comandar a retribuição da profissão (e não a relação entre a oferta e a procura de uma certa forma de trabalho)".

Durkheim (1990), que a opinião pública precisa ser realmente considerada, caso contrário não acontece transformação. É importante ler as palavras do próprio autor:

> A opinião, coisa social de primeira ordem, é, portanto, fonte de autoridade e podemos até nos perguntar se toda a autoridade não se origina da opinião. Objetar-se-á que a ciência muitas vezes é a antagonista da opinião cujos erros combate e retifica. Mas ela só terá êxito nisso se dispuser de suficiente autoridade e só poderá receber essa autoridade da própria opinião. Se um povo não tem fé na ciência todas as demonstrações científicas não terão influência sobre esses espíritos. Também hoje em dia, se a ciência vem a resistir a uma corrente muito forte da opinião pública, correrá o risco de com isso perder o seu crédito. (DURKHEIM, 1990, p. 262-263).

Desse modo, percebe-se a educação como parte fundamental para a formação da opinião pública no sentido de uma emancipação cultural capaz de enfrentar o obscurantismo vivido no Brasil e em vários países nos últimos tempos. Levando-se em consideração as bibliotecas como integrantes da tríade, educação, cultura e saúde imprescindíveis para o bem-estar geral da população, a averiguação da formação, mercado de trabalho e identidade do bibliotecário, em tempos de pandemia, revela-se fundamental. Ainda de acordo com Durkheim (1990) a ciência, embora seja sempre incompleta e parcial, é a principal forma de inspiração e direcionamento para ação.

O estudo demonstrou que os bibliotecários são profissionais vinculados à dimensão educacional e cultural. Se se pensa apenas na dimensão informacional enquanto prática para incrementar o mercado de trabalho e possibilitar maior influência ou reconhecimento do profissional incorre-se na transformação desses profissionais em algo que eles não são, como por exemplo os analistas da informação “um posto de trabalho usual nos serviços de crédito mas não nas Bibliotecas” (PENA; CRIVELLARI, 2018, p. 4161).

O risco é acrescido com adesão desse modelo pelas escolas de formação dos bibliotecários, que seguem transformando os cursos em Gestão da Informação ou Ciência da Informação, dando ênfase a dimensão informacional e/ou tecnológica, subdimensionando as demais dimensões cultural e educacional que são parte essencial da identidade deste conjunto profissional. As transformações tecnológicas podem e tem sido incorporadas pelos profissionais e, de modo mais comedido, pelas escolas de formação. Mas isso não pode determinar a identidade da área, porque as escolas possuem um tempo distinto de adaptação ao contexto tecnológico e tampouco se restringem a reproduzir acriticamente conhecimentos e tecnologias visando adequação às demandas imediatas do setor produtivo, até porque atualmente como se demonstrou na introdução e nos dados trazidos por este estudo as empresas de tecnologia tem aumentado a precarização do trabalho.

REFERÊNCIAS

BOLTANSKI, L. CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 16.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOYER, R. O capitalismo emerge consideravelmente fortalecido por esta pandemia. **Carta Maior**. Economia política, 2020. Disponível em: https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/Robert-Boyer-O-capitalismo-emerge-consideravelmente-fortalecido-por-esta-pandemia-/7/48900. Acesso em: 13 nov. 2020.

BOYER, R.; CAROLI, E. **Changement de paradigme productif et rapport éducatif**: performances de croissance comparées France-Allemagne. Paris: INRA, Ronéotypé CEPREMAP. 1993.

CAVALCANTE, A.; CAMPOLINA, B. **Desafio e propostas para enfretamento do COVID-19**: território, escala e planejamento. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2020. Nota técnica. Disponível em: https://cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2020/04/NT_CEDEPLAR_9.pdf. Acesso em: 26 abr. 2021.

CORIAT, B. **Pense, à l'envers**: travail e t organisation dans l'entreprise japona ise. Paris: Ed Christian Bourgois, 1991.

CORIAT, B. **Pensar pelo avesso**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

CRIVELLARI, H. M. T. Gestão do conhecimento e codificação de saberes: novas ferramentas para velhas concepções. In: PAIN, Isis (Org.). **A gestão da informação e do conhecimento**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação/UFMG, 2003a.Cap. 09, p. 241-266.

CRIVELLARI, H. M. T. Relação educativa e formação profissional na ciência da informação. *In:* ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da informação, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003b. Disponível em: http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/306. Acesso em: 03 dez. 2020.

CUNHA, M. B. O fechamento das bibliotecas e a urgência do acesso livre aos livros eletrônicos. **Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação,** v. *14*, n. 1, p. 1–7. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/155745. Acesso em: 13 maio 2020.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DIAS, E. W. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 67-80, 2000.

DRUCKER, P. F. **O advento da nova organização**. In: Gestão do conhecimento (Harvard Business Review). Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DULCI, L. B. O bem viver numa perspectiva de integração campo-cidade. *In:* Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão em bibliotecas universitárias: trabalho, identidade e crise, 1. **Anais...** Rondonópolis: UFR, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oH_Ve8Ubn0g&ab_channel=GedifiUnemat. Acesso em: 01 abr. 2022.

DURKHEIM, E. **As formas elementares de vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Paulus, 1990.

LANKES, D. Bibliotecários construindo o novo normal. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-6, mar. 2021. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1573/1248. Acesso em: 13 maio 2021.

LE COADIC, Y. F. Pandémie du Covid-19 et crise d'information. **Informação em Pauta**, v. 6, n. especial, p. 9-23, 29 dez. 2021. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/78014/218005. Acesso em: 05 fev. 2022.

LIMA, J. C. O trabalho digital e seus desafios: conhecimento e condicionantes da flexibilização do trabalho. *In:* TOMASI, A.; ROMAGNOLI, R. C. Diálogos entre trabalho e educação: diálogos contemporâneos. Belo Horizonte: JADesign, 2020.

MAZZUCATO, M. **O valor de tudo**: produção e apropriação na economia global. São Paulo: Portfólio, 2020.

MUSSOLINI, R. **Carta aberta dos discentes do curso de biblioteconomia** (Escola de Ciência da Informação) em relação à proposta de reformulação do currículo. Belo Horizonte, 06 nov. 2019. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1QntPCoLSnkU_nDnlOPcK1osiS7PXC7t_CwBI6LCzwF0/edit?fbclid=IwAR0pv7qaHLk_GIxedv0HhnFK11YuVxUJ8we9yn21eHbFuCkVGRbvBpmqHow. Acesso em: 12 abr. 2021.

NEHMY, R. M. Q.; PAIM, I. Gestão do conhecimento, a "doce barbárie". In: PAIN, Isis (Org.). **A gestão da informação e do conhecimento**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação/UFMG, 2003.Cap. 10, p. 267-306.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa***:* como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

HORTON, R. Offline: COVID-19 is not a pandemic. **The Lancet**, v. 396, n. 10255, p. 874, set. 2020.

OLIVEIRA, J. L. R.; CRIVELLARI, H. M. T. Reconhecimento e Estabilidade Profissional: estudo comparado entre bibliotecários, contadores e analistas de tecnologia da informação. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANCIB, 2013.

ORTEGA, C. D.; CARVALHO, M.C. O papel da Bibliografia na construção do conhecimento em Ciência da Informação: o caso da Escola de Ciência da Informação da UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, número especial, p. 36-64, jul. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/qtYmnLTZLQPxF9vpzsgzT9h/?lang=pt. Acesso em: 23 abr. 2021.

ORTEGA, C. D. Bibliographical principles in Brazilian degree courses in Library Sciences: an analysis of the epistemological curricular specificity. **Bibliothecae.it**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 47–93, 2021. Disponível em: https://bibliothecae.unibo.it/article/view/14067. Acesso em: 23 mar. 2022.

PAULA, J. A. **Universidade é instrumento para emancipação ética humana**. [Entrevista cedida a] Ewerton Martins Ribeiro. **Boletim UFMG**, 07 set. 2020. Disponível em: https://ufmg.br/comunicacao/noticias/entrevista-com-joao-antonio. Acesso em: 07 mar. 2021.

PAULA, R. S. L.; SILVA, E.; WOIDA, L. M. A inovação nas bibliotecas universitárias em tempo de pandemia da região norte do Brasil. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 18, n. 00, p. e020032, 2020. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8661184. Acesso em: 13 maio. 2021.

PENA, A. S.; CRIVELLARI, H. M. T.; NEVES, J. A. O mercado de trabalho do profissional: um estudo com base na RAIS comparando os anos de 1994 e 2004. In: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. (Org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008, p. 207-218.

PENA, A. S. Análise crítica do efeito da crise na composição do emprego do Bibliotecário no Brasil (2006 a 2016). *In:* SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE TRABALHO, RELAÇÕES DE TRABALHO, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE, 7., 2018, Belo Horizonte: UFMG. **Anais**... Belo Horizonte: UFMG, 2018. p. 21-38. Disponível em: https://sitre.appos.org.br/wp-content/uploads/2017/08/GT19-%E2%80%93-Trabalho-e-forma%C3%A7%C3%A3o-profissional-nos-campos-da-informa%C3%A7%C3%A3o-e-cultura.pdf. Acesso em: 07 fev. 2022.

PENA, A. S.; CRIVELLARI, H. M. T. O Bibliotecário na Classificação Brasileira de Ocupações. *In:* Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 19, 2018, Londrina, PR. **Anais**... Londrina: UEL, 2018. p. 4157-4163. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1231. Acesso em: 07 fev. 2022.

PEREIRA, F. C.; BARBOSA, R. R.; DUARTE, L. C. Integração entre gestão do conhecimento e business process management: perspectivas de profissionais em BPM. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.25, número 4, p. 170-191, dez/2020. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/26937/20506. Acesso em: 31 maio 2021.

SALDANHA, G. Ciência da Informação: crítica epistemológica e historiográfica. Rio de Janeiro: IBICT, 2020

SANTOS, J. C. G.. O procedimento de reabertura das bibliotecas após a quarentena: uma compilação das medidas de prevenção contra o novo coronavírus (SARS-CoV-2). **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 10, 2020a. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/20310. Acesso em: 12 maio. 2021.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020b. Disponível em: https://www.cpalsocial.org/documentos/927.pdf. Acesso em: 28 set. 2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SPUDEIT, D.; SOUZA, C. (Org.). **Atuação de profissionais de arquivologia, biblioteconomia e museologia em época de pandemia**. Florianópolis: Rocha Gráfica, 2020.

TANUS, G. F. S. C.; SÁNCHEZ-TARRAGO, N. Atividades e desafios das bibliotecas universitárias brasileiras durante a pandemia do COVID-19. **SCIELO Preprints (pilot)**, 2020. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/744. Acesso em: 16 jun. 2020.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia e Gestão da Informação da Escola de Ciência da Informação da UFMG.** Belo Horizonte: [s.n.], 2008. Disponível em: http://colgradbiblio.eci.ufmg.br/o-curso/projeto-pedagogico-1. Acesso em: 10 maio 2021.

VIEIRA, A. S.; LIMA, E. A pós-graduação em Biblioteconomia: formação de uma liderança nacional. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 125-135, set. 1977.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UNB, 2009. (v. 2)

WELLICHAN, D. S. P.; ROCHA, E. S. S. As bibliotecas diante de uma pandemia: atuação e planejamento devido a COVID-19. **Revista ACB**, [S.l.], v. 25, n. 3, p. 493-508, dez. 2020. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1700. Acesso em: 13 maio 2021.

WOLF, S. As Startups na perspectiva das cadeias globais de valores: financeirização dos trabalhos de inovação e a reivenção do salário por peça. **Revista de Ciências Sociais**: política & trabalho, n. 51, jul./dez, p. 90-107. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/51045/30304. Acesso em: 07 dez. 2020.

LIBRARIAN EDUCATION, LABOR MARKET AND IDENTITY IN TIMES OF PANDEMIC

Abstract: *The re-signification of the librarian's role considering the huge transformation caused by the pandemic is necessary. The world and, especially, workers in recent years had already been suffering from attacks on labor rights, aggravated from the last great global economic crisis in 2008 and the effects of the Covid 19 pandemic that spread around the world from 2020. Given this scenario, this study presents an interpretation of the training and the labor market of librarians in the face of austerity policies that have worsened the working conditions of these professionals, and the new occupations such as documentalists and particularly information analysts have not managed to improve the insertion of the so-called information professional family. On the contrary, there is a risk that the curricular changes and the focus of the training schools will cause a loss of identity and rights for the category, making it difficult for both men and women to be well inserted in the labor market.*

Keyworks: *Librarians. Identity. Labor market. Professional training. Covid-19 Pandemic*

Apresentação Oral

DESAFIOS PARA A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM ESTUDO A PARTIR DA CRIAÇÃO E EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

doi: 10.47930/1980-685X.2022.1604

BOSCHINI, Fernanda Ferreira – fernandaboschini@ifsp.edu.br
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Rua Pedro Vicente, 625–Canindé
01109-010 – São Paulo – SP – Brasil

BATISTA, Sueli Soares dos Santos – suelissbatista@uol.com.br
Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional
Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Rua dos Bandeirantes, 169 – Bom Retiro
01124-060 – São Paulo – SP – Brasil

Resumo: *Perante a criação e a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, comprometidos com a produção, difusão e democratização do conhecimento visando o desenvolvimento dos indivíduos e das coletividades, algo precisa ser respondido: Expansão para quem? Esse é um interrogante que deve nos levar a buscar respostas específicas para os desafios que essas instituições da Rede Federal têm enfrentado para garantir a existência do tripé ensino, pesquisa e extensão e não se tornar uma mera escola de cursos rápidos de qualificação profissional, como tem sido a tônica do desmonte da EPT com as reformas educacionais brasileiras que surgiram a partir de 2017. A partir de pesquisa bibliográfica e documental o estudo tem o objetivo de apresentar e destacar os desafios para a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, além da formação e o trabalho docente como pontos nevrálgicos de construção permanente da identidade dos Institutos Federais*

Palavras-chave: *Educação Profissional e Tecnológica. Institutos Federais. Institucionalização, Identidade.*

1 INTRODUÇÃO

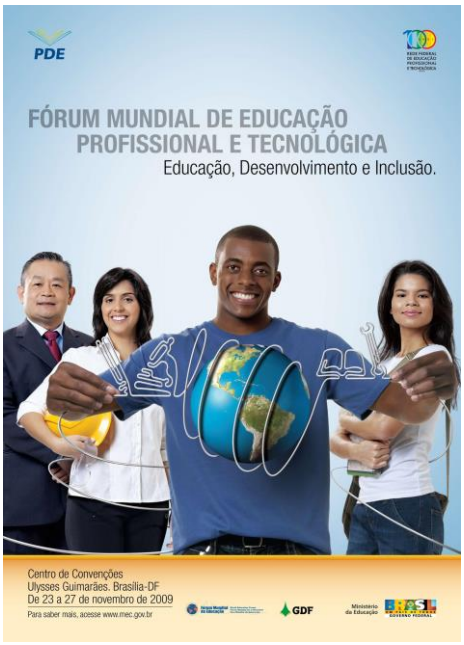
"A missão dos Institutos Federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e de novas tecnologias". Assim se pronuncia Eliezer Pacheco, prefaciando o livro de Souza e Castioni (2012) intitulado Institutos Federais: os desafios da institucionalização. O próprio prefácio tem um título que nos leva a reflexões: Institutos federais – um futuro em aberto. Esse futuro se encontra em aberto, afirma Eliezer Pacheco, porque apesar da criação de uma estrutura organizacional inovadora, "capaz de revolucionar a educação profissional e tecnológica brasileira", o futuro dos institutos depende de "competência e do compromisso político".

Os desafios da institucionalização dos Institutos Federais (IFs) são tratados como inerentes à construção da sua identidade. Não é raro, como faz o próprio Pacheco, no prefácio em tela, que se busque suporte na historicidade da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Em 2009, ocorreram as comemorações dos 100 anos da EPT celebrando-se o ato fundador do decreto em 1909 de Nilo Peçanha, que instituiu as Escolas de Aprendizes Artífices a partir do Decreto n. 7.566, que oficializou a educação profissional pública federal no início do século XX.

Desta forma, ainda em 2009, foi realizado o 1º Fórum Mundial de EPT, e apelar para esse ato jurídico e político de origem pareceu ser uma boa maneira de buscar a identidade dos IFs, e expressou de alguma forma a busca dessa identidade a partir de uma institucionalidade capaz de dar encaminhamentos democráticos a dimensões consideradas de maneira separada.

Toda a importância do evento como política pública educacional se fez presente com a participação de diversos pesquisadores nacionais e internacionais, autoridades e foi aberto com o discurso do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, que assegurou não só o investimento na EPT, através do Plano Nacional de Educação (PDE), mas a expansão de toda a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O primeiro Fórum Mundial de EPT foi apresentado com o tema: Educação, Desenvolvimento e Inclusão. (Figura 1)

Figura 1: Cartaz do 1º Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica



Disponível em: http://portal.mec.gov.br/

Em termos de institucionalidade da Rede Federal de EPT, é possível falarmos em 100 anos ou em 110 anos da Educação Profissional, como se tentou mostrar em selo comemorativo em 2019. (Figura 2)

Figura 2: Selo comemorativo dos 110 anos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Disponível em: https://portal.ifba.edu.br/

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se consolidou juridicamente com o decreto de criação dos IFs, em 2008. Podemos assegurar, portanto, que a Rede Federal em 2022 completa 14 anos de existência, considerando-a então como "herdeira" de mais de 100 anos de tentativas em conciliar escolarização e profissionalização num país marcado pela escravidão e pela dificuldade em oportunizar educação de qualidade para todos.

Recorrer ao decreto de criação dos institutos em que sua missão, valores e objetivos estão explicitados é um passo comumente dado, para apresentar e discutir a institucionalidade da Rede Federal. Analisar a lei de criação dos IFs é importante no sentindo de conhecer a

instituição e sua identidade, aspectos fundamentais ao se pensar na formação dos docentes que irão atuar na rede.

Considerando a legislação relativa à criação dos Institutos, Eliezer Pacheco, ainda no prefácio ao livro de Souza e Castioni (2012), projeta para o futuro em aberto a continuidade de um caminho que ele acredita já estar desenhado na Lei n. 11.892. Considera-se ser bastante difícil avaliar esse caminho à medida que, como afiram Caires e Oliveira (2015, p. 183), a EPT não foi objeto de um censo escolar específico, capaz de coletar informações completas e fidedignas sobre esta modalidade de educação. Do mesmo modo, Moraes et al (2020) demostram que ainda falta à EPT um sistema de avaliação próprio.

Esse artigo tem o objetivo de destacar os desafios para a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, além da formação e o trabalho docente como pontos nevrálgicos de construção permanente da identidade dos IFs.

Na segunda seção deste estudo apresentamos as discussões que tematizam a identidade dos Institutos a partir das dificuldades de desenvolverem pesquisa aplicada e estarem voltados para um modelo universitário de formação.

Na terceira seção do estudo apresentamos algumas propostas e avanços dos institutos, especialmente o de São Paulo, quanto a projetos e programas de extensão articulados ao ensino e à pesquisa como maneira de buscar aquele postulado da emancipação.

Na quarta e última seção desse estudo apresentamos pesquisas iniciais sobre formação docente nos IFs e os desafios quanto à inserção laboral dos docentes num contexto adverso de precarização do trabalho.

2 OS INSTITUTOS FEDERAIS NO CENTRO DAS POLÍTICAS DE EPT: CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE

A lei nª 11.892 cria os IFs em 29 de dezembro de 2008. Esta política pública, conhecida como uma das principais concebidas na primeira década dos anos 2000, traz em sua concepção a clareza de se tratar de uma proposta fundamentada em uma educação humanista, integral e na perspectiva politécnica desenvolvida por Saviani (2007). Esta política foi idealizada e implementada após um dos períodos mais tensos da história da educação profissional no Brasil (a neoliberal década de 1990) e no desencadear da precarização estrutural do trabalho no Brasil e no mundo.

Uma visão de formação profissional e do trabalho que ultrapasse o sentido da subordinação às restritas necessidades do mercado, contribuindo para o fortalecimento da cidadania dos trabalhadores e democratização do conhecimento. É assim que Pacheco e Morigi (2012) se referem às políticas de EPT com as quais os IFs chegaram para contribuir. A educação profissional como política pública subentende a responsabilidade com a inclusão social, presente na lei e em nos documentos institucionais.

Afirma a Lei n. 11.892, em seu artigo 7°, que define os objetivos dos IFs:

> I-ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma dos cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público daeducação de jovens e adultos;
> I- ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
> II- realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicase tecnológicas, estimulando seus benefícios à comunidade;
> III- desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades daeducação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
> IV- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico locale regional. (BRASIL, 2008)

Ao relacionarmos os incisos acima apresentados ao conteúdo específico da EPT, pode-se considerar como maior desafio, a articulação dos conteúdos científicos, com a produção do conhecimento (leia-se pesquisas) e o fazer pedagógico. Magalhães e Castioni (2018), trazem de certa forma uma crítica a perspectiva politécnica, que na prática não consegue articular as perspectivas se trabalho intelectual e manual, fazendo com que os IFs não consigam alcançar plenamente os objetivos dispostos nos incisos II e IV, como o desenvolvimento de pesquisa aplicada, por exemplo.

Segundo dados do sítio eletrônico do MEC, a EPT viveu a maior expansão de sua história entre 2003 e 2016, quando foram construídas mais de 500 unidades, totalizando 644 campi em funcionamento. Os dados apresentados demonstram que a expansão ocorreu de forma intensa, o que pode ter causado uma dificuldade na apropriação de uma identidade institucional sólida, assim como uma dificuldade na institucionalização de seus objetivos.

Neste sentido, ainda de acordo com Castioni e Magalhães (2018), os IFs não tem sido identificados como polos de pesquisa aplicada ou de desenvolvimento de soluções

tecnológicas, pois atuam mais como “geradores ativos de propriedades intelectuais”. (CASTIONI, MAGALHÃES,2018, p.741).

Castioni e Magalhães (2018) analisam Moraes (2016), que entende estas contradições presentes nos IFs como “um processo conflituoso de construção de identidades” (p.10). Para o autor, estas contradições foram constituídas a partir de uma equiparação regulatória dos IFs às universidades. Moraes (2016) descreve esta tese como uma construção histórica brasileira, fundamentada no repúdio aos trabalhos manuais (considerados de menor valor pela sociedade) e pela valorização do ensino superior. A partir desta constatação, nomeia seu estudo com o sugestivo “Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade”.

Tanto Castioni e Magalhães (2018) como Moraes (2016), nos trazem as distorções presentes nos IFs. Para ambos, a desvalorização do ensino técnico e a utilização da estrutura dos IFs como ambiente acadêmico e universitário provocam a manutenção das estruturas sociais vigentes, o que foge de forma exponencial à proposta não só dos IFs, mas também da própria EPT como política pública.

Quando se têm uma política pública como a criação dos IFs comprometida com a produção, difusão e democratização do conhecimento visando o desenvolvimento das pessoas e das coletividades algo precisa ser respondido. A pergunta inquietante que surge no estudo de Castioni e Magalhães (2018) é “Expansão para quem?”. Esse é um interrogante que deve nos levar a buscar não respostas genéricas, mas específicas para os desafios que os IFs têm enfrentado para garantir a existência do tripé ensino, pesquisa e extensão e não se tornar uma mera escola de cursos rápidos de qualificação profissional, como tem sido a tônica do desmonte da EPT com as reformas educacionais brasileiras que surgiram a partir de 2017.

3 A EMANCIPAÇÃO EM EPT A PARTIR DAS POLÍTICAS DE EXTENSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Seguindo autores que também se debruçaram sobre essa questão, apontamos para a relevância dos programas de extensão, para os programas de cotas para acesso aos cursos oferecidos pelos institutos. Delgado e Gomes (2015) afirmam que a concepção de EPT que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nas diversas unidades dos IFs está baseada no trinômio ciência, tecnologia e cultura, tomadas como dimensões indissociáveis da vida humana, e simultaneamente na capacidade de investigação científica, essencial para a

construção da autonomia intelectual dos alunos. Delgado e Gomes (2015) ainda asseguram que a "emancipação" é uma das categorias principais das políticas educacionais para a EPT.

A partir dos documentos regulatórios dos IFs, pode-se entender a extensão e a cultura como dimensões de formação. A Lei n° 11.892/2008, a lei de criação dos Institutos Federais, traz as atividades extensionistas como uma das finalidades destas instituições de EPT, e afirma que elas devem estar em consonância com as políticas públicas, com o mundo do trabalho e com a produção e difusão dos conhecimentos científicos e tecnológicos (BRASIL,2008). Porém, é importante salientar que, ainda que contemplada em seus documentos internos, é necessário um olhar mais atento para verificar em quais especificidades são realizadas estas ações, visto que os IFs brasileiros são diversos e plurais em suas características regionais.

No caso do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) e, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023), a política de extensão deve ter como pressuposto uma relação dialógica entre os agentes internos e externos da sociedade. Ainda de acordo com o documento, a extensão no IFSP começa a tomar forma em 2012, quando há a reestruturação do organograma da Pró-Reitoria de Extensão, e os recursos passam a ser descentralizados do Programa de Expansão da Rede Federal. (IFSP,2019). A partir deste momento, diversas ações são institucionalizadas, como os projetos e cursos de extensão e o fomento das bolsas de extensão discentes. Programas relacionados ao mundo do trabalho também foram implementados nos últimos anos, como por exemplo: Projeto Estágios, Projeto Jovem Aprendiz, Projeto Empresa Júnior e Programa Institucional de Economia Solidária do IFSP, entre outros.

Com as políticas de extensão dentro do PDI do IFSP, percebe-se claramente o entendimento da extensão como princípio educativo, o que potencializa o caráter dessas ações como dimensões de formação e a importância das ações extensionistas para o projeto dos IFs e da EPT como um todo.

De acordo com o Regulamento das Ações de Extensão do IFSP (2015), as ações de extensão compreendem todas as ações formativas, culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que de forma dialógica visem a formação de uma consciência crítica na comunidade interna e externa, além da promoverem o desenvolvimento regional e sejam de interesse do arranjo produtivo local e da comunidade em que estão inseridas. Em toda a documentação legal e regulatória, torna-se clara a proposta do IFSP dentro das especificidades

dos IFs, da EPT e dentro da proposta de transformação a que se propõem. A partir da análise das ações extensionistas no IFSP, acredita-se que elas estão em consonância com as estratégias apresentadas pela Rede Federal para a consolidação da proposta pedagógica emancipatória dos IFs.

4 FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EPT NA PERPECTIVA PÓS-EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Na Lei n. 11.892/2008, pode-se verificar no texto da lei a preocupação com a formação docente para a EPT, porém Pacheco (2011), salienta que proposta principal dos IFs é de uma organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, permitindo que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino. Este modelo permite que alunos destes níveis (médio, superior e até da pós-graduação) possam compartilhar espaços de aprendizagem e integrarem-se em suas trajetórias formativas. Esta é uma das bases da formação integral, um dos princípios fundamentais dos IFs

Concomitantemente à lei de criação dos IF's, iniciou-se uma fase de expansão da Rede Federal de forma acelerada. Muitas críticas também surgiram deste processo. Moura (2013), apresenta a questão da mudança de institucionalidade como fator que repercute diretamente sobre a expansão. Para ele, uma expansão traz preocupações mais organizativas. Desta forma, pode-se correr o risco de negligenciar especificidades da EPT como a formação docente, por exemplo. Para Costa (2016), há uma preocupação com a formação, no sentido de indagar se as instituições que compõe a Rede Federal têm professores preparados para suas propostas institucionais. Costa (2016) ainda enfoca em um ponto interessante. Nos IF's, um dos objetivos principais é formar professores para a educação básica, sobretudo para a EPT, porém a formação docente não faz parte da construção histórica e social das escolas técnicas e que deram origem aos IF's, agregando então a elas uma nova identidade. (p.135)

Expansão para quem? EPT para quem? Institutos Federais para quem? Responder a essas perguntas passa necessariamente pela formação e pelo combate à precarização da profissionalização e da profissionalidade docentes.

Ainda que em sua publicação *Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica inovadora*, Pacheco (2015) trilhe um percurso mais descritivo do que problematizado, ele mesmo afirma que alguns dirigentes da Rede Federal não dominam as propostas dos IF's e por isso não conseguem promover um

debate crítico, o que pode comprometer o objetivo da instituição. Estas questões se estendem ao próprio órgão gerador da política pública: o governo federal. Segundo Moura (2013), os movimentos contraditórios são próprios de uma sociedade divididas em classes com interesses conflitantes. Ele afirma que governo federal assume por muitas vezes uma posição ambígua, ora defende os preceitos de uma educação politécnica e de formação integral, ora "assume com veemência os interesses do capital" (p.193)

Após o momento inicial de euforia caracterizado pela implementação dos IF's no final da primeira década dos anos 2000, a expansão considerada desordenada foi alvo de muitas críticas e ainda assim continuou de forma selvagem, pois se encontrava na época como uma das principais políticas educacionais do governo em questão. Nesta perspectiva, foi inevitável a continuação do debate sobre as identidades das instituições que ali se formavam. Ainda que a proposta dos IF's tenha dominado as discussões acerca de sua específica proposta pedagógica e estivesse tentando se consolidar, não há como ignorar as institucionalidades anteriores, assim como as concepções educacionais que naquele ambiente já foram instituídas e construíram as identidades individuais e coletivas daquela comunidade escolar.

Para além dos muros dos IF's e ao buscar entender a relação entre educação, trabalho e identidade. Boschini (2018) discutiu os efeitos das novas relações de trabalho ao qual os indivíduos da EPT estão submetidos, estes mesmos pelos quais agora tentamos entender a uma possível identidade. Bendassolli (2007) afirma que os novos discursos sobre o sentido moderno do trabalho trazem novas narrativas identitárias que, psicológica, social e institucionalmente estão desconectadas da esfera do trabalho tal como ele era compreendido no início do século XX. (p.220). Para o autor, é a ambiguidade que passa a marcar a experiência atual com o trabalho.

Segundo Ribeiro (2013) é necessário "promover a reflexão acerca de como as instituições estão enfrentando a problemática da fluidez e da inconstância da própria configuração de nossas identidades" (p.19).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retornando ao prefácio de Eliezer Pacheco ao livro de Souza e Castioni (2012), ele aponta para os IFs como instituições que têm o dever e o direito de produzir conhecimento por meio de pesquisas capazes de contribuírem para o desenvolvimento local de seus contextos. Ele entende também que é dessa forma que segmentos e setores tradicionalmente excluídos terão

acesso ao conhecimento científico e tecnológico produzido pelos IFs. Assim, o caráter estratégico da Rede Federal se evidencia, e dedicar-se-ia ao ensino enquanto formação de trabalhadores qualificados sem deixar de desenvolver pesquisas com impacto no seu entorno. Ou seja, o tripé ensino, pesquisa e extensão seria a base institucional a partir da qual os IFs já haviam se tornado espaços privilegiados para a democratização do conhecimento científico e tecnológico e a valorização do conhecimento popular.

É fundamental que não esqueçamos o futuro em aberto apontado por Pacheco. O pressuposto da emancipação é uma das promessas não cumpridas e sempre renovadas da educação. Mediante o contexto de reformas educacionais neoliberais, como podemos aprofundar a reflexão sobre a identidade dos IFs? Que experiências da Rede Federal da qual fazem parte ainda apontam para a emancipação? Se as relações conflituosas entre educação, desenvolvimento e inclusão são os maiores desafios dos IFs, como seus compromissos iniciais sobrevivem, se modificam e se projetam no futuro?

Apesar da construção e da expansão de muitos Institutos Federais, estas instituições ainda necessitam de estudos e de políticas educacionais que permitam que este modelo educacional se sustente nas próximas décadas.

REFERÊNCIAS

BENDASSOLLI, Pedro Fernando. Trabalho e identidade em tempos sombrios: Insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho**.** Aparecida, SP: **Ideias & Letras**, 2007.

BOSCHINI. Fernanda Ferreira. **Formação do docente da educação profissional e tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (2008-2015).** São Paulo,2018. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional). Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Disponível em: http://www.pos.cps.sp.gov.br/dissertacao/formacao-do-docente-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-instituto-federal-de-educacao-ciencia-e-tecnologia-de-sao-paulo-2008-2015 . Acesso em: 16. maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 19 mar. 2016.

BRASIL. **Sítio Eletrônico do Ministério da Educação (MEC).** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/ . Acesso em 21 fev. 2022.

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação profissional brasileira- Da colônia ao PNE 2014-2024.** Petrópolis: Vozes, 2015.

COSTA, Maria Adelia da. **Formação Docente para a educação profissional: Realidade ou utopia?** Curitiba: Appris Editora, 2016.

DELGADO, Darlan Marcelo; GOMES, Luíz Roberto. **Inovação em política e gestão da Educação Profissional e Tecnológica.** São Paulo: Centro Paula Souza, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO**. Portaria nº 2968 de 24 de agosto de 2015**. Aprova o regulamento das ações de extensão no IFSP. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/prx/NormasManuais/2015_Portaria_2968_Regulamenta_as_aes_de_extenso.pdf

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO. **Projeto de Desenvolvimento Institucional. (PDI) 2019-2023.** Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/noticias/861-pdi-2019-2023-e-aprovado-pelo-consup-e-esta-disponivel-para-consulta

MAGALHÃES, Guilherme Lins de; CASTIONI, Remi. Educação Profissional no Brasil – expansão para quem? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.l.], v. 27, n. 105, p. 732-754, oct. 2019. ISSN 1809-4465. Disponível em: https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/1647. Acesso em: 21 mar. 2022.

MORAES, Gustavo Henrique [et.al]. **Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica: um campo em construção**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Acesso em: 21 mar. 2022.

MORAES, Gustavo Henrique. **Identidade de escola técnica vs. vontade de universidade: a formação da identidade dos Institutos Federais.** 2016. 356 f., il. Tese (Doutorado em Educação) —Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/21409

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional no Brasil dos anos 2000: movimentos contraditórios. *In:* Moura, Dante (org.). **Produção de Conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional.** Campinas, SP: Mercado das Letras,2013.

PACHECO, E.; MORIGI, V. **Ensino Técnico, Formação Profissional e Cidadania- A Revolução da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.** Porto Alegre: Tekne, 2012.

PACHECO, Eliezer. Prefacio. In: CASTIONI, Remi; SOUZA, Eda Castro Lucas de (Orgs). **Institutos Federais: os desafios da institucionalização**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

PACHECO, Eliezer. (Org.**). Institutos federais- uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Brasília, São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO. Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica inovadora**. Natal: Editora UFRN, 2015.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan. abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf. Acesso em: 14 abr.2017.

SILVA, Luís Inácio Lula da. **Discurso da Cerimônia de abertura do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília, DF, 23 de novembro de 2009. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/23-11-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-abertura-do-forum-mundial-de-educacao-profissional-e-tecnologica. Acesso em: 21.fev.2022.

SOUZA, Eda C., CASTIONI, Remi (orgs.) **Institutos Federais: os desafios da institucionalização** . Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012

CHALLENGES FOR THE FEDERAL NETWORK OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: A STUDY BASED ON THE CREATION AND EXPANSION OF FEDERAL INSTITUTES

Abstract: *Faced with the creation and expansion of the Federal Institutes of Education, Science and Technology, committed to the production, dissemination and democratization of knowledge aimed at the development of individuals and communities, something needs to be answered: Expansion for whom? Should lead us to seek specific answers to the challenges that these institutions of the Federal Network have faced to guarantee the existence of the teaching, research and extension tripod and not become a mere school of quick courses for professional qualification, as has been the tonic of the dismantling of the EPT with the Brazilian educational reforms that emerged from 2017.Based on bibliographic and documentary research, the study aims to present and highlight the challenges for the articulation between teaching, research and extension, in addition to training and teaching work as neuralgic points of permanent construction of the identity of Federal Institutes.*

Keywords*: Professional and Technological Education. Federal Institutes. Institutionalization. Identity.*

ANAIS IX SITRE 2022– ISSN 1980-685X

Apresentação Oral

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E ACESSO ABERTO

doi: 10.47930/1980-685X.2022.1605

ALVES, Fernanda Maria Melo, fmeloa2@hotmail.com
Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação de Ciência de Informação, Salvador, Brasil,
https://orcid.org/0000-0002-8396-4053

GUAMBE NHANOMBE, Martins Fernando, martguambe31@gmail.com
Supply Chain Operations Professional - Q2C Operations Europe and MEA (SW Licenses Keys). IBM, Madrid CoE, Spain. https://orcid.org/0000-0001-9933-979X

Resumo: *O estudo aborda as iniciativas de acesso aberto à informação científica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa como uma solução rápida das necessidades e dos problemas dos países lusófonos, através da promoção da literacia científica, comunicacional e informacional, fundamentais para a paz e o desenvolvimento sustentável, dentro dos valores essenciais, que conectam os membros desta organização. Analisam-se iniciativas efetuadas pelas comunidades acadêmicas e pelos governos dos países mencionados, que se têm preocupado com o aumento do volume da informação, o seu acesso e disponibilidade, e, em particular, dos resultados da investigação científica. Conclui-se que as iniciativas efetuadas ainda são em número reduzido, dadas as necessidades e problemas existentes e a numerosa população que abrange. No seu conjunto, as políticas e ações correspondentes demonstram a adesão destas instituições e organizações dos países da CPLP ao movimento do Acesso Aberto, integrada no movimento global.*

Palavras-chave: *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Informação científica. Acesso Aberto. Repositório. Portal.*

1 INTRODUÇÃO

À medida que a COVID-19 começou a espalhar-se por todo o mundo, atravessando rapidamente fronteiras geográficas, povos em todo o mundo uniram-se, conscientes de que urgia o compartilhamento rápido de informação científica para a tomada de decisões, com vista ao controlo do surto atual e impedir qualquer outro no futuro. Os cidadãos necessitaram de ser informados sobre aspetos científicos, para agirem com mais responsabilidade e

identificar as informações falsas, e a comunidade científica e as sociedades reafirmaram a necessidade urgente da consolidação do movimento da Ciência Aberta *(Open Science*).

A UNESCO entende o papel da Ciência Aberta no cumprimento do direito humano à ciência e no preenchimento de lacunas de ciência, tecnologia e inovação entre e dentro dos próprios países. Em 2019, na sua Conferência Geral, divulgou-se uma *Recommendation on Open Science* (UNESCO, 2019), resultante de uma consulta global, com o objetivo de construir uma visão coerente da ciência aberta e um conjunto compartilhado de princípios e valores abrangentes, que fosse um instrumento global de definição de padrões para garantir que a Ciência Aberta cumpra o seu potencial.

Norteada por estes princípios e preocupações, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), organização que estimula a cooperação entre os seus membros com o objetivo de promover as práticas democráticas, a boa governação e o respeito pelos Direitos Humanos, tomou iniciativas para a busca conjunta de reflexões e soluções para o momento atual, difícil de superar para todos, principalmente para os países em desenvolvimento.

A investigação dá continuidade a estudos sobre a informação e a documentação nos países da CPLP, em especial sobre o acesso aberto à informação científica (GUAMBE e BUENO-DE-LA-FUENTE, 2013); (TARDENCILLA MARENCO; GUAMBE e MELO ALVES, 2015). Procura saber: existem iniciativas da CPLP para a solução das necessidades e dos problemas informativos, através da promoção do acesso aberto da informação científica, fundamentais para a paz e o desenvolvimento sustentável, dentro dos valores que conectam os membros desta organização? Serão as mesmas iniciativas suficientes?

O estudo é descritivo e para alcançar os objetivos propostos seguiu a seguinte metodologia: revisão bibliográfica e documental no Google Scholar sobre os temas e países em análise e busca nos repositórios da CPLP e das instituições dos países membros, que permitiram uma sistematização, apresentação e discussão da informação selecionada. Constata-se que a situação informacional e científica entre os estados membros da CPLP é heterogênea e que as iniciativas de cada país e da organização seguem as orientações das organizações internacionais, sendo em número insuficiente, dadas a população que abarca e as suas numerosas necessidades e problemas.

2. A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA: VISÃO CRONOLÓGICA

A ideia de criação de uma comunidade, formada por países e povos que têm em comum a Língua Portuguesa e uma herança histórica, e que compartilham a busca do desenvolvimento e da democracia, foi sonhada ao longo dos tempos, seguindo a trajetória e a criação de organizações similares, criadas pelos países de língua inglesa, francesa, espanhola, árabes e outras. Nas décadas de 80 e de 90, tiveram lugar várias ações, consideradas o verdadeiro embrião da organização, que deram impulso para o desenvolvimento da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Entre todos, destacam-se:

- O primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, iniciativa promovida pelo do então Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira, que se efetuou em São Luís do Maranhão, em 1989, a convite do Presidente brasileiro, José Sarney. Nesta reunião, os participantes decidiram criar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), para a promoção e difusão da língua comum;

- Na iniciativa de 1994, os sete ministros dos Negócios Estrangeiros dos países referidos, reunidos em Brasília, recomendaram a realização de uma Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, para a adoção do ato constitutivo da CPLP, que se efetuaria dois anos depois.

A 17 de Julho de 1996, em Lisboa, realizou-se a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, que marcou, simultaneamente, a criação da CPLP, reunindo os sete países fundadores da organização, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Mais tarde, em 2002, com a conquista de sua independência, Timor-Leste tornou-se o oitavo país membro da CPLP, e depois de um minucioso processo de adesão, a Guiné Equatorial tornou-se o nono membro de pleno direito, em 2014. A organização está sediada em Lisboa, capital de Portugal.

Os Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa planteiam no Artigo 5º, os seguintes princípios orientadores:

- Igualdade soberana dos Estados membros;
- Não ingerência nos assuntos internos de cada Estado;
- Respeito pela sua identidade nacional;
- Reciprocidade de tratamento;
- Primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social;
- Respeito pela sua integridade territorial;
- Promoção do Desenvolvimento;
- Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

Neste sentido, a organização estimula a cooperação entre os seus membros com o objetivo de promover as práticas democráticas, a boa governação e o respeito pelos Direitos Humanos.

No mesmo documento, definem-se os objetivos gerais da organização, a saber:

- A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fora internacionais;
- A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- A materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

Embora os estatutos tenham sido atualizados com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005, Bissau/2006 e Lisboa/2007, os princípios orientadores e os objetivos iniciais mantêm-se.

O Artigo 6º da Constituição define a composição da organização e refere que para além dos membros fundadores, qualquer Estado, desde que use o Português como língua oficial, poderá tornar-se membro da CPLP, mediante a adesão sem reservas aos presentes Estatutos. O Artigo 7º do mesmo marco legal afirma ainda que podem serem admitidos Membros observadores, associados ou consultivos, à organização, ato que atribui maior abrangência em número de participantes e em espaço geográfico e, que favorece a sua consolidação. O quadro que se segue, sistematiza a composição dos membros da organização.

Quadro 1- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: constituição

Estados-Membros	**Observadores Consultivos: instituições**	**Observadores Associados: países**
• Angola • Brasil • Cabo Verde • Guiné-Bissau • Guiné Equatorial • Moçambique • Portugal • São Tomé e Príncipe • Timor-Leste	• Academias • Associações • Centros de Conciliação e Mediação de Conflitos • Centros de Estudos • Círculos de Reflexão Lusófona • Comissões Inter Países/Países de Língua Oficial Portuguesa • Comunidades Médicas e Sindicais • Confederações da Publicidade e Empresariais da CPLP • Conselhos de Cultura • Faculdades • Federações • Fóruns • Fundações • Institutos • Instituições religiosas • Ligas • Núcleos de Estudos • ONGD's • Sociedades • Universidades	• Geórgia • Grão-Ducado de Luxemburgo • Hungria • Japão • Principado de Andorra • Reino Unido • República Argentina • República Checa • República do Chile • República Eslovaca • República Francesa • República Italiana • República da Maurícia • República da Namíbia • República do Senegal • República da Sérvia • República da Turquia • Uruguai • Organização dos Estados Ibero-americanos

Fonte: elaboração dos autores

A CPLP é um foro multilateral de cooperação entre os seus Estados-membros e mantém estreita relação com a sociedade civil e com os interesses e necessidades comuns em organizações multilaterais, como a ONU, a FAO e a OMS.

3 A INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E O MOVIMENTO DO ACESSO ABERTO

Para o desenvolvimento cognitivo do ser humano contribuem os dados, a informação, o conhecimento e a inteligência. No mesmo sentido, a investigação científica e a sua comunicação funcionam como as bases do desenvolvimento humano e o crescimento

econômico dos países, pelo que quanto mais se produz em ciência e tecnologia, mais se progride e se contribui para o processo de desenvolvimento global (PRICE, 1976).

Os resultados da investigação científica estão legitimados após serem analisados e aceites pelos pares, o que exige sofisticados processos de validação antes da sua publicação, sendo a comunicação eficiente e eficaz parte essencial do sistema de investigação científica (MEADOWS, 1999).

Embora o processo da comunicação científica possa ser caracterizado por etapas, a saber, a investigação, a análise, a documentação, a comunicação, a produção, o registo e a disseminação da informação, nas últimas quatro décadas, as inovações tecnológicas transformaram, e transformam, a forma de tratar, armazenar, acessar e analisar todos os tipos de informação, inclusive os científicos (RUSSEL, 2001). As tecnologias de informação e comunicação (TIC) têm proporcionado novos caminhos por meio de plataformas digitais, projetadas para facilitar a divulgação de artigos nas revistas de acesso aberto, o que obrigada a uma gestão deste tipo de plataformas e a uma nova literacia científica, informacional e comunicacional dos investigadores para conseguir efetuar todo o processo de investigação científica.

Garvey e Griffth desenvolveram um modelo de comunicação cientifica em 1979, voltado apenas para o meio impresso, que sofreu alterações com a incorporação das TIC. Em 1996, Hurd propôs uma adaptação desse modelo tradicional, adequada para o meio digital e, em 2008, Costa também o adaptou, conciliando as alternativas impressa e eletrônica (COSTA, 2008). Com a constante evolução das TIC, que implicam ajustes a cada nova versão dos softwares e aplicativos, bem como de aspetos relativos à interoperabilidade e preservação digital, várias propostas tentam adaptar e atualizar os modelos anteriormente referidos. Entre vários, destaca-se uma propostas inovadoras, o Modelo de comunicação científica na era do *e-science*: um modelo baseado na colaboração 2. (JUNIOR et al., 2015), apresentado no 25º Seminário de Iniciação Científica, em 2015, na Universidade do Estado de Santa Catarina. Os autores propõem um sistema eletrônico de gestão e editoração de revistas, entrado no processo de revisão por pares e na inclusão de aspectos colaborativos e de interatividade como marca 2.0 de periódicos científicos. O modelo dá resposta rápida às expectativas de autores e da comunidade científica, substituindo a avaliação por pares pela avaliação baseada na inteligência coletiva, proposta pela web 2.0, e pretende viabilizar a construção de um software específico desse modelo, que facultará a verificação dos resultados de sua aplicação.

Como o volume da informação em diferentes suporte e tipologia tem aumentado significativamente nas últimas décadas, os investigadores têm-se preocupado com o acesso e a disponibilidade destes documentos, e em particular os resultados da investigação científica, na grande maioria digitais, tema que se aborda nos seguintes parágrafos.

O movimento *Open Acess*/Acesso Aberto remonta a várias décadas e tem origem na Declaração de Helsinque da *World Medical Association* (WMA, 1964), que tinha como objetivo a realização de mudanças em investigações médicas que envolvam seres humanos, nas quais os pacientes que participam de um estudo médico têm o direito de ser informados sobre o resultado do estudo e de compartilhar quaisquer benefícios resultantes dele.

A adoção do Acesso Aberto a publicações científicas surgiu como resposta às necessidades e expectativas da comunidade acadêmica, como forma de superação da crise orçamentaria enfrentada pelas universidades e instituições de investigação, devido ao aumento constantes de preços das assinatura acima da inflação (PÉREZ-OBREGÓN et al., 2022). Por outro lado, compreender as principais iniciativas para promoção do Acesso Aberto é importante para a democratização do conhecimento e do acesso à informação científica.

Entre todas, salientam-se duas incitavas inicias, em 1971, o início do *Gutenberg Project*, por Michael Hart e, em 1989, o lançamento da revista de acesso livre online *Psycoloquy* por Stevan Harnad, ambas orientadas para a disponibilidade online e sem limitações dos resultados de investigações científicas, incluindo artigos científicos, documentos de conferência, teses, capítulo de livros, e monografias, publicações com e sem revisão por pares.

Dando um passo mais adiante, a Declaração da Iniciativa de Budapeste/*Budapest Open Access Initiative*, (2002) formalizou o Movimento de Acesso Aberto à informação, tendo definiu como acesso aberto,

> […] "a sua disponibilidade gratuita na internet pública, que permite a qualquer utilizador a leitura, baixe, copie, distribua, imprima, pesquise ou link para o texto completo desses artigos, rasteá-los para indexação, passá-los como dados para o software ou usá-los para qualquer outro propósito legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis do acesso à Internet". (OPEN ACCESS DIRECTORY).

A importância deste documento reside em alguns aspetos inovadores para a época:

- O uso do termo *Open Access*/Acesso Aberto pela primeira vez para definir o acesso livre a informação

- A apresentação do conceito de *Open Access*/Acesso Aberto
- A indicação de duas estratégias para alcançar o Acesso Aberto: o auto arquivamento e as revistas de Acesso Aberto
- A oferta de apoio para as instituições com interesse em aderir ao movimento.

Constata-se que a Declaração de Budapeste vem fortalecer, a nível mundial, o Movimento do Acesso Aberto, articulando ideias e projetos com o mesmo objetivo. A este propósito, Rodrigues (2019) reconhece que ela corresponde a um momento seminal, que resulta da consolidação da consciência da necessidade e da possibilidade de resolver o problema da acessibilidade à literatura científica, bem como da maturação e convergência de diversas outras iniciativas e projetos no mesmo sentido que vinham já se desenvolvendo anteriormente.

Inúmeras iniciativas se expandiram no mundo acadêmico em todos os países do mundo. A leitura de duas compilações, a da linha do tempo da evolução detalhada no site *Open Access Directory*: http://oad.simmons.edu/oadwiki/Timeline, e das declarações de apoio a este movimento, disponíveis em *Declarations in support OA:* http://oad.simmons.edu/oadwiki/Declarations_in_support_of_OA, dão uma visão geral da abrangência e desenvolvimento deste movimento. Algumas dessas declarações são analisadas e comentadas por Rios, Lucas e Amorim (2019), que ressaltam a importância do Movimento de Acesso Aberto em criar documentos norteadores, bases para o estabelecimento de políticas e boas práticas, que direcionem as instituições a disponibilizar acesso aberto a informação de toda produção científica.

Articulando os novos conceitos e a evolução tecnológica, Leite e Costa (2016) propõem um modelo genérico de gestão da informação científica para instituições de pesquisa, tendo por base os fundamentos da comunicação e o acesso aberto, em sua versão gráfica e textual. Neste modelo, os fluxos de entrada e saída de informação são sistematizados por processos de gestão da informação científica, apresenta conceitos essenciais e considera o ambiente do instituto de investigação como um sistema aberto, onde decorre o fluxo da informação científica. Também é constituído por elementos flexíveis que representam especificidades institucionais e disciplinares, variáveis em função dos contextos dos institutos. Além disso, todo o conjunto de elementos e relações entre eles estão sob influência constante de forças provenientes da comunidade científica numa perspectiva ampla científica e do acesso aberto.

Desde o seu início até ao presente, o acesso aberto conheceu um progresso evidente, tendo em conta os múltiplos pontos de vista e os diversos indicadores de avaliação, do número de revistas científicas e de repositórios de acesso aberto.

4 A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA: a informação científica e o acesso aberto

Além dos investigadores, docentes e estudantes, também os governos dos países lusófonos se têm preocupado com o aumento do volume da informação, o seu acesso e disponibilidade, e, em particular, dos resultados da investigação científica. Neste sentido, algumas das iniciativas dos países referidos foram efetuadas separadamente, como se pode observar, no quadro 2, iniciativas de maior relevância para a organização da informação e documentação, a criação e manutenção dos portais institucionais de instituições acadêmicas e investigadoras.

Quadro2 : Portais científicos nos países da CPLP

País	Nome	Website	Total
Angola	1. Portal Pensador 2. Ciência	http://1.portalpensador.comciencia.ao/ http://ciencia.ao/	2
Brasil	1. Portal Brasil Ciência 2. SciELO 3. Portal de Periódicos da CAPES 4. Portal SBPC 5. Portal Fiocruz 6. Portal de Periódicos UniBrasil 7.Oasisbr 8.Portal de Periódicos Electrónicos Faculdade de Filosofia e Ciência 9. Portal de Periódicos da ANPOF	https://www.brasilciencia.com.br/ https://scielo.org/ www.capes.gov.br http://portal.sbpcnet.org.br/ https://portal.fiocruz.br/ https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/ https://oasisbr.ibict.br/vufind/ https://revistas.marilia.unesp.br/ https://anpof.org/	9
Cabo Verde	1.Portal do Conhecimento	www.portaldoconhecimento.gov.cv	1
Guiné Bissau	1. Portal do INEP	https://inep.gw/	1
Guiné Equatorial	0	NA	NA
Moçambique	1.Portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	https://www.mctes.gov.mz/pulblicacoes/	1
Portugal	1. Portal RCAAP	https://www.rcaap.pt/	2

	2. Portal Science 4 COVID-19	https://www.science4covid19.pt/	
São Tomé e Príncipe	0	NA	NA
Timor Leste	0	NA	NA
TOTAL			**16**

Fonte: elaboração dos autores

O número de repositórios é insuficiente tendo em conta a população dos nove países e a sua produção científica. Por outro lado, a quantidade de repositórios é variável, tendo explicação em contextos histórico-sociais diferentes. Brasil e Portugal apresentam maior número de portais e os outros países possuem um número reduzido, por serem países com independências relativamente recentes. À exceção da Guiné Equatorial, de São Tomé e Príncipe e de Timor Leste, a maioria dos países da CPLP criaram e mantêm portais institucionais para disponibilizar a informação científica, escrita em língua portuguesa. Contudo, os três países mencionados possuem, repositórios institucionais, Moçambique 2 (da Universidade Católica de Moçambique, http://repositorio.ucm.ac.mz/, e da Universidade Eduadardo Mondlane, http://www.repositorio.uem.mz/), e Timor Leste 1 (da Universidade de Timor Leste, http://repositorio.untl.edu.tl/,) o que demonstra a adesão destas instituições ao movimento do Acesso Aberto. A busca não aportou dados e informação relativa à Guiné Equatorial. Em relação ao estudo realizado em 2013 de GUAMBE e BUENO-DE-LA-FUENTE (2013), nota-se uma estagnação e fraco progresso das iniciativas de acesso aberto na maioria dos países africanos especialmente em Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe.

A Conferência Luso-Brasileira de Acesso Aberto (CONFOA), realizada desde 2010 até ao presente. É um evento organizado por um grupo de investigadores, docentes e editores em 2010, e concretizada na *I Conferência Luso-Brasileira de Acesso Aberto (CONFOA*), na Universidade do Minho, em Braga, Portugal, com periodicidade anual e rotativa. Trata-se dum espaço de divulgação e reflexão, onde investigadores, docentes, editores e estudantes se reúnem, norteados pelos seguintes linhas orientadoras: 1) Acesso Aberto e Dados de Investigação Abertos: sistemas, políticas e práticas; 2) Ciência Aberta e outras expressões de conhecimento aberto; 3) Gestão de informação de Ciência e Tecnologia. Lira, Miranda e Truta (2021) estudam parte da trajetória das CONFOA, através dum estudo documental que abrange os 10 anos do evento, assinalando os resultados alcançados e o desenvolvimento da iniciativa.

Outro projeto interessante é o Arquivo Multimédia da Poesia dos Países da CPLP, poesimus.org, que foi apresentado em 2019, com o objetivo de disponibilizar o acesso livre e intuitivo a um arquivo multifacetado de poesia e de prosa poética, devidamente organizado, escrita e falada em língua portuguesa e nas línguas locais e nacionais nos países que compõem a CPLP. É um espaço de reconhecimento do trabalho dos artistas no campo da poesia de diferentes origens e foi desenvolvido no âmbito da Cátedra UNESCO Educação, Cidadania e Diversidade Cultural com o apoio do Departamento de Museologia da ULHT e seus parceiros institucionais, CPLP, IBRAM, ULCV, Sphera Mundiong e Museu da República do Rio de Janeiro.

Desde a sua criação, a CPLP é consciente da importância da documentação e informação no mundo atual, razão pela qual pratica a transparência informativa, incluindo na sua estrutura operativa, apresentado no quadro que se segue:

Quadro 3: A CPLP e a organização da informação e da comunicação

Assessoria de Comunicação e Imagem do Secretariado Executivo
Biblioteca e Centro de Documentação
Arquivo Histórico

Fonte: elaboração dos autores

A organização põe à disposição do público toda a documentação institucional, a informação relativa às atividades efetuadas, publicações próprias, boletim eletrônico, produzidas em diferentes tipos e suportes, e faz uso de diferentes redes sociais.

No entanto, os membros da CPLP, organização que tem como um dos seus princípios orientadores a promoção da cooperação mutuamente vantajosa, decidiram organizar-se para atingir melhores resultados na partilha e disseminação da informação científica em língua portuguesa, com vista ao benefício comum. Nesse sentido, o quadro 4 sistematiza as iniciativas de maior relevância, seguido da descrição de cada uma delas.

Quadro 4: CPLP e iniciativas sobre informação cientifica e acesso aberto

2007	Acordo sobre o Acesso Livre ao Conhecimento Científico dos Estados-membros da CPLP
21019	Rede de Escolas Nacionais de Saúde Pública da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (RENSP-CPLP)
2020	3ª Reunião Extraordinária de Ministros da Saúde da CPLP, sob o lema Covid-19: construção de uma resiliência comunitária
2021	Repositório Científico da CPLP/Portal de Acesso Aberto da CPLP

Fonte: elaboração dos autores

O Acordo sobre o Acesso Livre ao Conhecimento Científico dos Estados-membros da CPLP foi assinado em 2007, por ocasião do *2º Fórum de Governança da Internet,* organizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia (IBICT/MCT), com o apoio da Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG/MRE). Nele estiveram presentes os representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e do Secretariado Executivo da CPLP. Os participantes, reconhecendo o Compromisso do Minho sobre acesso livre à informação científica em países lusófonos, firmado por instituições do Brasil, Moçambique e Portugal, em 2006, e as diretrizes emanadas da IV Reunião dos Ministros da Ciência e Tecnologia da CPLP, de 2005, acordaram em:

1) Estabelecer diálogo técnico com vistas à formação de rede permanente de instituições dedicadas à promoção do acesso livre ao conhecimento bem como à promoção do conteúdo científico e cultural em língua portuguesa;

2) Promover esforços junto aos respectivos governos para identificação, no mais curto espaço de tempo possível de pontos focais nacionais a quem caberá coordenar esforços e intercambiar informações para criar condições técnicas para assunção de compromisso nesta área entre seus respectivos Governos, no âmbito da CPLP. Estes antecedentes constituem uma base sólida para o acordo assinado, pelo que, o IBICT e a Universidade do Minho comprometem-se a oferecer, assistência técnica para a promoção de iniciativas nesse campo nos países integrantes da CPLP.

Em 2019, foi instituída formalmente a Rede de Escolas Nacionais de Saúde Pública da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (RENSP-CPLP), durante a Oficina de Trabalho *Fortalecimento da Formação em Saúde Pública no Âmbito da CPLP***,** realizada em Lisboa, Portugal, na qual se reuniram, presencial e virtualmente, dirigentes e professores das Escolas Nacionais de Saúde Pública, ou instituições nacionais com função equivalente, dos países membros. Estrutura-se a partir dos compromissos assumidos do *Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS-CPLP)*, dentre os quais encontram-se as demandas de formação de quadros para o fortalecimento dos sistemas de saúde. Neste sentido, o PECS-CPLP, em seu Eixo Estratégico 1- Formação e Desenvolvimento da Força de Trabalho em Saúde (FTS) apresenta como principais objetivos:

1. A promoção e fortalecimento dos Planos Nacionais de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde (PNDRHS);

2. O fortalecimento da capacidade de formação de recursos humanos nos Estados Membros para os sistemas nacionais de saúde. Para o alcance destes objetivos, a iniciativa prioriza atividades e projetos estabelecidos, apoia a estruturação de Escolas Nacionais de Saúde Pública em todos os países e dinamiza a Rede de Escolas Nacionais de Saúde Pública (RENSP-CPLP).

A 3ª Reunião Extraordinária de Ministros da Saúde, sob o lema Covid-19: construção de uma resiliência comunitária, efetuada em 2020, em videoconferência. Dessa reunião, os ministros da Saúde resolveram:

1) Reforçar a coordenação na vigilância e resposta a emergências, incluindo epidemias e desastres, por via da constituição de um Grupo de Trabalho sobre Capacitação em Resposta a Emergências em Saúde Pública (Emaresp-CPLP);

2) Reafirmar a vontade política para continuar a partilhar dados relativos à situação epidemiológica e indicadores relevantes, bem como diferentes práticas;

3) Reconhecer a importância da imunização como bem público global e apoiar iniciativas internacionais de colaboração para acelerar o desenvolvimento, a produção e o acesso equitativo a diagnósticos, tratamentos e vacinas contra a Covid-19 (CPLP, 2020).

Reunimos e apresentamos aqui a informação disponível sobre o enfrentamento coletivo da Covid-19 na África por parte das principais organizações regionais do continente africano: a União Africana (UA) e a sua agência especializada, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC África), os seis blocos econômicos regionais e as diversas agências de cooperação bilateral e multilateral, a sociedade civil e o setor privado (SILVA, CÁ e ROSENBERG, 2021).

Cabe referir o Repositório Científico/ Portal de Acesso Aberto da CPLP, lançado em 2021, resultante duma deliberação da VI Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, realizada a 15 de abril de 2014, em Maputo, com o objetivo geral de promover, fomentar e impulsionar a edificação do Espaço do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP. Os responsáveis pelo projeto reconhecem que com a construção do Repositório Científico da CPLP, garantem-se condições para estimular o aproveitamento do potencial das TIC ao serviço da CPLP, através da disponibilidade de softwares livres e acervos bibliográficos do acesso à produção científica. São Estados-Membros da rede os

seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. O projeto tem uma abrangência comunitária permitindo aos Estados-Membros a sua utilização, mesmo aos que não dispõem de repositório científico nacional, bem como o apoio à construção de repositórios nacionais. O site do portal, RC.CPLP.ORG, estará disponível brevemente.

As iniciativas apresentadas embora de teor diferente não são uma enumeração exaustiva, tendo sido selecionadas as mais significativas de acordo com os objetivos já mencionados. Mostram alguns aspetos do percurso de políticas individuais dos países lusófonos e da CPLP, no seu conjunto, como complemento de outras políticas, para alcançar o acesso aberto à informação científica.

CONCLUSÕES

O estudo abarca o acesso aberto à informação científica da CPLP, centrado nas iniciativas para a solução das necessidades e dos problemas dos povos dos países lusófonos, fundamentais para a paz e o desenvolvimento sustentável, dentro dos valores essenciais, que conectam os membros desta organização. Além das comunidades acadêmicas, também os governos dos países lusófonos se têm preocupado com o aumento do volume da informação, o seu acesso e disponibilização, e, em particular, dos resultados da investigação científica.

Neste sentido, destacam-se primeiro algumas das iniciativas dos países referidos efetuadas separadamente, como a criação de repositórios e portais institucionais, que são de maior relevância para a organização da informação e documentação das instituições acadêmicas e investigadoras, e, em seguida, sistematizam-se outras iniciativas resultantes de políticas conjuntas da CPLP.

Conclui-se que são, contudo, em número insuficiente, dadas a população que abarca e as suas numerosas necessidades e problemas. Por outro lado, corresponde a estagnação e fraco progresso das iniciativas de acesso aberto na maioria dos países africanos especialmente em Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, quando comparados os resultados obtidos em estudos anteriores de 2013 e 2015, referidos no texto. No seu conjunto, políticas e ações demonstram a adesão destas instituições e organizações da CPLP ao movimento do Acesso Aberto, integrada no movimento global.

REFERÊNCIAS

Budapest Open Access Initiative. **Read the original BOAI declaration**. Budapest, 2002. Disponível em: http://www.budapestopenaccessinitiative.org/read.

CÁTEDRA UNESCO EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIVERSIDAE CULTURAL. Arquivo Multimédia da Poesia dos Países da CPLP, 2019, http://catedraunesco.ulusofona.pt/arquivo-multimedia-da-poesia-dos-paises-da-cplp/.

COSTA, Sely. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. **LIINC em revista**, v. 4, n. 2, 2008. Disponível em: revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/281.

CPLP, https://www.cplp.org.

CPLP. Acordo sobre o Acesso Livre ao Conhecimento Científico dos Estados-membros da CPLP**,** 2007. Disponível em: https://www.cplp.org/id-4447.aspx?NewsId=3457&PID=10872.

CPLP. **3ª** Reunião Extraordinária dos Ministros da Saúde da CPLP. Covid-19: construção de uma resiliência comunitária, 2020. Disponível em: https://saude.cplp.org/informacao/noticias/noticia-detalhe/?news=5359.

CPLP. Rede de Escolas Nacionais de Saúde Pública da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (RENSP-CPLP), 2019. http://rensp.ensp.fiocruz.br/pt-br/apresentacao.

CPLP. Repositório Científico da CPLP/ Portal de Acesso Aberto da CPLP, https://www.cplp.org/id-4629.aspx.

GUAMBE, Martins Fernando; BUENO-DE-LA-FUENTE, Gema. Disponibilidade em Acesso Aberto da produção científica da África Lusófona. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação,** 2013, vol. 4, no 2, p. 5-19. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/69267

JUNIOR, Divino Ignacio Ribeiro; SANTOS, Alessa Fabíola; CORREA, Elisa Cristina Delfini; JULIANI, Jordan Pauleski. Modelo de comunicação científica na era do e-science: um modelo baseado na colaboração 2. **25 Seminário de Iniciação Científica**. Universidade Estatual de |Santa Catarina, 2015. Disponível em: https://www1.udesc.br/?id=2254.

LIRA, E. K. S.; MIRANDA, A. C. D.; TRUTA, R. Os 10 anos da conferência luso-brasileira de ciência aberta: dados iniciais. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, n. Especial, p. 211-215, 2020. Disponível em:http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/161483.

LIMA LEITE, Fernando César; DE SOUZA COSTA, Sely Maria. Modelo genérico de gestão da informação científica para instituições de pesquisa na perspectiva da comunicação científica e do acesso aberto. **Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información**, [S.l.], v. 30, n. 69, p. 43-73, mayo 2016. Disponível em: http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/55604.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos,1999

OPEN ACCESS DIRECTORY, http://oad.simmons.edu/oadwiki/Timeline.

OPEN ACCESS DIRECTORY. **Declarations in support AO.** Disponível em: http://oad.simmons.edu/oadwiki/Declarations_in_support_of_OA

PRICE, Derek John de Solla. **O desenvolvimento da ciência: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976. 77 p. Tradução de: Little science big Science.

RIOS, Fatima Pinto; OLIVEIRA LUCAS, Elaine Rosangela; SOARES AMORIM, Igor. Manifestos do movimento de acesso aberto: Análise de Domínio a partir de periódicos brasileiros. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 148-169, jan. 2019. ISSN 1980-6949. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1152.

RODRIGUES, Eloy. O acesso aberto (na UMinho e no mundo): onde estamos e por onde vamos**?** ***Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde****, v. 8*, n. 2, p. p.180-194, 2014. Doi: https://doi.org/10.3395/reciis.v8i2.631

RUSSELL, Jane M. La comunicación científica a comienzos del siglo XXI. **Revista Internacional de Ciencias Sociales,** n. 168, jun. 2001. Disponível em: http://www.campus-oei.org/salactsi/rusell.pdf.

SILVA, Augusto Paulo José da; CÁ, Tomé; ROSENBERG, Felix Júlio. A Resposta à Pandemia no Continente Africano e na CPLP. In: BUSS, Paulo M.; BURGER, Pedro (org.). **Diplomacia da saúde: respostas globais à pandemia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. p. 355–366. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/50518/2/cap_26_resposta_pandemia_continente_africano.pdf.

TARDENCILLA MARENCO, E. M.; GUAMBE, M. F. & MELO ALVES, F. M. (2015) Acceso abierto en África: dificultades y desafíos. *In:* **Desafíos y oportunidades de las Ciencias de la Información y la Documentación en la era digital: actas del VII Encuentro Ibérico EDICIC 2015** (Madrid, 16 y 17 de noviembre de 2015). Universidad Complutense de Madrid, Madrid. ISBN 978-84-608-3330-7. Disponível em: https://eprints.ucm.es/id/eprint/34752/1/X-1-Tardencilla_Acceso-abierto-en-Africa.pdf

WORDS MEDICAL ASSOCIATION. **WMA Declaration of Helsinki - Ethical Principles for Medical Research Involving Human Subjects,** 1964. Disponível em: https://web.archive.org/web/20170324130303/http://www.wma.net:80/en/30publications/10policies/b3/.

UNESCO. **Towards a UNESCO Recommendation on Open Science Building a Global Consensus on Open Science**, 2019. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/open_science_brochure_en.pdf.

Abstract: *The study regards the open access initiatives to scientific information of the Community of Portuguese Language Countries as a quick fix to the needs and problems of Lusophone countries, through the promotion of scientific communication and information literacy, crucial for peace and sustainable development, within the core values, which connect the members of this organization. Dissect the initiatives carried out by the academic communities and the governments of the mentioned countries, which have been concerned with increasing the volume of information, its access and availability, and specifically the results of scientific research. It is concluded that still scarce in number, given the existing needs and problems and the large population they cover. The corresponding policies and actions demonstrate the adherence of these institutions and organizations from CPLP countries to the Open Access movement, integrated into the global movement.*

Keywords: *Community of Portuguese Language Countries. Scientific data. Open Access. Repository. Web Portal.*

Apresentação Oral

OS MODELOS DE GESTÃO PÚBLICA E ATUAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

doi: 10.47930/1980-685X.2022.1606

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi – helenacrivellari@gmail.com
Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha - Belo Horizonte - MG
31270-901 - Brasil

SANTOS, Fabiana Pereira dos – fabiana.ufmg@gmail.com Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha - Belo Horizonte - MG
31270-901 - Brasil

Resumo: *O artigo aborda alguns aspectos de projeto de pesquisa doutoral em curso, enfocando exclusivamente uma leitura a partir de revisão de literatura e de fontes secundárias. O texto tem como objetivo mostrar que o setor público brasileiro, e nele as universidades federais, operam um modelo de gestão gerencial, herança dos padrões da administração empresarial neoliberal. Do ponto de vista da leitura de fundo, destaca-se a histórica discussão feita por Max Weber, sobre a noção de Burocracia. O artigo conclui mostrando que a categoria Bibliotecários teve comportamento análogo ao dos demais servidores públicos brasileiros. Conclui, ainda, levantando questões para o avanço desta e de novas pesquisas.*

Palavras-chave: *Gestão Pública; Universidades; Bibliotecários.*

1. INTRODUÇÃO

A história das universidades se confunde com a história do progresso técnico e social da humanidade.

A evolução das universidades se deu através do tempo e, no Brasil, culminou no que a Lei n. 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, define como “[...] instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (BRASIL, 1996).

As primeiras universidades brasileiras nasceram nas décadas iniciais do século XX. Em 1909 foi criada a Universidade de Manaus, em 1911 as Universidade de São Paulo e Universidade do Paraná. Porém, por diversas questões estas primeiras iniciativas não prosperaram. E somente em 1920 foi criada a Universidade do Rio de janeiro e em 1927 a Universidade de Minas Gerais (UMG) (SOUZA, 1996).

No Censo de Educação Superior de 2019 consta a existência de 198 universidades no Brasil. Sendo 92 universidades privadas e 106 universidades públicas. Das instituições públicas 59% são universidades federais. (INEP, 2019) Pode-se dizer, então, que as universidades públicas brasileiras compreendem mais de 50% do universo.

As mudanças observadas no cenário mundial e local têm afetado as formas de gestão das instituições públicas, assim como a atuação dos profissionais nelas inseridos. A influência neoliberal nos estados, enfraquecimento da ação regulatória desdobram em mudanças na administração de recursos humanos, trazendo novas perspectivas profissionais.

As organizações públicas, dentre elas as universidades, se mostram como grandes empregadoras de bibliotecários. Assim, é muito comum textos abordam o exercício deste profissional em bibliotecas universitárias. Pena (2007)

> [...] tendo em vista que o - conhecimento no Brasil encontra-se nas instituições estatais (escolas, universidades, centros de pesquisas). Nesse sentido, considerou-se que as políticas públicas sociais são elementos cruciais para a manutenção e crescimento do emprego dos bibliotecários, que não devem basear-se exclusivamente nas regras do mercado. Observando de maneira mais desagregada, percebeu-se ainda a representatividade do setor de ensino, com o destaque para a educação superior de graduação e pós-graduação (PENA, 2007, p. 22).

Apesar de, nos últimos anos, ter se ampliado o campo de atuação da profissão bibliotecária, pesquisas como as de Cunha e Pereira (2003), Rosemberg *et al* (2003), e de Januzzi (2003) sobre atuação do profissional no mercado de trabalho mostram que estes profissionais continuam, em sua maioria, nas bibliotecas tradicionais, trabalhando para o Estado e predominantemente nas áreas de educação e saúde.

Assim, é significativo o impacto das mudanças sociais e do mundo do trabalho ocorridas nas últimas décadas no setor público para a categoria bibliotecária. Apesar da regulamentação e proteção do trabalho bibliotecário através de legislações especificas, a atividade deste profissional passa por diversas modificações ocasionadas pelos rumos vividos na sociedade. Os modelos de gestão, historicamente vivenciados pelo setor público, influenciam diretamente nas políticas de administração de pessoas.

Com intuito de mostrar os modelos de gestão pública no país, e mais especificamente refletir sobre o impacto destes na atuação de bibliotecários empregados pelas universidades, faz-se importante perguntar: Como os modelos gestão pública no país influenciam no gerenciamento dos recursos humanos e atuação de bibliotecários? Por isso, é de extrema relevância analisar o que foi e o é a gestão pública no país, o que se faz a seguir.

2 ELEMENTOS HISTÓRICOS CONCEITUAIS SOBRE A GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA E DE SEUS RECURSOS HUMANOS

Ao longo dos anos a administração pública, absorvendo as mudanças vividas na sociedade, passou por diversos modelos de gestão, que apesar de diferentes estão interligados e entrelaçados. O tipo de gestão influencia diretamente no gerenciamento das questões relativas às pessoas que atuam no serviço público, tal qual o modo como o servidor e sua carreira são conduzidos pelo sistema. Para uma compreensão didática, alguns autores, tais como Campelo (2010), Bresser-Pereira e Spink (2006), Menon e Delcídio (2020) sugerem a seguinte tipologia de gestão: administração pública patrimonialista (clientelista), administração pública burocrática (procedimental-formal), administração pública gerencial.

2.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PATRIMONIALISTA

A administração pública patrimonialista se dá quando é quase impossível diferenciar entre o patrimônio público do Estado da propriedade privada de quem detém o poder. O termo é uma alusão à tipologia de Weber (2004), e refere-se a um sistema político social em que os limites do público e do privado se confundem, em que a relação de poder do "soberano" é legitimada pela tradição, ou por direitos adquiridos com o passar do tempo.

> O patrimonialismo, organização política básica, fecha-se sobre si próprio com o estamento, de caráter marcadamente burocrático. Burocracia não no sentido moderno, com o aparelhamento racional, mas da apropriação do cargo – o cargo carregado de poder próprio, articulado com o príncipe, sem anulação da esfera própria de competência. O Estado ainda não é uma pirâmide autoritária, mas um feixe de cargos, reunidos por coordenação, com respeito à aristocracia do subordinado. (FAORO, 1975, p. 84 *apud* CAMPELO, 2010, p. 300)

No modelo de gestão patrimonialista as formas e meios de gerenciamento dos recursos humanos não são claramente identificados, uma vez que as práticas administrativas não tinham um caráter abstrato e geral, as ações e decisões eram direcionadas a partir de valores ou interesses dos próprios agentes do governo, servidores usufruíam de status de nobreza real e os cargos eram considerados prebendas (WEBER, 2004).

Neste tipo de administração é comum as práticas de nepotismo, personalismo político, apadrinhamento, ou seja, uma rede de relações público-privadas nas quais prevalecem os "arranjos" pessoais com a finalidade de alcançar interesses particulares. Para Campelo (2010), baseado em Weber (2004), este fenômeno impede a eficiência da máquina pública, uma vez que a racionalidade e impessoalidade não podem ser exercidas.

No Brasil este modelo de gestão prevaleceu no período monárquico, depois durante a república velha (1889-1930) e, até hoje, como se vê no noticiário corrente da imprensa nacional, ainda se encontram em muitos rincões do país. Pode-se fazer uma analogia com o fenômeno do "coronelismo" brasileiro, em que o aparelho estatal mostra-se como uma extensão do domínio dos detentores do poder.

2.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BUROCRÁTICA

Ainda acompanhando a tipologia proposta por Campelo (2010), Bresser-Pereira e Spink (2006), Menon e Delcídio (2020), em parte baseada em WEBER (2004), o modelo burocrático é fundamentado na adoção de procedimentos legais rigorosos, firmando requisitos previstos em normas, a fim de viabilizar a prática de atos da administração pública.

> A administração burocrática clássica, baseada nos princípios da administração do Exército prussiano, foi implantada nos principais países europeus no final do século passado, nos Estados Unidos no começo deste século e no Brasil em 1936, com a reforma administrativa promovida por Mauricio Nabuco Simões Lopes. **É a burocracia que Max Weber descreveu, baseada no princípio do mérito profissional**. (BRESSER-PEREIRA; SPINK, 2006. p. 241, grifo nosso)

As burocracias se legitimam no poder Racional-Legal, seu tipo ideal, as organizações são sistemas sociais racionais, tendo como características o formalismo e a impessoalidade (Weber, 2004). São caracterizadas por elementos fundamentais: princípios de divisão do trabalho, hierarquia de funções, regras e padrões, compromisso profissional, impessoalidade, registros escritos (documentação).

Max Weber (1864-1920) ao investigar o processo de racionalização da sociedade na passagem da Idade Média para a Idade Moderna se dedicou a analisar a burocracia. Para Weber a burocracia é naturalmente advinda do desenvolvimento do processo social e histórico da sociedade. Na burocracia o funcionamento específico do funcionalismo manifesta-se a partir dos princípios da administração moderna, com a marca da divisão do trabalho, competências oficiais fixas e ordenadas, mediante leis ou regulamentos administrativos:

> 1) existe uma distribuição fixa das atividades regularmente necessária para realizar os fins do complexo burocraticamente dominado, como deveres oficiais; 2) os poderes de mando, necessários para cumprir estes deveres, estão fixamente

> distribuídos, e os meios coativos (físicos, sacros ou outros) que eventualmente podem empregar estão também fixamente delimitado por regras; 3) para o cumprimento regular e contínuo dos deveres assim distribuídos e o exercício dos direitos correspondentes criam-se providencias planejadas, contratando pessoas com qualificação regulamentada de forma geral. (WEBER, 2004, p. 198)

A burocracia ainda regula o princípio da hierarquia de cargos, na administração baseada em documentos e na atividade oficial (plena força do trabalho do funcionário, com tempo precisamente delimitado) com administração dos funcionários seguindo regras gerais fixas.

> A vinculação da administração moderna a regras está tão profundamente arraigada na natureza desta que a teoria cientifica moderna supõe, por exemplo, que a autorização, concedida legalmente a uma instituição pública, a regulamentar determinados assuntos mediante suas disposições não implica o direito desta de regulamentar, mediantes ordens específicas, cada caso especial, mas somente a regulamentação num nível abstrato – **contraste extremo,** como ainda veremos, **com o tipo de regulamentação que predomina, por exemplo, no patriarcalismo e que ordena todas as relações não estabelecidas na tradição sagrada, mediante privilégios individuais e concessão de graça**. (WEBER, 2004, p. 200, grifo nosso)

Nessa perspectiva, os funcionários ocupam o cargo como profissão, com o equivalente à aceitação de um dever específico de fidelidade e compromisso, diferentemente da gestão patrimonialista, o funcionário não é considerado um servidor pessoal de um soberano. Weber (2004, p. 200-1) afirma ser

> Decisivo para o caráter específico da fidelidade ao cargo moderna é o fato de que ela, em seu tipo puro, não estabelece – como ocorre, por exemplo, na relação de dominação feudal ou patrimonial – uma relação com uma pessoa, à maneira da fidelidade de um vassalo ou discípulo, mas se destina a uma finalidade impessoal, objetiva.

Assim, na formação burocrática pública a base são os funcionários (WEBER, 2004, p. 200-1), pois estes têm a função de servir de forma objetiva, seguindo as regras escritas, com intensa instrução da matéria. Para isso, o acesso aos cargos é também regido por normas gerais:

> I - o cargo é *profissão*. Isso se manifesta, em primeiro lugar, na exigência de uma formação fixamente prescrita, que: na maioria dos casos requer o emprego da plena força de trabalho por um período prolongado, e em exames específicos prescritos, de forma geral, como pressupostos de nomeação. (...)
> II. A posição pessoal do funcionário (...): O funcionário aspira sempre à *estima social* "estamental", especificamente alta, por parte dos dominados, e quase sempre desfruta desta. (WEBER, 2004, p. 200-1)

Weber (2004) deixa claro algumas outras características como vitaliciedade, progresso na carreira e remuneração em dinheiro na ocupação destes cargos. A vitaliciedade não configura, como nas formas de dominações anteriores, um "direito de posse" do funcionário em relação ao cargo, mas sim de garantias jurídicas contra o afastamento do cargo ou transferência realizados arbitrariamente. A finalidade é garantir o cumprimento rigoroso do objetivo da organização, isentando-se as considerações pessoais. O progresso na carreira, de acordo com Weber (2004), se dá de forma hierárquica, dos cargos inferiores, menos importantes e menos

bem pagos, até os superiores. As condições de ascensão se não nos próprios cargos, pelo menos em níveis salariais, ocorre segundo o tempo de serviço e mérito. Já a questão da remuneração em dinheiro se desenvolve principalmente com o progresso da economia monetária e é visto como de grande importância para os hábitos gerais da burocracia. Weber (2004, p. 205) afirma que

> Certo grau de desenvolvimento de uma economia monetária é o pressuposto normal, senão para a criação, pelo menos para a subsistência inalterada das administrações puramente burocráticas, pois sem ela, como mostra a experiência histórica, dificilmente pode ser evitado que a estrutura burocrática mude fortemente em sua natureza interna ou até seja substituída por outra.

Para Weber (2004), a expansão do fenômeno burocrático foi impulsionada pela natureza peculiar dos meios de transporte e comunicação, e à aceleração extraordinária na transmissão de comunicados públicos, de fatos econômicos ou puramente políticos. O autor ainda realça a superioridade técnica das burocracias em relação às outras formas de organização.

> A razão decisiva do avanço da organização burocrática sempre foi a sua superioridade puramente técnica sobre qualquer outra forma. A relação entre um mecanismo burocrático plenamente desenvolvido e as outras formas é análoga à relação entre uma máquina e os métodos não-mecânicos de produção de bens. Precisão, rapidez, univocidade, conhecimento da documentação, continuidade, discrição, uniformidade, subordinação rigorosa, diminuição de atritos e custos materiais e pessoais alcançam o ótimo numa administração rigorosamente burocrática (especialmente monocrática) exercida por funcionários individuais treinados, em comparação a todas as formas colegiais ou exercidas como atividade honoraria ou acessória. Quando se trata de tarefas complexas, o trabalho burocrático remunerado não é apenas mais preciso, como também muitas vezes mais barato no resultado final do que o formalmente não-remunerado, honorário. (WEBER, 2004, p. 212)

Outro fator importante é a influência da forma de dominância burocrática nos sistemas de ensino. O treinamento é visto como essencial nas burocracias devido às peculiaridades das funções e dos trabalhos. Assim, a formação especializada auxilia nas atividades, transformando cargos em profissões. A necessidade de profissionais especializados e de formação qualificada para exercício das atividades foi reforçado impactando diretamente estes sistemas.

> De modo geral, podemos apenas dizer que o desenvolvimento em direção à "objetividade" racional, ao homem "profissional" e "especializado", com seus múltiplos efeitos, é fortemente fomentado pela burocratização de toda dominação. Temos que nos limitar a indicar um componente importante deste processo: o efeito sobre a forma da educação e formação. Nossos estabelecimentos de ensino ocidentais continentais, especialmente os superiores – universidade, escolas superiores técnicas e comerciais e escolas secundarias -, encontram-se sob a influência dominante da necessidade daquela espécie de "educação" que é criada pelo sistema de exames especiais, cada vez mais indispensável para o burocratismo moderno: o ensino especializado. (WEBER, 2004, p. 230)

Assim ao analisar a burocracia enquanto sistema de caráter racional, com regras, finalidades, meios e impessoalidade objetiva, Weber conclui que ela é um eficiente instrumento de poder instaurada no intuito de aniquilar outras formas estruturais de dominação, tais qual a patriarcal e patrimonial. Porém é muito importante compreender que a burocracia moderna tem características próprias adquiridas dentro de um sistema capitalista de produção, assim não deve ser analisada isoladamente como um fenômeno atemporal e generalizado, pois é através da racionalidade advinda dos meios de produção específico que ela se ergue e se estabelece.

2.2.1 O DESENVOLVIMENTO DA BUROCRACIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

No Brasil a forma de gestão burocrática se inicia no século XIX. Para Bresser-Pereira (1996) este o modelo se implementa a partir de 1936 com a reforma Administrativa promovida por Mauricio Nabuco e Luis Simões Lopes. O movimento foi influenciado pela ascensão do capitalismo industrial e a necessidade de distinguir o político do administrador público. Foi percebido como um esforço para estabelecer um serviço público profissional, objetivo e racional. Assim, na segunda metade da década de 1930, são criados o Conselho Federal do Serviço Público Civil (CFSPC) e o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Estes órgãos representam uma tentativa de organizar e racionalizar o serviço público no Brasil. No que diz respeito à questão de recursos humanos foi um empenho em estabelecer integração entre os setores da administração pública de forma burocrática nos métodos weberianos: como a seleção e aperfeiçoamento do pessoal administrativo por princípios baseados no mérito. O objetivo foi de diminuir a influência dos interesses privados e político-partidários na ocupação dos cargos públicos.

O contexto mundial é de efervescência, a segunda revolução industrial trouxe grandes impactos e grande desenvolvimento na sociedade. Este período foi, também, de intenso avanço nas relações sociais e do trabalho no Brasil.

Ao longo do século XX, o capitalismo viveu um período de extensos saltos na área técnica e científica. O que proporcionou a evolução do sistema de transporte e a consequente circulação de pessoas e mercadorias, o desenvolvimento de um sistema de comunicação mais eficiente através de rádio, telefones e telégrafos. A soma destes fenômenos culminou com o crescimento de grandes grupos empresariais e, também, na estatização de grandes empresas, principalmente no ramo de *comodities*. Do ponto de vista dos métodos de produção industrial,

predominavam o taylorismo/fordismo, a fim de que as mercadorias fossem produzidas com mais eficiência, rapidez e aumento do lucro. (MATTOSO, 1995).

Para o setor público foi uma fase de expansão, apresentou a maior taxa de crescimento entre os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Mattoso (1995) confirma esta situação

> A intensificação dos gastos sociais na maioria dos países capitalistas avançados após a II Guerra iria efetivamente favorecer o maior e sistemático crescimento do emprego no setor público e, consequentemente da participação do emprego público no total empregado. (MATTOSO, 1995, p. 31)

No Brasil, esta década é marcada pela intervenção maciça do Estado no setor produtivo de bens e serviços, influenciado pelo modelo de bem-estar social de países desenvolvidos. Porém, é importante frisar que, aqui este 'estado de bem-estar social' jamais chegou a ser constituído de fato, em todas as suas dimensões, apesar da existência de alguns programas de redistribuição de renda.

As mudanças ocorridas no fim da primeira guerra mundial, a transferência do "centro de mundo" de poder para a América, mais especificamente para os Estados Unidos e a política deste país em disseminar seus produtos, cultura e forma de vida para todo o planeta impactaram diretamente na transformação dos Estados e as políticas públicas nacionais.

> Foi nesse contexto de ampliação do novo centro dinâmico mundial permeado pela estrutura oligopolista de competição intercapitalista que o papel do Estado modificou-se substancialmente. Assim, as políticas nacionais em diversas áreas ganharam efetividade e eficácia, superando o antigo Estado mínimo por distintas variações de Estado de bem-estar social em sua tarefa de politização da economia e sociedade. (POCHMANN, 2017, p. 314)

Este deslocamento de poder causou diversas mudanças e neste contexto se assiste ao abandono dos acordos do Segundo Pós-guerra. O mundo vive sob a influência de uma da nova estrutura oligopolista de competição intercapitalista. que traz a elevação da influência das ideias do estado mínimo e por consequência, à transformação do Estado e suas políticas públicas nacionais, um Estado mais regulador e amortecedor de conflitos sociais. A partir da década de 1950 é perceptível o fenômeno de uma nova expansão da fronteira capitalista. É o movimento de parte crescente da produção de manufatura do Ocidente para o Oriente, principalmente para Ásia. Esse deslocamento permite e incentiva ações desregulatórias neoliberais nas fronteiras nacionais, promovendo o avanço do grande capital pelas corporações transnacionais. (POCHMANN, 2017)

O enfraquecimento das nações frente ao capitalismo globalizado e o poder das grandes corporações transnacionais trouxeram impactos profundos na forma de percepção do Estado, que passou a sofrer intensivamente com a pressão de organismos internacionais.

Neste contexto mundial de avanço na debilidade das fronteiras nacionais, o Brasil passa por um longo período sendo gerido por poderes não democráticos. Estes tendiam a beneficiar determinadas áreas, segmentos e setores no interior da economia, favorecendo classes média e rica pelo Estado, por meio de monopólios sociais. Apesar da ditadura vivida, paradoxalmente, neste momento aflorava desde meados da década de 70 uma classe trabalhadora bastante ampliada numericamente, diversificada e concentrada nos setores dinâmicos de acumulação. Mattoso (1995) acredita que apesar de desarticular e perseguir o movimento sindical no país, em outra frente o regime militar assalariou e modernizou o campo, expandiu o aparelho estatal e os serviços.

Acredita-se ainda que sob domínio do regime militar ocorra uma crise da administração pública burocrática no país, uma vez que a burocracia não foi capaz de cumprir seu principal objetivo de extirpar o nepotismo e outros benefícios aos atuantes no poder. É importante mencionar a criação do decreto-Lei n. 200 publicado em 1967, uma tentativa de formalizar a prática de contratação nos moldes burocráticos, porém, foi também, uma forma superação da rigidez deste sistema. O decreto-lei tinha por objetivo viabilizar a transferência das atividades de produção de bens e serviços para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, no entanto esta tentativa de flexibilização de contratação de empregados sem concurso facilitou as práticas patrimonialistas, debilitou a realização de concursos e o desenvolvimento de carreiras de altos administradores. Ao invés de implementar e consolidar a burocracia profissional, através da abertura de concursos e delineamento de carreiras, os militares preferiram recrutamento de administradores através das empresas estatais. Este processo impossibilitou o desenvolvimento de uma burocracia civil forte nos moldes planejados pela reforma proposta de 1936. (BRESSER-PEREIRA, 1996).

Assim, o país sofre a influência de uma pressão mundial pelo sistema neoliberal de flexibilização e diminuição da atuação do Estado na economia. O que se percebe é o fortalecimento do recurso estatal para atender aos objetivos das finanças e interesses dos dominantes em detrimento de sua responsabilidade junto à população. No bojo destas solicitações está a redução de tamanho e dos custos finais para os cofres públicos, paradoxalmente requerem aumento da sua eficiência e eficácia.

Tudo isso impactou diretamente nas formas de administração da máquina pública, e nos processos inerentes a ela. O modelo de gestão burocrática é ainda muito presente no Brasil, principalmente, na administração pública atual. Porém com desenvolvimento do capitalismo brasileiro, as mudanças no mundo do trabalho e expansão das funções do Estado na sociedade, este modelo sofreu diversas críticas. Dentre elas a de tornar a máquina estatal inflexível e dispendiosa, o que vai na contra-mão dos desejos liberais de um Estado mínimo, com baixo custo, paradoxalmente flexível e de alta eficiência.

> É também possível citar pontos negativos da administração pública burocrática, comumente declinados como autorreferência, ineficiência, incapacidade de voltar-se para o serviço aos cidadãos vistos como clientes, sendo perceptível tais deficiências com a implementação do modelo burocrático. (CAMPELO, 2010).

Mundialmente o discurso de necessidade de enxugamento do Estado e sua máquina advêm dos problemas econômicos ocorridos na década de 70/80, que desencadeou uma grande crise no capitalismo e nos modelos Fordista/Taylorista. No Brasil, este período é também caracterizado pelo esgotamento do dinamismo da economia industrial e pela desarticulação do padrão de acumulação vigente desde os anos 50.

2.1.3 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL

Para CAMPELO (2010, p. 318), com a Emenda Constitucional nº 19/98, chamada de Emenda da Reforma Administrativa, inicia-se, efetivamente, a adoção dos paradigmas de gestão gerencial com os seguintes princípios basilares. São eles:

> · Ênfase na qualidade e produtividade numa reação à crise do Estado burocrático e patrimonialista;
> · Atendimento à ideologia neoliberal, com a defesa da tese do Estado mínimo, e a participação efetiva de organizações sociais e não governamentais, para o desenvolvimento de ações sociais eficazes às quais não eram alcançadas pelos governos.
> · Criação da responsabilização fiscal, que restou materializada no ano de 2000, através da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/ 2000, a qual tem por finalidade fiscalizar a gestão contábil e orçamentária, lançando novos paradigmas, metas fiscais e responsabilidades objetivas aos gestores públicos, quanto ao controle econômico e financeiro nos entes federativos, e em todas as entidades e organizações públicas da administração direta e indireta.
> · Introdução das Agências Reguladoras, como metodologia gerencial de fiscalizar, disciplinar e gerar o marco regulatório dentro de um novo contexto, macro e micro econômico nacional e internacional.
> · Valorização técnica e profissional do servidor, promovendo planos de carreira, com a finalidade de tornar a gestão gerencial efetiva, com um corpo de servidores preparados tecnicamente, capazes de absorver as novas demandas operacionais e estratégicas determinadas pelos interesses sociais, e do "novo mundo pós-moderno" e globalizado.

Historicamente, pode-se dizer que, como impacto da terceira revolução industrial, emerge um novo padrão produtivo e tecnológico. É perceptível a troca de características relativas ao

conhecido modelo de Bem-Estar Social por atributos neoliberais, pautado na predominância do setor privado e intervenção mínima do Estado na economia. As organizações estatais foram julgadas e condenadas como o maior problema da crise e de alto custo financeiro para os Estados Nacionais, sendo imperativo reduzi-las e torná-las numericamente eficiente. Assim, o Estado sofre impactos diretos com a reestruturação do novo paradigma de desenvolvimento

> O estado torna-se gradativamente incapaz de, como no passado recente, orientar o crescimento econômico. Após seu afastamento do capital produtivo externo e do desequilíbrio das finanças públicas, em meio às redobradas pressões de estoque e serviço das dívidas externa e interna. Ao final (...) o Estado encontrar-se-á enfraquecido não só financeiramente, com também política e institucionalmente, favorecendo a aventura neoliberal de desestruturação selvagem do início dos anos 90. (MATTOSO, 1995, p. 135)

Neste contexto, com a demanda de redução de custos e em resposta à crise iniciada na década de 70 surgem os modelos de gestão gerencial da administração pública. A justificativa era que a globalização exigia a redefinição das funções do Estado, cujo novo papel seria de facilitar para que a economia nacional se tornasse internacionalmente competitiva. Embora esse modelo de gestão tenha surgido para suceder a administração pública burocrática, esta não foi completamente substituída ou negada por completo. Ainda se fazem presentes muitas características da burocracia como: meritocracia, regras de remuneração, foco na carreira e desempenho do servidor, bem como a capacitação continuada.

> Após a II Guerra Mundial há uma re-afirmação dos valores burocráticos, mas, ao mesmo tempo, a influência da administração de empresas começa a se fazer sentir na Administração Pública. As ideias de descentralização e de flexibilização administrativa ganham espaço em todos os governos. Entretanto, a reforma da administração pública só ganhará força a partir dos anos 70, quando tem início a crise do Estado, que levará à crise também a sua burocracia. Em consequência, nos anos 80, inicia-se uma grande revolução na administração pública dos países centrais em direção a uma administração pública gerencial. (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 11)

Algumas características básicas definem a administração pública gerencial, dentre elas: visão orientada para o cidadão e para obtenção de resultados; descentralização e incentivo a criatividade e à inovação. Assim como a administração burocrática, a administração gerencial também parte do princípio de combate ao nepotismo e a corrução, porém se fundamenta em procedimentos menos rígidos, delegados à autoridade e de responsabilidade do gestor público. Neste processo há o rígido controle sobre o desempenho, aferido mediante indicadores acordados e definidos por contrato (BRESSER-PEREIRA; SPINK, 2006). A reforma de 1995 idealizou implementar a administração gerencial nas dimensões institucional-legal, cultural e de gestão. De acordo com Menon e Delcídio (2020, s/p.)

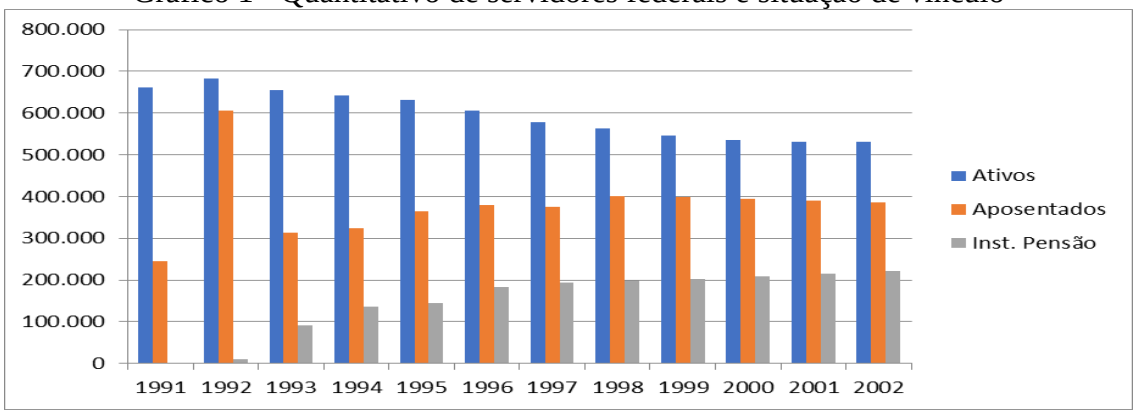
> Na primeira dimensão foram tratadas as alterações legais (constituições, leis, regulamentos) necessários as para a implantação da reforma, inclusive para criação ou modificação de instituições. O foco da dimensão cultural era eliminar o patrimonialismo e fazer a transição da cultura burocrática para a cultura gerencial. E, por fim, a dimensão de gestão seria responsável por colocar em pratica as ideias gerenciais e oferecer serviços mais baratos, mais bem controlados e com maior qualidade.

A reforma administrativa foi marcada pelo neoliberalismo e diminuição dos recursos da máquina estatal. Para o funcionalismo público, é perceptível duas vertentes que norteiam as ações e orientações da política de recursos humanos: a necessidade de se estruturar o serviço público ao novo papel do Estado qualificado e eficiente; e por outro lado a questão da diminuição dos gastos com a estrutura do governo e ajustes nas contas públicas.

3 EM NÚMEROS: EFEITOS DA GESTÃO GERENCIAL SOBRE AS UNIVERSIDADES

O projeto de reforma do Estado iniciado na década de 90 teve diretrizes claras com relação ao mercado de trabalho no setor público. Como resultado das políticas de redução do quantitativo de funcionários, da instabilidade nos cargos e na carreira, nos dois governos posteriores à democratização do país verificou-se o aumento do número de servidores aposentados e diminuição dos ativos como pode se observar no gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Quantitativo de servidores federais e situação de vínculo



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados da Secretaria de Gestão de Pessoas (GEGES); Relações de Trabalho no Serviço Público (SEGRT); Secretaria de Orçamento Federal (SOF); Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF). *Apud* BOLETIM Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais, 2017.

Neste contexto, uma das propostas mais importantes seria da reforma do Estado, seria o deslocamento das universidades para a gestão não-Estatal. Este fato não ocorreu, porém, o setor sofreu diversos cortes, banimentos e consequente sucateamento, desde os anos 90 até a metade da primeira década dos anos 2000, em que uma proposta (REUNI) de ampliação da

rede federal pública de universidades surge. Estes acontecimentos fizeram aumentar, exponencialmente, o número de profissionais nas universidades federais.

Na mesma época, sob a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, ainda há continuidade do modelo de gestão gerencial, focado nos resultados e orientado para o cidadão. No entanto, é adotada uma nova abordagem em relação à função do Estado, que voltaria seu foco para promotor de desenvolvimento social e econômico. Para tal, serão destacadas algumas ações deste governo para continuação e estabilização de uma gestão gerencial, porém paradoxalmente ao fortalecimento da máquina pública e foco em questões de amparo social. Como forma de aumento da atuação do Estado na sociedade, foram realizados novos concursos públicos, aumentando assim o quantitativo de servidores. Veja o quadro abaixo:

Tabela 1 - Quantitativo de Servidores Federais da União

	Situação Vínculo	2002	2010
Civis e militares	Ativos	809.975	970.605
	Aposentados	516.192	516.635
	Inst. Pensão	396.143	397.280
	Total	1.722.310	1.884.520

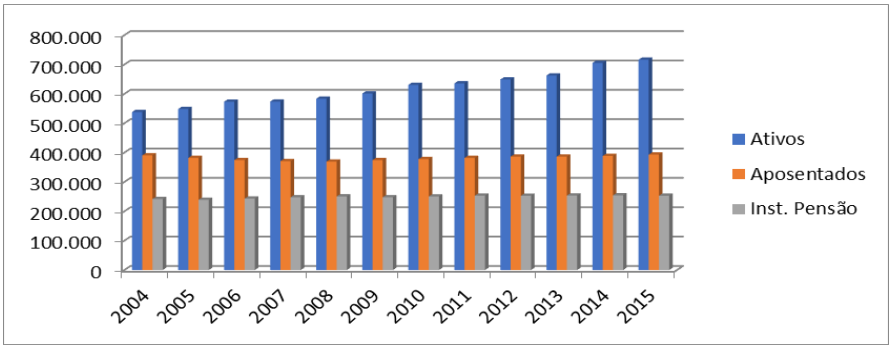
Fonte: Tabela elaborada a partir de dados da Secretaria de Gestão de Pessoas (GEGES); Relações de Trabalho no Serviço Público (SEGRT); Secretaria de Orçamento Federal (SOF); Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF). *Apud* BOLETIM Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais, 2017.

Além dos concursos, o governo PT, através do Decreto 6077/2007, determina e disciplina o retorno ao serviço dos servidores e empregados demitidos no governo a partir de 1992, cuja anistia tenha sido reconhecida pelas Comissões anteriormente instituídas.

Em relação à gestão de recursos humanos, um progresso ocorrido neste período foi o estabelecimento perene da Mesa Nacional de Negociação Permanente – MNNP. Esta junta seria um canal de relações entre governo e entidades representativas de trabalhadores da administração direta, fundacional ou autárquica, sempre em busca de uma saída negociada para os possíveis impasses. Através das negociações desta mesa e de outros processos em paralelo a classe de funcionários públicos conseguiu avanços significativos no desenvolvimento da carreira e recomposição de salários. Destaque novamente para os diversos concursos públicos deste período, o que recompôs alguns quadros bem defasados da administração pública. No entanto, de acordo com Moraes, Silva e Costa (2008) esta recomposição não foi realizada de forma igualitária, foram priorizados setores com maiores déficits (como a educação), e outros considerados importantes para o projeto de desenvolvimento em curso.

É inquestionável o aporte em número de servidores que ocorreu na Era PT com intuito de aumento e fortalecer a máquina estatal. No gráfico abaixo é possível perceber o aumento quantitativo de servidores ativos.

Gráfico 2 - Quantitativo de servidores federais e situação de vínculo



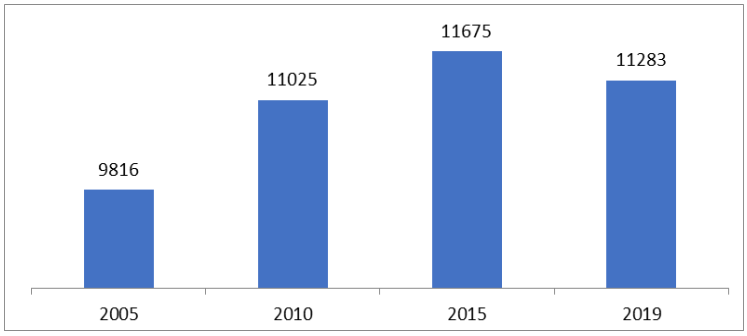
Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados da Secretaria de Gestão de Pessoas (GEGES); Relações de Trabalho no Serviço Público (SEGRT); Secretaria de Orçamento Federal (SOF); Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF). *Apud* BOLETIM Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais, 2017.

Conforme citam alguns autores (BRESSER-PEREIRA, 1996; BERGUE, 2007; MENON, DELCIDIO, 2020), as formas de gestão governamental, nas últimas décadas, mudam o nome. Porém os princípios de organização, hierarquia, assalariamento, entre outras características, continuam os mesmos. O que torna as análises realizadas por Weber (2004) atuais e importantes para reflexão sobre o sistema público no Brasil. Na próxima seção serão abordadas questões relativas ao profissional Bibliotecário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS BIBLIOTECÁRIOS BRASILEIROS

Por meio do gráfico abaixo é possível perceber a volatilidade no número de bibliotecários atuando no mercado formal através dos anos mais recentes, havendo aumento significativo entre 2005 e 2015 (Era PT) e uma retração se comparado a 2019.

Gráfico 3 - Quantidade de bibliotecários atuantes no mercado formal



Fonte: Elaboração própria com dados da RAIS/MTE (2020)

Pena (2007) também demonstra estatisticamente como os profissionais bibliotecários sofreram os efeitos da reestruturação produtiva e a consequente influência das políticas neoliberais de desvalorização do trabalho ocorridas nas últimas décadas no Brasil para a categoria:

> Quando se observa a evolução do emprego nos diferentes setores de atividade econômica, constata-se os reflexos das mudanças nas políticas econômicas, [...]. Em primeiro lugar, chama a atenção a estagnação, em números absolutos, e queda da participação relativa do emprego na administração pública direta que foi, historicamente, a grande empregadora dos bibliotecários absorvendo, em 1989, 52% da categoria. Nos anos neoliberais, essa participação caiu para 33% (1995), chegando em 2003 a menor representatividade, com 25% do emprego. (PENA, 2007, p. 100)

A tabela abaixo mostra que em 2019 existiam 4827 bibliotecários atuando no país sob o vínculo estatutário, sendo estes 42% do total da população pesquisada. Vale ressaltar a possibilidade de profissionais em regime CLT atuando também em organizações estatais, o que reforça a importância do Estado para empregar bibliotecários. Entretanto, as contratações, via CLT, no âmbito do aparelho estatal, demonstram o fenômeno da "terceirização", outra característica fundamental do modelo gerencial na administração pública.

Tabela 2 - Tipos de vínculos

Tipo Vínculo	Quantidade
CLT	6009
Estatutário	5229
Outros	27
Total	11265

Fonte: Elaboração própria com dados retirados da RAIS/MTE (2020)

Acrescente a isso, à constante chegada e desenvolvimento de ferramentas tecnológicas ao contexto laboral, o que ocorre também nas universidades federais, exigindo capacitações, habilidades e formações continuadas, bibliotecários sintonizados com a dinâmica da informação e capazes de agirem como mediadores no acesso às suas fontes, bem como prontos para atuarem também como educadores (SANTOS, 2015, p. 18).

De fato, as mudanças observadas no cenário mundial e local têm afetado as áreas de atuação dos profissionais no contexto brasileiro, desempenho neoliberal dos estados, enfraquecimentos da ação regulatória desdobram em mudanças na carreira e trazendo novas perspectivas profissionais. Para além das questões relacionadas a atividade profissional e aos processos de trabalho (Marx, 2013), os profissionais passam por momentos de readaptação.

Com relação ao trabalho em organizações públicas não foi diferente, apesar de estar atrás de uma cortina que aparenta regulamentação e direitos adquiridos, o serviço público vem sofrendo impactos diretos da reestruturação produtiva e da política neoliberal que está sendo implementada nos países em desenvolvimento nas últimas décadas.

É possível encontrar na literatura (BERGUE, 2007; BRESSER-PEREIRA, 1996; MENON, DELCIDIO, 2020) que as organizações públicas brasileiras passaram por três modelos de gestão, que apesar de não estarem totalmente dissociados, são passíveis de serem visualizados separadamente: a administração pública patrimonialista, administração pública burocrática, administração pública gerencial.

Vale ressaltar que as políticas de administração de pessoas se modificam e se adaptam a cada modelo de gestão, e assim, também, passa por diversas alterações através dos tempos, porém as nuances patrimonialistas e burocráticas analisadas por Weber (2004) ainda se fazem presente em todas as fases.

Para finalizar, sugere-se que este debate se expanda para outros grupos, no interior das universidades federais, em particular os professores.

REFERÊNCIAS

BOLETIM Estatístico De Pessoal: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público, v.21, n.249, jan. 2017, Brasília: MP, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/arquivos/planejamento/arquivos-e-imagens/secretarias/Arquivos/servidor/publicacoes/boletim_estatistico_pessoal/2017/bep-dezembro-2017. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais. Acesso em: 10 maio 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luíz C. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço público**, v. 47, n. 1, p. 7-40, 1996. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/702/550 . Acesso em: 05 fev. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAMPELO, Graham Stephan Bentzen. Administração pública no Brasil: ciclos entre patrimonialismo, burocracia e gerencialismo, uma simbiose de modelos. **Ci. & Tróp**., Recife, v.34, n. 2, p. 297-324, 2010

CUNHA, M.V.; PEREIRA, M.C. O perfil do profissional da informação em Santa Catarina: primeiros resultados. In: ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação,2003, Belo Horizonte**. Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM

FAORO, Raymundo**. Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. rev. Porto Alegre: Globo/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2001. *Apud* CAMPELO, Graham Stephan Bentzen. Administração pública no Brasil: ciclos entre patrimonialismo, burocracia e gerencialismo, uma simbiose de modelos. **Ci. & Tróp.,** Recife, v.34, n. 2, p. 297-324, 2010.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo de Ensino Superior no Brasil**. [Brasília]: [*s.n*] [2019]. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados . Acesso em: 17 jan. 2021.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **SINOPSE Estatística da Educação Superior 2019.** Brasília: Inep, 2020. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse . Acesso em: 10 dez. 2020.

JANUZZI, P. M. Biblioteconomistas e outros profissionais da informação no mercado de trabalho brasileiro: 1980 – 1996. In: ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2003, Belo Horizonte**. Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013. 3v.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995. 210p.

MENON, Isabela de Oliveira; DELCIDIO, Carlos. **Gestão de pessoas na administração pública**. São Paulo: Editora Senac, 2020. E-book.

PENA, André de Souza. **A evolução do mercado de trabalho formal do profissional da informação no Brasil**: um estudo a partir da RAIS/MTE, 1985 a 2005. 2007. 165 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2007.

POCHMANN, Marcio. Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da Nova República. **Educação & Sociedade,** v. 38, p. 271-530, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00309.pdf . Acesso em: 15 nov. 2019.

RAIS. **Relação Anual das Informações Sociais.** Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2021. Disponível em: http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp .Acesso em: 16 mar. 2020.

ROSEMBERG, D. S. *et al.* O perfil do bibliotecário em exercício no Espírito Santo. *In:* ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação,2003, Belo Horizonte**. Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM

SANTOS, Fabiana Pereira dos**. O saber-fazer de bibliotecários de referência no desenvolvimento do letramento informacional acadêmico de graduandos**. Belo Horizonte, 2015. 146f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local) - Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2015.

SOUZA, José Geraldo de. Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares. **Revista da Faculdade de Educaçao, PUCCAMP**, Campinas, v. 1, n.1, p. 42.58, ago.,1996. Disponível em: http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reveducacao/article/view/461/441 . Acesso em: 04 maio 2020.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. v. 2

PUBLIC MANAGEMENT MODELS AND LIBRARIAN PERFORMANCE IN FEDERAL UNIVERSITIES

Abstract: *The article addresses some aspects of an ongoing doctoral research project, focusing exclusively on a reading based on a literature review and secondary sources. The text aims to show that the Brazilian public sector, and in it the federal universities, operate a managerial management model, inherited from the standards of neoliberal business administration. From the background reading point of view, the historical discussion made by Max Weber on the notion of Bureaucracy stands out. The article concludes by showing that the Librarians category behaved similarly to other Brazilian public servants. It also concludes by raising questions for the advancement of this and new research.*

Keywords: *Public administration; Universities; Librarians*

Apresentação Oral

PERFIL PROFISSIONAL EM DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

doi: 10.47930/1980-685X.2022.1607

MANGUE, Manuel Valente –E-mail: manuel.mangue@uem.ac.mz
Escola de Comunicação e Artes. Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique

MATEUS, Delfina Lázaro– 100357049@alumnos.uc3m.es
Escola de Comunicação e Artes. Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique

MOLA, Henriqueta Durão Mola– henriquetamola@gmail.com
Escola de Comunicação e Artes. Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique

Resumo: *O estudo busca analisar a evolução do perfil do profissional que atua na área de informação em Moçambique tendo em consideração a ocupação, o nível académico e a competência profissional, tendo, ainda que de forma sintética, um olhar sobre a formação e as normas de exercício profissional no Brasil. A recolha de dados foi feita através da aplicação de um inquérito de forma não probabilística acidental ou por acaso, a nível nacional, ao qual responderam 79 ex-estudantes (de um universo, por estimativa, de aproximadamente 400) e paralelamente se aplicou entrevistas semi-estruturadas para os empregadores. Os resultados preliminares mostram uma grande evolução no que respeita ao nível de formação dos graduados e que atuam na área de informação em Moçambique, quase a totalidade (95%) teve a sua formação em Moçambique, dos quais 77,2% formou-se em Biblioteconomia, Arquivologia ou Documentação e Informação. Há uma evolução na proporção de funcionários com os níveis comparativamente mais altos de formação. Sobretudo comparado com o ano de 2003. Ou seja, há uma evolução exponencial nos profissionais com o nível superior, muito em particular os formados em área específica. No que diz respeito à ocupação, o Estado e as instituições públicas continuam sendo os maiores empregadores. Ou seja, a maioria (63,3%) está como funcionário ou agente do Estado e os trabalhadores em institutos ou empresas públicas perfazem 11,4%, em segundo plano.*

Palavras-chave: *Professional de informação .Moçambique. Formação. Perfil do profissional. Ciência da Informação*

1 INTRODUÇÃO

O perfil profissional na área de Ciência da Informação (e não só), vem se alterando, acompanhando a evolução da própria área do conhecimento e as exigências de um mercado de trabalho cada vez mais globalizado e competitivo, como também reconhecem Silva e Ribeiro (2004) e Moreiro Gonzalez e Vergueiro (2012) que destacam "a carreira do profissional do sector *[SIC]* da informação e documentação entre as que mais tem sofrido transformações, influenciadas pela aplicação das tecnologias e pela transdisciplinaridade, exigindo a busca de conhecimentos em outros campos do saber, tais como a administração e a comunicação" (MOREIRO GONZÁLEZ e MANGUE, 2014).

De modo específico, em Moçambique, só a partir da década 90 o campo de informação começa a sair do estado de letargia no qual estava mergulhado, época em que, de um modo geral, dá-se início a um processo sistemático de formação de quadros, como um dos resultados da capacitação dos primeiros grupos de bibliotecários e arquivistas que se estudaram em países com alguma tradição nestas áreas[1] (MOREIRO GONZÁLEZ e MANGUE, 2014) e que passam a contribuir para que esta formação ocorra no território nacional.

O campo de Ciência da Informação em Moçambique, nível de graduação, inicia formalmente em 2009 na Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane (ECA), com ênfase em Biblioteconomia e em Arquivística, [...] fruto de um Estudo de Viabilidade para a Implantação do Curso de Ciência da Informação em Moçambique, desenvolvido em parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Brasil e o FBLP, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil" (MOREIRO GONZÁLEZ e MANGUE, 2014). Na sequência, em 2010, a Escola Superior de Jornalismo (ESJ) cria o curso de graduação em Biblioteconomia e Documentação.

[1] Entre eles o Botwana, Espanha, Brasil (em destacado plano pela quantidade de formados) e mais tarde Inglaterra, Portugal entre outros.
No Brasil e no caso da Biblioteconomia, o primeiro curso surgiu a partir do Decreto 8.835 de 11 de Julho de 1911 na Biblioteca Nacional (ALMEIDA, 2013 apud RUSSO, 1966; CASTRO, 2000). O segundo curso foi criado em São Paulo em 1929 no Mackenzie College: "Curso Elementar de Biblioteconomia" (ALMEIDA, 2013). Em 1936, com a criação do Curso de Biblioteconomia do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo por Rubens Borba de Moraes o curso do Mackenzie College encerrou suas atividades e volta em 1940 na na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ALMEIDA, 2013 apud RUSSO, 1966; CASTRO, 2000). Em 1962 a Biblioteconomia foi elevada a status de profissão de nível superior (FONSECA, 1979)

Estes por sua vez, dão sequência ao esforço feito em 1998 com a criação do Instituto Médio de Ciências Documentais (CIDOC), que visava a formação de nível médio na área documental em Moçambique, esta como a primeira experiência de formação sistemática no pós-independência. Até então, a formação, quando houvesse, era feita com base no esforço de pessoas, individualidades, organismos governamentais e não-governamentais que, de forma isolada, procuram promover a área e o acesso às fontes bibliográficas em Moçambique, embora tal esforço fosse "[...] em pequena escala, de curta duração, não especializada, geograficamente limitada e não cobria a infra-estrutura". O apoio, portanto, na sua maioria, estava ligado a objetivos específicos e não estratégicos (MOURA e AMARAL, 2005). O CIDOC, para além de estudantes moçambicanos (do norte ao sul do país), contempla e recebeu estudantes de outros Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), entre eles, Angola e Cabo Verde.

A criação do curso superior nessa área representou o culminar de ações que aos poucos vinham se articulando como resposta, não só da demanda pela eficiente organização e difusão de fontes de informação e da própria informação, mas também como o baluarte para se fazer frente aos constrangimentos pelos quais a área atravessa.

Com estas mudanças estruturais, compreender as metamorfoses pelas quais passa o perfil profissional ganha capital importância na sociedade moçambicana, na medida em que auxilia na determinação das demandas e das ações e competências objetivas e subjetivas necessárias para o crescimento e consolidação da área no país. É com base na determinação dos perfis profissionais que as universidades determinam os objetivos curriculares de formação, bem como os conteúdos, métodos e meios de seus planos e programas de estudos (FORREST, 2008[2]; VALENTIM, 2000[3] *apud* MOREIRO GONZALEZ E VERGUEIRO, 2012, p. 233). Nestes termos, a formação profissional "envolve aspetos que compreendem desde a apreensão de conhecimentos específicos até a apreensão de elementos subjetivos, que incluem a ética profissional, empregabilidade e desenvolvimento da profissão" (WALTER, 2008, p. 72); isto é, envolve aspetos que contemplam a formação integral do homem, considerando, igualmente, as circunstâncias que o envolvem (MORIN, 2002). Ou ainda, os indicadores sobre mercado

[2] FORREST, M. Learning and teaching retrospective. **Health Information and Libraries Journal**, v. 25, p. 22-24, 2008.

[3] VALENTIM, M. Introdução. Profissional da Informação: formação, perfil, e atuação profissional. In: VALENTIM, M. (Org.). **Profissionais da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. P. 7-29.

de trabalho são fundamentais, pois refletem o nível de empregabilidade contribuindo para a compreensão da relação educativa, conforme destacam Pena e Crivellari (2020).

Dados sistematizados a respeito do perfil profissional no país remontam a 2003, com a publicação do Directório dos Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação e Informação, realizado pelo Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa, com o apoio da Agência Norueguesa para o Desenvolvimento (NORAD). Em 2013, 10 anos depois, portanto, um outro estudo – Perfil profissional na área de Ciência da Informação em Moçambique (MOREIRO GONZÁLEZ e MANGUE, 2014 – foi realizado, a coberto da parceria entre a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e a Universidade Carlos III de Madrid (UC3M), no âmbito do projecto *"consolidación de la capacidad tecnológica y formativa para la enseñanza a distancia y el autoaprendizaje de los docentes y profesionales de la información en los centros de la Universidad Eduardo Mondlane (Mozambique)"*, com o apoio da Agencia Españhola de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID). Este estudo, cujos resultados foram publicados em 2014, tinha como objectivos específicos: (a) mapear os principais tipos de unidades de informação e espaços de actuação dos profissionais da informação em Moçambique; (b) analisar o tipo e o nível de formação educacional dos profissionais que atuam no sector de Informação em Moçambique; (c) analisar o tipo de competências dos profissionais que atuam na área de Ciência da Informação em Moçambique; e analisar as necessidades de formação dos profissionais que atuam no sector de informação em Moçambique, tendo como referência as necessidades identificadas a partir do seu espaço de atuação.

Por sua vez, um outro estudo, ora em andamento, procura atualizar os dados referentes ao perfil do profissional nesta área, tendo como referência os objetivos do trabalho realizado em 2013 e é nestes termos que o presente artigo busca fazer análise da evolução do perfil do profissional que atua na área de informação em Moçambique, tendo em consideração essencialmente a três categorias, nomeadamente: (a) ocupação; nível académico; e competência profissional. Questões relacionadas com o estágio de desenvolvimento e o potencial informacional também serão cá trazidas.

Ainda que as categorias não sejam necessariamente as mesmas, acredita-se que há pontos de interceção que permitam inferir sobre a evolução no perfil profissional em Moçambique

2. MÉTODOS E TÉCNICAS

Com o intuito de fundamentar a criação do curso de Mestrado em Ciência da Informação no país, um levantamento qualitativo sobre os egressos dos cursos de graduação em Biblioteconomia e Arquivologia e áreas afins - como é o caso da Comunicação (potenciais interessados na pós-graduação em CI, embora seja este um curso interdisciplinar) - e sobre o mercado de trabalho destes profissionais. Para tal, um inquérito foi aplicado de forma não-probabilística acidental ou por acaso, entre os meses de novembro e dezembro de 2021, a nível nacional, ao qual responderam 79 ex-estudantes, de um universo, por estimativa, de aproximadamente 400). Paralelamente, entrevistas semi-estruturadas foram realizadas aos empregadores em geral, tendo em conta as categorias tais como demandas informacionais, perfil de uso de informação em Moçambique, estágio de desenvolvimento e o potencial informacional da sociedade moçambicana no que se refere às acções de organização, uso, gestão, produção, processamento e disseminação da informação.

3 PERFIL OCUPACIONAL E EDUCACIONAL DO PROFISSIONAL DE INFORMAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Em 2003, de acordo com o *Diretório dos Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação e Informação*, num total de 261 unidades documentais, foram identificados 627 trabalhadores (maioritariamente ligados à atividades de processamento técnico de documentos), dos quais 62,8% com formação secundária (10 a 12 anos de escolaridade); 25,6% com o nível Primário (5 e 7 anos de escolaridade); e 11,6% com ensino superior. Em termos de formação específica, apenas 1,6% dos profissionais tinha a formação superior específica na área documental e de informação.

No que concerne à formação, prevaleciam os cursos de curta duração, ministrados por alguns centros privilegiados no país em termos de quadros da área. Só a partir da década de 1990 a área documental e de informação renasce quando, em especial, a UEM envia o primeiro grupo de indivíduos para a formação específica, em países como o Botwana, o Brasil e a Espanha; quando em 1998 é criado o CIDOC; quando em 2009 a UEM, através da Escola de Comunicação e Artes, cria o Curso de Graduação em Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia e em Arquivologia; e quando em 2010 a Escola Superior de Jornalismo cria o curso de graduação em Biblioteconomia e Documentação.

O estudo sobre o *Perfil profissional na área de Ciência da Informação em Moçambique* (MOREIRA GONZÁLEZ e MANGUE, 2014) - essencialmente qualitativo quanto à abordagem - contou com uma amostra de 288 profissionais. Como resultado, concluiu-se que, de facto, as bibliotecas e os arquivos continuam como espaços, por excelência, de actuação deste profissional, com destaque para as instituições públicas como maior empregador, a maioria vinculados à Biblioteca Universitária. Ou seja, dos 288 profissionais que responderam ao inquérito, a maioria, 38.6%, está vinculada à biblioteca universitária[4]. As Bibliotecas (e Centros de Documentação de empresas) e os Arquivos, com 23,6% e 16,1%, respetivamente, estão em segundo e terceiro planos.

Constatou-se também uma evolução na proporção de funcionários com os níveis comparativamente mais altos de formação, com destaque para a graduação universitária, cujo índice mais do que dobrou de 2003 para cá. Ou seja, em 2014, entre os profissionais que atuam na área de informação em Moçambique predominava o nível médio de escolaridade, perfazendo cerca de 39.5%. O número de graduados (não necessariamente na área específica)[5], era de 27,6%.

Em relação a 2003 houve uma melhoria significativa relativamente ao número de profissionais com graduação - cuja proporção mais do que duplicou: saindo de 11,6% (DIRECTÓRIO..., 2003) para 27,6% em 2014. Em 2003, 62,8% tinham o nível médio de escolaridade, nível correspondente a 39,5% em 2014. Neste ano houve também uma ligeira queda no índice dos que tinham até o nível básico, de 25,6% para 19,2% (Vide Tabela 1)

[4] A informação em relação ao vínculo confirma parcialmente a constatação feita por ocasião do *Estudo de Viabilidade para a implantação do Curso de Ciência da Informação em Moçambique,* segundo o qual as bibliotecas universitárias aparecem como o maior "empregador" dos profissionais da área da informação. Para esse estudo, com 69 pessoas inqueridas, "a maioria dos profissionais [atuava] em bibliotecas universitárias (39,1%) …" (MOURA e AMARAL, 2008, p. 35).

[5] No Brasil, por exemplo e no caso de Biblioteconomia, desde 1962 que é pereptório e claro sobre o exercício da Profissão pelo (Lei 4.084/62): Art 1º - A designação profissional de Bibliotecário [...] é privativa dos bacharéis em Biblioteconomia, de conformidade com as leis em vigor; Art 2o - O exercício da profissão de Bibliotecário, em qualquer de seus ramos, só será permitido: a) aos Bacharéis em Biblioteconomia, portadores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas; b) aos Bibliotecários portadores de diplomas de instituições estrangeiras que apresentem os seus diplomas revalidados no Brasil, de acordo com a legislação vigente (BRASIL, 1962).

Tabela 1 – Evolução do perfil educacional, 2003 e 2014

Nível		**Percentagem (%)**	
		2003	**2014**
Básico		25,6	19,2
Médio		62,8	39,5
Superior	Graduação	11,6	27,6
	Pós-Graduação	-	5,4
Outros		-	8,3
Total		100	100

Fonte: adaptado (MOREIRO; MANGUE, 2014)

Como já se fez referência, os graduados de nível superior em serviço nos setores de informação não tinham necessariamente a formação específica na área, registando-se especialidades que variavam desde os formados em gestão de empresas, construção civil até à gestão de Ambiente e Planeamento. Os formados em Documentação ou Biblioteconomia ou Biblioteconomia/Documentação ou ainda Ciência da Informação, correspondia, ao todo, 12,8%.

Um aspeto importante tem que ver com o local de formação. Em 2014, quase a totalidade dos profissionais que atuavam na área de informação (93,7%) concluiu a sua formação em Moçambique. Entretanto, o Brasil, em segundo plano, apresenta-se como um parceiro estratégico na formação específica de nível superior em Biblioteconomia, Arquivologia ou Ciência da Informação.

Um outro aspeto especialmente importante observado em 2014 é a presença de níveis académicos ou estágios mais avançados – a especialização, o mestrado, o doutoramento e o pós-doutoramento; níveis que no Diretório de 2003 não eram mencionados. Nestes casos e pelos dados de 2014, significa que os cursos de pós-graduação foram concluídos fora do país.

Por sua vez, a partir do estudo de egressos dos cursos de graduação em Biblioteconomia e Arquivologia, do qual tomaram parte 79 ex-estudantes, quase a totalidade (95%) teve a sua formação em Moçambique, quais 77,2% formou-se em Biblioteconomia, Arquivologia ou Documentação e Informação. No que diz respeito à ocupação, a maioria (63,3%) são funcionários ou agentes do Estado e os trabalhadores em institutos ou empresas públicas perfazem 11,4%, em segundo plano. Ainda no conjunto dos respondentes, cerca de 43% não frequenta ou frequentou uma pós-graduação. Entre os que frequentam ou frequentaram a pós-

graduação, para apenas 14,7% a formação está intrinsecamente ligada à Ciência da Informação.

Comparativamente ao levantamento feito em 2014 e no que concerne à formação complementar, constata-se que cerca de 65,6% dos profissionais participaram de algum tipo de formação complementar. Este índice é de 48,8% quando se trata de profissionais com o nível superior. No presente estudo, um pouco mais da metade dos respondentes (52%) frequentou algum curso complementar de diversas especialidades, entre elas a gestão electrónica de documentos, planificação e gestão de projectos, gestão de bases de dados, gestão de dados científicos, relações-públicas, preservação de documentos e literacia informacional.

Quanto ao nível de conhecimento em relação as Tecnologias de Informação e Comunicação, 38,9% considera ter domínio; 41,7% tem conhecimentos; e os restantes têm noções. Em 2014, o índice dos que consideravam ter conhecimentos correspondia a 44,7%.

Quanto às necessidades de formação, seja em 2014 ou no atual levantamento, estas apontam para praticamente todas as vertentes e especialidades, desde as mais tradicionais, como a aquisição de coleções, catalogação, classificação, indexação, gestão documental, organização e arrumação de coleções, gestão documental e arquivo permanente, passando pela administração e gestão, análise e implementação de sistemas de informação, gestão de bases de dados, repositórios e elaboração e manutenção de sítios *web*, até à gestão de dados de investigação e à animação cultural. Ou seja, "a aplicação e gestão de bases de dados, a gestão de unidades de informação, a criação e manutenção de sítios web destacam-se entre as necessidades de formação por parte dos profissionais que atuam na área de informação. Entretanto, essa necessidade também permanece em relação às atividades tradicionais da área documental, com ressalva para a atividade de classificação" (MOREIRA GONZÁLEZ e MANGUE, 2014, p. 44 – *SIC*).

As necessidades aqui apontadas se ampliam quando se trata do aprofundamento em relação aos fundamentos epistemológicos e metodológicos da CI; quando se trata de refletir e repensar o lugar e o papel do profissional da informação e da Ciência da Informação para o desenvolvimento próprio da CI e do país.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de compreender a evolução do perfil do profissional na área de documentação e informação em Moçambique, tendo em conta, essencialmente a sua ocupação e nível educacional, conclui-se que, de facto, as unidades de informação continuam sendo os espaços de atuação, por excelência, deste profissional. As instituições estatais e públicas constituem os maiores empregadores. Contudo, há sinais de atuação deste profissional em outras áreas e setores específicos. Estes indícios corroboram as teses segundo as quais este profissional pode atuar "em muitos setores produtivos, abarcando praticamente todos os setores de atividade" (MOREIRO GONZALEZ, VERGUEIRO e SÁNCHEZ-CUADRADO, 2012, p. 69).

No que concerne à formação, constata-se uma evolução na proporção de funcionários com os níveis comparativamente mais altos de formação. Sobretudo comparado com 2003, há uma evolução exponencial nos profissionais com o nível superior, muito em particular os formados em área específica. Ou seja, se de 2003 a 2014 os dados mostram um aumento paulatino de profissionais formados em áreas específicas como a Biblioteconomia, Arquivologia, Documentação e Ciência da Informação, de 2014 a esta parte o aumento é mais significativo, impulsionado pela formação nas instituições do ensino superior do país. De um modo geral, a evolução no nível de formação inclui o nível de pós-graduação.

Numa área fortemente influenciada pelas novas tecnologias de informação e comunicação, a formação complementar neste campo destaca-se entre as necessidades de formação por parte dos profissionais que atuam na área de informação. Entretanto, essa necessidade também prevalece em relação às atividades tradicionais da área documental,

Portanto, apesar de persistirem importantes desafios para a área documental, de um modo geral, os dados apontam para uma evolução no perfil do profissional que atua na área da informação; melhoria que, infere-se, representa uma das mudanças estruturais mais importantes ocorridas na área documental, especialmente se tivermos em conta o ambiente quase gélido que antecedeu a uma abordagem mais sistematizada da área; e se tivermos em conta o cenário também agreste descrito em 2003. Sublinha-se que dessa época para cá, a proporção de profissionais com o nível superior mais do que dobrou, além de que outros níveis como o de mestrado e de doutoramento passaram a ser considerados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Neilia Barros Ferreira. De perfil profissional em documentação e informação em moçambique**.** *In:* XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, Florianópolis, 2013. **Anais...** 2013.

BRASIL. Lei 4.084/62, de 30 de junho de 1962, Brasília, junho de 1962

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia Brasileira**: perspectiva histórica. Brasília, DF: Thesaurus, 2000. 287p.

EDUCAÇÃO E IDENTIDADE, 8., 2020, Belo Horizonte: UFMG. **Anais**... Belo Horizonte: UFMG, 2018. p. 21-38. Disponível em: https://sitre.appos.org.br/wp-content/uploads/2021/01/GT-19-Trabalho-e-formacao-profissional-nos-campos-da-informacao-e-da-cultura.pdf. Acesso em: 26 abr. 2022.

FERREIRA, Danielle. Profissional da Informação: perfil de habilidades demandadas pelo mercado de trabalho. **Ci. Inf**., v. 32, n. 1, p. 42 – 49, jan./abr. 2003.

FONSECA, Edson Nery da. **A Biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1979. 247 p.

GONDIM, S. M. G. Perfil profissional e mercado de trabalho: Relação com a formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. **Estudos de Psicologia**, v. 7, n.2, p. 299-309, 2002.

GÚTIEZ, Manuel Carrión. **Manual de Bibliotecas.** Fundación Germán Sánchez Ruipérez. Madrid: Ediciones Pirâmide, 1990.

MANGUE, Manuel Valente. **Consolidação do processo de informatização em sistemas de bibliotecas de universidades da África do Sul, Brasil e Moçambique**. 2007. 289f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. Orientadora: CRIVELLARI, Helena).

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MOREIRO GONZÁLEZ, José António. Ofertas de trabalho na web para os profissionais brasileiros da informação-documentação: análise das competências e habilidades exigidas pelas empresas e instituições. **Perspetivas em Ciência da Informação**, v.17, n.1, p.231-250, jan./mar. 2012.

MOREIRO GONZÁLE, José António; MANGUE, Manuel Valente. **O perfil do Profissional de informacao e Moçambique.** 1ed. Maputo**.** 2014

MOURA, Maria Aparecida; AMARAL, Wanda. **Estudo de viabilidade para a criação do curso de Ciência da Informação em Moçambique**. Belo Horizonte/ECI; Maputo/FBLP, 2008.

PENA, André de Souza; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi.Mercado de trabalho dos bibliotecários, arquivistas e museólogos: uma análise a partir dos dados do CAGED. *In:* Simpósio Internacional de Trabalho, Relações de Trabalho.

PROJETO para implantação do Curso de Graduação em Ciência da Informação em Moçambique. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2005.

RUSSO, Laura Garcia Moreno. **A Biblioteconomia brasileira**: Rio de Janeiro: INL, 1966. 357p.

SILVA, Adriana Gonçalves da. **Biblioteca Escolar**: o caso da E.E.E.F.M Waldemar Henrique. 2008. (Trabalho de conclusão de curso Faculdade de Biblioteconomia; Instituto de ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pará, Belém, 2008).

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. Formação, perfil e competências do profissional da Informação. *In*: Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 8, Estoril, 2004 – Nas encruzilhadas da Informação e da Cultura: (re)inventar a profissão: **Actas**. [CD-ROM]. Versão em Word para Windows XP. Lisboa: BAD, 2004.

SILVA, M. A. O perfil do profissional: estudo de caso da Biblioteca Central de Ribeirão Preto-USP. *In*: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 15, Ribeirão Preto, 2005. Ribeirão Preto, **Anais…** 2005. P. 1 – 14.

WALTER, Maria. **Bibliotecário no Brasil:** representação das profissões. 2008. 345f. (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2008).

Abstract: *The study aims to analyze the evolution of the profile of the professional who works in the information area in Mozambique, regarding the occupation, academic level, and professional competence, having, albeit in a synthetic way, a look at training and occupation norms in Brazil. The data were obtained through the survey, in a non-probabilistic way, accidental or by chance, at the national level, to which 79 former students responded (from a universe, by estimative, of approximately 400). In parallel, semi-structured interviews were applied to employers. Preliminary results show a great evolution regarding the level of training of professionals who are graduated and working in the information area in almost all (95%) had their training in Mozambique, of which 77.2 % graduated in Librarianship, Archival Science or Documentation and Information. There is an evolution in the proportion of employees with comparatively higher levels of training, especially compared to 2003. In other words, there is an exponential evolution in professionals with higher education, particularly those trained in a specific area. Regarding occupation, the State and public institutions remain the largest employers. In other words, the majority (63.3%) are employees or agents of the State and workers in public institutes or companies make up 11.4%, in the background.*

Keywords*: Information Professional. Training. Professional profile. information Science. Mozambique*

Apresentação Oral

A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO EM CENTRO DE RECURSOS EM APRENDIZAGENS E EM INVESTIGAÇÃO E A FORMAÇÃO

doi: 10.47930/1980-685X.2022.1608

SOUZA, Maria Aparecida Rodrigues de Souza[1] – maria.souza@ifg.edu.br
Instituto Federal de Goiás, Câmpus Inhumas
Rua Porto Alegre Qd 6 Lt 8 A Setor Vale das Goiabeiras
75.400-000 – Inhumas – Goiás – Brasil

Resumo: *O artigo aborda a visão de bibliotecários de universidades sobre sua atuação profissional em Centros de Recursos em Aprendizagens e em Investigação no contexto da sociedade da informação e do conhecimento. O objetivo da pesquisa foi interpretar as percepções dos bibliotecários a partir das experiências vividas durante a implementação dos centros e o impacto na formação desses profissionais para atuar na alfabetização informacional e digital de usuários de bibliotecas universitárias nesse contexto. A metodologia adotada na pesquisa de abordagem qualitativa foi a interpretativa. Para coleta dos dados utilizou-se por instrumento a entrevista com perguntas estruturadas. Foram analisados os dados a partir dos relatos de experiências dos participantes que atuavam em Centro de Recursos em Aprendizagens e em investigação de universidades no Brasil e na Espanha. Os resultados do estudo, constituídos durante o processo de análise dos dados, foram discutimos e exploradas as categorias convencimento do plano, política institucional e estrutura organizacional e seus impactos na atuação profissional. Baseando-nos na revolução tecnológica que tem alterado o modo de buscar e recuperar informação e construir conhecimento no contexto das sociedades da informação e do conhecimento, conclui-se que o profissional bibliotecário se viu obrigado a inserir em sua atuação, por meio de trabalho colaborativo, a formação de usuários para o desenvolvimento de alfabetização informacional e digital, além de buscar formação continuada.*

Palavras-chave: *Bibliotecário. Formação profissional. Biblioteca universitária. Tecnologia digitais da informação e do conhecimento. Alfabetização informacional e digital.*

[1] Doutora em Educação pela Universidade de Santiago de Compostela, Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Graduação em Biblioteconomia.

1 INTRODUÇÃO

Apresentamos neste artigo a releitura do relatório de pesquisa de campo acerca do trabalho do profissional bibliotecário no processo de integração do pedagógico e o técnico para adequar à realidade dos Centros de Recursos em Aprendizagens e em Investigação (CRAI), ou seja, bibliotecas integradas ao serviço de informática.

O plano de implementação da alfabetização informacional e digital em universidades, com o avanço das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), pressupôs a integração dos serviços da biblioteca com os de informática. Esse plano convergiu para o trabalho colaborativo e inserção no papel do bibliotecário, além do técnico, o pedagógico. Foi uma mudança que não atingiu por igual a todas as instituições de ensino superior.

Partindo desse pressuposto, buscamos resposta para a questão: Qual(is) seria(m) o impacto da promoção de alfabetização informacional e digital em universidades na atuação do bibliotecário na visão desses? A resposta à questão atenderia ao objetivo de compreender o impacto da implementação do plano na atuação profissional do bibliotecário em CRAI sob pressões e incertezas para integração de função, estrutura hierárquica, capacitação para o exercício da função.

No estudo realizado por Uribe Tirado e Pinto (2015) há destaque CRAI em alguns grandes centros universitários ibero-americanas. Para compreendermos, nesse cenário, a atuação do profissional bibliotecário para a promoção da alfabetização informacional e digital de usuários, realizamos um estudo em CRAI no Brasil e na Espanha.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa que realizamos foi classificado como naturalística por originar de dados colhidos do meio social (textos, documentos, entrevistas, gravações e imagens) e interpretada objetivando descrever e entender a realidade a partir dos dados. Esse tipo de abordagem metodológica possibilitou considerar os significados subjetivos e a compreensão do contexto em que ocorreu esse fenômeno. Para tanto, adotamos por procedimentos a revisão de literatura e a pesquisa de campo por meio de entrevista.

Ancorada no marco teórico e fundamentada em uma perspectiva centrada no entendimento do significado da atuação do profissional bibliotecário, sendo uma pesquisa de natureza qualitativa, o estudo partiu do marco teórico que desencadeou o problema e, por conseguinte, a imersão no campo. A partir daí, foi definida a amostra do estudo e de acesso a ela, coleta e análise de dados e, por fim, a interpretação de resultados (HERNÁNDEZ SAMPIERI, FERNÁNDEZ COLLADO, BAPTISTA LUCIO, 2013). A abordagem qualitativa-

interpretativa, pensada por um conjunto de práticas interpretativas que torna uma série de representações na forma de observações, gravações, documentos, foi a mais adequada para entender o fenômeno em função dos significados que as pessoas (participante e pesquisador) dão a ele.

Ao adotar o desenho da teoria fundamentada, analisamos o contexto de acordo com os dados observados e baseados no processo indutivo (explorar e descrever, e depois gerar perspectivas teóricas).

Os procedimentos para coleta e interpretação dos dados foram em formato espiral: realização da primeira entrevista e análise dos dados obtidos dessa e algumas conclusões; posteriormente, outra entrevista, análise das novas informações e revisão dos resultados e conclusões; e assim, sucessivamente, até concluir a fase das entrevistas e entender o contexto e as inter-relações entre uma entrevista e outra e chegar a uma teoria geral. A teoria captada é a essência do planejamento em uma pesquisa de abordagem qualitativa-interpretativa (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ SAMPIERI, FERNÁNDEZ COLLADO, BAPTISTA LUCIO, 2013).

Durante o levantamento e análise de dados (entrevista, pesquisa bibliográfica) observamos as estratégias de validez que pode ser medida pelo

> […] grau em que as explicações dos fenômenos determinam as realidades do mundo. [...] Utilizamos termos gerais e reconhecidos, ou seja, validade, subjetividade disciplinada e extensão das descobertas como os critérios mais frequentes para a pesquisa qualitativa. (MICMILLAN, SCHUMACHER, 2005, p. 414, tradução nossa).

Segundo McMillan e Schumacher (2005) as estratégias de validez são apropriadas a manutenção de quantidade mínima de interferência e subjetividade disciplinada aumentando a qualidade dos dados. Mantivemos essa rigidez na análise dos documentos e opiniões dos entrevistados buscando identificar os casos negativos, por exemplo, a opinião de um que contradiz o patrão inicial de significados: a implementação do CRAI pela instituição sem a consulta ao bibliotecário para integração dos serviços da biblioteca ao de informática para executar a papel de mediador/formador. Os dados discrepantes, que apresentam variante ao padrão inicial, estão apresentados nos resultados e discussões.

Durante a coleta e interpretação dos dados obedecemos aos critérios de avaliação pela credibilidade, confirmação, valoração e transferência. Para assegurar esses critérios, Hernández Sampieri, Fernández Collado e Baptista Lucio (2013) sugerem descrever os

resultados por meio de fragmentos de textos, uso de fontes diversas, triangulação dos dados, análise em similaridade com outros estudos, apresentando sequência com possibilidade de replicação. Procuramos atender a esses critérios desde a revisão da literatura até a apresentação dos resultados e discussões.

Para tanto, entrevistamos, bibliotecárias - não fizemos opção pelo gênero feminino, mas coincidentemente, nas universidades onde realizamos a pesquisa atuavam somente mulheres – em CRAI com expertise em alfabetização informacional e digital. Convidamos para participar da pesquisa três bibliotecárias, sendo duas que atuavam em universidades na Espanha - Universidade de Barcelona e Universidade de Sevilla – e uma no Brasil - Universidade de São Paulo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO: ALFABETIZAÇÃO INFORMACIONAL E DIGITAL DE USUÁRIOS E A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO

Os bibliotecários e bibliotecárias, para o processo de busca e recuperação de informação pelo usuário, têm o papel de desenvolver “métodos e estratégias visando à capacitação para a utilização da informação [...]”. (CAVALCANTE, 2006, p. 58). Os métodos e estratégias a serem adotados dependem das condições e políticas educacionais de cada instituição. Essas políticas convergência ou divergência a partir da organização do sistema educacional por meio de sua autonomia administrativa e da atuação do profissional bibliotecário ante ao contexto de implementação dos CRAI ou biblioteca integrada com fim na alfabetização informacional e digital.

> [...] Embora não tendo responsabilidade semelhante à do professor no que diz respeito à aprendizagem, os bibliotecários [pressupondo a existência desse profissional] acabam ensinando diversas habilidades de forma não regular e sistematizada como na sala de aula, mas causalmente, quando os alunos vão à biblioteca para realizar suas pesquisas. Portanto, contribuem para aumentar as capacidades de pesquisa dos alunos, preparando-os para realizar trabalhos similares futuramente, já que essas habilidades constituem um metaconhecimento, ou seja, um conhecimento que possibilita a aquisição de novos conhecimentos. (CAMPELLO, 2009, p. 29)

Dessa maneira, a alfabetização informacional e digital a ser recebida na biblioteca, fazendo interface com a sala de aula, implica na atuação profissional do bibliotecário. Uma ação desta natureza envolvendo planejamento sistêmico e coletivo, investimento tecnológico e qualificação profissional.

Na mobilização de “conhecimentos específicos da profissão, os bibliotecários poderão ajudar as pessoas a aprender com a biblioteca e com as informações” (CAMPELLO, 2009, p. 29). A

natureza do trabalho desenvolvido pelos bibliotecários e pelas bibliotecárias em classificar, indexar e alimentar bases de dados utilizando as tecnologias digitais de informação e comunicação favorece para que seja medidor de usuários(as) de informação, cabendo, também ao bibliotecário e à bibliotecária, o papel de formação em alfabetização informacional e digital.

As características socioculturais da sociedade atual e as previsões de mudança tecnológicas do acesso à informação, faz com que as instituições pensem em preparar os acadêmicos "[...] para aproveitar os instrumentos que a sociedade atual lhes oferece para obter informações, desenvolvendo também sua capacidade de seleção e organização [...]" (BENITO MORALES, 2000, p. 20, tradução nossa). O desenvolvimento de competência informacional e digital em usuários em universidades perpassa pela atuação do(a) bibliotecário(a), por ser a biblioteca lugar de contato com a pesquisa e socialização do conhecimento científico. Com o avanço tecnológico um número cada maior de informação chega para o usuário por diversas TDIC inserindo na atuação dos bibliotecários e bibliotecárias a integração do pedagógico.

4 IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO DE CRAI NA ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os grandes centros universitários, constituídos por maior número de alunos e de cursos ofertados, como é o caso da Universidade de São Paulo, Universidade de Sevilla e Universidade de Barcelona, aderiram a implantação de CRAI na instituição. As experiências desenvolvidas nessas três universidades no processo de implantação da integração dos serviços da biblioteca com os serviços informáticos convergem na atuação pedagógica e técnica do bibliotecário e da bibliotecária. O impacto do CRAI atinge questões técnicas, pedagógicas e até perca de espaço de atuação por esses profissionais.

A integração do pedagógico na mediação do(a) bibliotecário(a) e dos seus recursos informacionais e informáticos, a biblioteca pode proporcionar momentos de ensino e aprendizagem (DUDZIAK, 2002) e de trabalho colaborativo.

O processo de educar o(a) acadêmico(a) para a informação requer formação continuada aos(às) bibliotecários(as) para saber usar e desenvolver estratégia didática com recursos educacionais abertos, trabalhar colaborativamente, promover capacitação de usuários para uso e apropriação da informação ao conhecimento.

Das análises realizadas compreendemos que o avanço das tecnologias digitais proveu transformações no acesso à informação que influenciaram os serviços oferecidos por CRAI e o papel dos bibliotecários e bibliotecárias impactando na atuação profissional.

Nas sociedades da informação e do conhecimento, na percepção das bibliotecárias entrevistadas, há duas nomenclaturas para biblioteca: CRAI com uma estrutura física única incorporando os serviços da biblioteca e da informática; e a biblioteca integrada a sala de aula e aos serviços de informática. Nos itens seguintes analisaremos como ocorreu o trabalho do bibliotecário para implementação do sistema e seus impactos na atuação.

4.1 Processo de implantação do CRAI e a formação profissional

A institucionalização de uma prática, muitas vezes, exige que as organizações modifiquem suas estruturas organizacionais do trabalho em função das políticas institucionais. No entanto, para qualquer inovação nos diferentes aspectos da organização pode precisar de modificações estruturais a fim de assegurar o poder de permanência (KEZAR, 2007). O plano de implantação de um CRAI perpassa por uma institucionalização alterando processos e a cultura do trabalho desenvolvido em biblioteca universitárias por colocar em prática um programa ou conjunto de atividades e estruturas que antes configurava de maneira individualizada.

Compreender e analisar o processo de institucionalização de uma política, programa, gestão ou ação contribui para a identificação dos fatores que influenciam sua implementação e seu fluxo de procedimentos desejados. Assim, partindo da perspectiva do processo de institucionalização de um CRAI, é importante compreender e conhecer o objeto específico da pesquisa, no caso o trabalho do bibliotecário e da bibliotecária, no contexto de formação de usuários em alfabetização informacional e digital.

Em algumas instituições de ensino superior a “inclusão da nomenclatura CRAI, na realidade não se fixou. O que alterou, de maneira gradual, foi à introdução de serviço que tinha a ver com a melhor adaptação as novas necessidades dos usuários” (Bibliotecária 1, 2017, tradução nossa). Onde permaneceu com o nome biblioteca a integração dos serviços informacionais interligado ao da informática ocorreu sem mudança na estrutura organizacional.

No contexto universitário que o sistema CRAI foi introduzido, em forma e conteúdo, seu deu “por decisão do Reitor que a Biblioteca se transformasse em CRAI [...]. Unificaram-se os

serviços de apoio à docência, à pesquisa, à melhoria da inovação docente, os serviços linguísticos e as publicações do CRAI" (Bibliotecária 2, 2017, tradução nossa). A decisão de mudança foi verticalizada.

O CRAI surge da ideia de integração de dois serviços:

> Um deles é da biblioteca e o outro é de serviço de informática e comunicação. Então, ambos serviços se integram aqui nesse mesmo edifício com a ideia de que haja interação de todos serviços que se prestam, os já ofertados e também a prestação de novos serviços (Bibliotecária 2, 2017, tradução nossa).

Na tentativa de adaptação das bibliotecas de universidades às novas necessidades dos usuários implicou na integração dos serviços oferecidos pelas bibliotecas com os da informática e comunicação. Para a realidade de Sevilha e Barcelona, o CRAI representou a reestruturação dos espaços físicos. A Universidade de São Paulo buscou integrar os serviços de orientação à pesquisa no currículo. Em ambos os casos houve um impacto no trabalho dos(as) bibliotecários(as).

O processo de implantação do CRAI flexibilizou o trabalho do bibliotecário de forma velada para atender um número maior de usuário, mesmo com o quadro reduzido de profissionais. Os atendimentos passaram a ser personalizados com serviços pontuais de formação padronizado pela gestão. O bibliotecário e a bibliotecária, mesmo sem ter formação em pedagogia, buscou atuar na oferta de curso de formação em alfabetização informacional e digital aos usuários. A comunidade acadêmica ganha com as mudanças e o bibliotecário e a bibliotecária acumula funções.

O plano de redimensionamento dos serviços oferecidos pelas bibliotecas abriu espaço para o desenvolvimento de um trabalho colaborativo entre bibliotecário(a), docente e o profissional da informática para disponibilização da informação aos(às) usuários(as) e sua formação. A constituição do CRAI teve por natureza o desenvolvimento de um trabalho colaborativo e interdisciplinar.

O convencimento para a implementação do sistema CRAI pela direção, tanto na Espanha quanto no Brasil, tem ocorrido de maneira desigual e de modo diferenciado. No Brasil, a implantação ocorreu por meio de análise das vantagens e desvantagens do sistema. "*Optou-se por adequar as estruturas básicas desta faculdade às características do modelo europeu*" (Bibliotecária 3, 2017). A afirmação da bibliotecária nos leva a compreender que a direção da instituição optou pelo modelo CRAI apresentado por Pinto Molina, Osorio e Sales (2008). Esse sistema interferiu nas políticas macro da instituição por demandar mudança no formato

estrutural das bibliotecas e interfere no currículo dos cursos. Esse modelo é o mesmo utilizado em Sevilla e Barcelona.

O plano de concentrar as bibliotecas se efetivou da seguinte maneira:

> [...] considerou ser uma boa ideia e, então, se efetivou. Então, convidaram as distintas faculdades do entorno para tentar concentrar as bibliotecas [...]. Antigamente, cada faculdade tinha sua própria biblioteca, então quatro das faculdades, [...] aceitaram a integrar suas bibliotecas no mesmo edifício. […] (Bibliotecária 2, 2017, tradução nossa).

No processo de implementação do centro não houve consenso das bibliotecas universitárias quanto à implementação do CRAI. A biblioteca de uma das faculdades optou por manter sua estrutura. O sistema CRAI não foi aderido por um todo. O desconhecimento da organicidade para se tornar um CRAI impediu a adesão ao sistema.

> Em princípio não era conhecido, mas na verdade, deu tudo muito bem, sem nenhum problema a equipe da biblioteca e a equipe de computação colaboraram desde o início sem nenhum inconveniente. Eles se integraram perfeitamente, colaboram no dia-a-dia e, na verdade, era uma coisa que de um lado e do outro não sabiam como funcionaria, mas não havia problema que tivesse nascido da integração do serviço. Tudo é feito de fato a partir da interação. Todos os serviços que anteriormente eram dados separadamente, continuam a ser oferecidos, [...] o ... relacionamento, a sinergia entre os dois serviços para criar novos produtos foi aumentada. (Bibliotecária 2, 2017, tradução nossa).

As palavras-chave contidas nas políticas de implantação de um CRAI, para as entrevistadas, são integração, colaboração, inovação. Nelas, está embutida a concepção de integração de três serviços muito importantes (biblioteca, informática e comunicação) buscando também a sinergia de criação de novos serviços dedicados fundamentalmente a acadêmicos(as) e ao(à) docente. O aumento de trabalho ocorre de forma velada.

O CRAI de Barcelona optou por uma organização isonômica. “[...] Foi por igual em toda a universidade, adaptando o modelo CRAI a todas às bibliotecas existentes. O CRAI se estendeu em toda Universidade*”* (Bibliotecária 1, 2017, tradução nossa).

A organização de um CRAI envolve mais recursos financeiros para ser investido em estrutura física (prédios e equipamentos), bem como na preparação da equipe para desenvolvimento de um trabalho colaborativo e contínuo.

A aceitação na mudança do formato de trabalho pela equipe não foi por igual. A opinião das bibliotecárias diverge quanto à aceitação do novo sistema. A princípio, os profissionais aceitaram. Passaram a gostar da nova forma de trabalho aos poucos, embora tivessem resistência na sua introdução. O dissenso no aceite do sistema está em: “Gostam, elogiam e

tem interesse, mas limitam-se a observação, com discreta resistência a inovação*”* (Bibliotecária 3, 2017).

Diríamos que,

> [...] A resistência, por um lado... vamos ver... antes havia ehh... quatro bibliotecas independentes, ou seja, cada uma delas, todas dentro da Biblioteca da Universidade, mas em princípio independentes. Então houve, talvez, medo de perder um grau de independência na gestão de bibliotecas. E por parte da equipe, é verdade que havia alguma incerteza sobre a preservação dos empregos, como foi dito, né, isto é, se vamos nos unir, vamos perder empregos. Realmente não houve nenhum tipo de demissão, nem ninguém que, por causa da unificação das bibliotecas, ninguém perdeu o emprego. É verdade que alguns lugares saíram daqui, mas essas pessoas foram transferidas para outras partes da biblioteca. Ou seja, não houve consequência. Mas, sim, havia esse medo inicialmente, sim, havia (Bibliotecária 2, 2017, tradução nossa).

A preocupação com o desemprego é latente. No processo de implantação do CRAI ocorreu o enxugamento dos setores e demissão, característica de uma superestrutura. A mão do Estado agindo (KASER, 2007). Apesar do dissenso, houve consenso entre as entrevistadas no que diz respeito ao trabalho colaborativo. A ideologia do trabalho integrado traz um novo paradigma para o papel da biblioteca e do(a) bibliotecário(a). A inserção do trabalho colaborativo integrado a pedagogia aplicada durante a formação de usuários no processo de busca, uso e apropriação da informação ao conhecimento.

4.2 Formação do(a) bibliotecário(a) no limiar da integração da biblioteca à informática

A integração dos serviços da biblioteca com o da informática implica em colaboração de ambas as partes com fim no ensino. O trabalho colaborativo entre bibliotecários(as) e técnico em informática configurar-se-á, no nível de currículo, uma integração das atividades técnicas e pedagógicas, por meio de amplo programa de alfabetização informacional e digital que atinja o objetivo de uso e apropriação da informação ao conhecimento.

A estrutura organizacional de integração dos serviços de informação aos informáticos do sistema CRAI impulsionou a um novo paradigma de atuação dos(as) profissionais desses ambientes. Para entender como a direção implementou o sistema analisamos as categorias: tomada de decisão, investimentos e centralização dos serviços.

Nas sociedades da informação e do conhecimento o novo é sinônimo de desconhecimento do resultado. As instituições que aderiram ao CRAI, por decisão da Reitoria ou por iniciativa da direção da faculdade, para implementação do sistema analisaram as “vantagens e desvantagens do sistema” (Bibliotecária 3, 2017) com base em modelos já existentes para

adaptação à realidade. Em alguns casos, houve diminuição de campo de trabalho e fechamento de bibliotecas.

> Antes havia quatro bibliotecas independentes, ou seja, cada uma delas, todas dentro da biblioteca universitária, porém em princípio independentes. Porém havia certo medo em perder o grau de independência na gestão das bibliotecas. […] E por parte do pessoal, por certo havia certa incerteza pela conservação do posto de trabalho (Bibliotecária 2, tradução nossa).

Algumas funções deixaram de existir, "porém estas pessoas foram recolocadas em outras partes da biblioteca" (Bibliotecária 2, tradução nossa). Com a centralização dos serviços o investimento maior seria na estrutura física e recursos informacionais e tecnológicos. Isso causou incerteza nas pessoas se haveria campo de trabalho para todos os profissionais que já atuavam nas bibliotecas.

O CRAI passou a atender um "número maior de docentes" e de "cursos" (Bibliotecária 1, 2017, tradução nossa). Anualmente é elaborado relatório de memória com *ranking* dos serviços mais utilizados, representado por meio de "gráficos, explicação sobre todo o orçamento" (Bibliotecária 2, 2017, tradução nossa). Os relatórios são instrumento de prestação de contas à sociedade. Um CRAI é

> [...] muito mais que uma biblioteca grande [...]. Uma biblioteca normal pode haver quatro, cinco e seis técnicos. Aqui há 20 profissionais, então há uma diferença notável desde já, porém nesse centro onde há um responsável de biblioteca, é responsável somente pela biblioteca, há outra pessoa, no centro, que é o administrador ou administradora (Bibliotecária 2, 2017, tradução nossa).

A forma de gerir uma biblioteca integrada a informática traz por consequência o investimento mais em tecnologias e ao ambiente por conta da centralização e adequação dos serviços à realidade das sociedades da informação e do conhecimento. Há uma convergência para a melhoria dos espaços, instalações e equipamentos. Em meio as melhorias ocorrem as contradições no que se refere a recolocação do profissional em outras funções devido extinção de setores e sobrecarga a quem está em cargo de gestão. Esse contexto de mudança apresenta a necessidade de formação pedagógica e técnica a bibliotecário(a) para o novo papel a ser exercício com a presença de tecnologias digitais de informação e comunicação.

A formação de quem atua em biblioteca integrada é algo a ser considerado diante da incerteza do vir a ser. Na Espanha, as instituições que aderiram ao sistema CRAI, garantiam "*capacitação àqueles que precisam ser atualizados no tema*" (Bibliotecária 2, 2017, tradução nossa). É imprescindível formação continuada aos profissionais que atuam em bibliotecas integradas para atender as necessidades dos usuários como, por exemplo:

> […] como pode utilizar este livro como pode baixar, entram temas que tem a ver com direitos do autor, com licenças, coisas que são muitas especializadas, então cabe ao pessoal que está dedicada ao público, necessita muito reforço […] (Bibliotecária 2, 2017, tradução nossa).

> Os bibliotecários recebem um plano de treinamento anual, planejado em relação às necessidades especiais que surgem a cada ano no CRAI. A instituição trabalha para melhorar as habilidades de treinamento, comunicação, tecnologia e trabalho em equipe, entre outros. (Bibliotecária 1, 2017, tradução nossa).

No Brasil, os bibliotecários,

> [...] participaram inclusive na nova proposta [CRAI] pois, implica na mudança de paradigma de que a biblioteca não se limita apenas a cuidar do acervo mas trabalhar agora com a proposta de orientar usuários a pesquisas de projetos inexistentes, ou seja, sugerindo pesquisas inovadoras a partir da geração de descritores 'não existentes' buscando fundamentos nos mineradores de dados e de textos. (Bibliotecária 3, 2017).

A mediação da informação seria o papel do(a) bibliotecário(a) num contexto de mudança de paradigma, propondo formação de acordo com a necessidade do(a) usuário(a). Para tanto, é função do(a) gestor(a) de um CRAI

> [...] proporcionar momentos de formação da equipe de trabalho para que sejam capazes de desenvolver ações de orientação e formação de usuários(as) para a busca, recuperação e uso da informação bem como para operacionalizar os recursos de informática e TDIC (Bibliotecária 2, 2017, tradução nossa).

A estrutura de um CRAI propõe que ele seja dinâmico no processo de preparação de sua equipe. Os cursos oferecidos pela universidade aos(às) servidores(as) confirma o impacto das TDIC na atuação do bibliotecário tanto na necessidade de formação continuada quanto a possibilidade de desemprego.

Com centralização dos serviços das várias bibliotecas em um único local, houve economia de mão de obra. Isso trouxe desemprego. Esse efeito é reflexo de um Estado que não representa o interesse geral, mas assegura e conserva a dominação e exploração de classe para conservação da propriedade para a classe dominante (LIMA, 2013). Dentro da centralização política, ocorre a organização dos trabalhadores em classe e com concorrência entre eles.

> Toda a equipe foi transferida diretamente para o CRAI, o que também ocorreu com isso, essa questão deve ser levada em conta, que alguns lugares devem ser eliminados. [...] Porque trabalhando juntos, também se entende que há uma economia de pessoal". Embora a rotina de trabalho tinha um fluxo maior no "dia a dia do CRAI é suposto muita força para dar conta. Os profissionais que estamos aqui, foi reduzido. [...] uma das coisas que também disse do CRAI que quando trabalham juntos técnico em informática e bibliotecários, há, obviamente, serviços que talvez, você tem que dispensar alguma pessoa, e aqui o pessoal da biblioteca foram dispensados (Bibliotecária 2, 2017, tradução nossa).

Para efetivação de um CRAI é preciso a colaboração do pessoal da biblioteca e do pessoal da informática. O resultado dessa integração seria o aumento da "oferta de serviço" e a "sinergia entre os dois serviços pra criar novos produtos" (Bibliotecária 1, 2017, tradução nossa). Cada vez mais as bibliotecas universitárias necessitam de apoio informático. Elas têm investido em recursos eletrônicos, equipamentos para visualizar informação e acessar a rede de computadores.

O estudo da temática formação do(a) bibliotecário(a) para atuar em um ambiente que integre a educação para a informação em conjunto com a informática apresenta por resultado a intensificação de formação continuada na temática pedagogia aplicada a formação de usuários para uso e apropriação de informação ao conhecimento com a presença de tecnologias digitais de informação e comunicação e o trabalho colaborativo. Diante disso, o papel de um bibliotecário que atua em um CRAI no cenário de mudança estrutural e conceitual é fundamental entender os impactos da centralização do trabalho.

Para a mudança ocorrer no ambiente da biblioteca a direção depende do comprometimento do trabalhador com a "troca e disposto a mudar" (Bibliotecária 2, 2017, tradução nossa). É uma mudança de duas vias com sentido duplo e contraditórios: diminuir a brecha digital e contenção de despesas. A atitude da biblioteca integrada foi dar maior visibilidade aos serviços oferecidos de forma planejada e com o apoio de outras áreas do conhecimento.

O profissional que administra um CRAI implica em acúmulo de função e precarização do trabalho, pois

> [...] faz o trabalho de duas pessoas porque tem toda a parte de coordenação de biblioteca, porém atua como administradora do centro. […] A administração não somente consiste em toda gestão orgânica do dinheiro […] que leva a gestão, depois toda a questão de gestão do pessoal, como tudo o que ele supõe […], isso não é uma parte pequena do trabalho […], porque no centro há muitas pessoas, ocorrem muitas coisas (Bibliotecária 2, 2017).

O(A) bibliotecário(a) de um CRAI tem a possibilidade de desenvolver vários papéis estando no cargo de gerência: administração financeira e de recursos humanos e tecnológicos, restando pouco ou nenhum tempo para dedicar-se ao serviço de referência. Aliás, o bibliotecário recebe pouca demanda para esse serviço.

O que definiu a forma de organização do sistema foram as políticas institucionais. A autonomia administrativa da universidade possibilitou da tomada de decisão para qual forma melhor adequaria a realidade, se gradual, parcial, total ou nenhuma das possibilidades. Nas

universidades onde a organização do CRAI prosperou, no início houve insegurança diante da necessidade de desenvolver um trabalho colaborativo e transversal. Desse processo de organização do sistema há impacto na aceitação pelos profissionais que convergiram em resistência a inovação, insegurança devido a possibilidade de fechamento de setores com o acúmulo de funções, concentração de serviços, transversalidade e colaboração. Os profissionais foram aceitando aos poucos a nova cultura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aceitação do profissional referente a mudança de cenário, adaptação à nova realidade dos serviços e forma de trabalho no contexto da biblioteca integrada não foi de forma passiva. Houve resistência devido ao desconhecimento do que poderia ocorrer: desemprego, dependência de outros profissionais, conhecimento e reconhecimento do serviço realizado pelo outro, implementação de uma gestão macro, aumento de responsabilidade com a transversalidade. Isso tudo, causaria colaboração entre áreas do conhecimento e promoveria a visibilidade profissional.

No que se refere ao trabalho desenvolvido em um CRAI, esse não precisa ser instituído da mesma forma para que ocorra a formação científica dentro das bibliotecas das instituições de ensino superior. O que necessita é a Instituição proporcionar condições físicas, tecnológicas e humanas nos ambientes das bibliotecas, formação continuada, planejamento estratégico, representatividade dos(as) bibliotecários(as) nas instâncias pedagógicas para garantir a formação científica e reduzir as desigualdades de acesso e apropriação da informação ao conhecimento.

Agradecimentos

Meus agradecimentos às professoras Dra. Beatriz Cebreiro Lopez e Dra. Renata Luiza da Costa pelas orientações durante a pesquisa e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás pelo apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

BENITO MORALES, F. Nuevas necesidades, nuevas habilidades, fundamentos de la alfabetización en información. *In*: GOMÉZ HERNÁNDEZ, J. A. *et al*. (Orgs.). **Estrategias y modelos para enseñar a usar información**. 2000. Disponível em: http://eprints.rclis.org/6717/2/EMPEUIcap1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

CAMPELLO, B. S. **Letramento informacional**: função educativa do bibliotecário na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CAVALCANTE, L. E. Políticas de formação para a competência informacional: O papel das universidades. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 2, n. 2, p. 47-62, 2006. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/17/5. Acesso em: 15 jan. 2022.

DUDZIAK, E. A. **Information literacy education**: integração pedagógica entre bibliotecários e docentes visando a competência em informação e o aprendizado ao longo da vida. 2002. Disponível em: http://repositorio.febab.libertar.org/temp/snbu/SNBU2002_047.pdf . Acesso em: 10 jan. 2022.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, M. P. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

KEZAR, A. Tools for a time and place: Phased leadership strategies to institutionalize a diversity agenda. **Review of Higher Education:** Journal of the Association for the Study of Higher Education, *v. 30, n.* 4, p. 413–439, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1353/rhe.2007.0025. Acesso em 06 fev. 2022.

LIMA, D. C. B. P. **Políticas públicas de EaD no ensino superior**: uma análise a partir das capacidades do Estado. 2013. 285 p. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) - Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MCMILLAN, J.H.; SCHUMACHER, S. **Investigación educativa**. 5. ed. Madrid: Pearson. 2005.

PINTO, M.; SALES, D.; OSÓRIO, P. **Biblioteca universitária, CRAI y alfabetización informacional**. Gijón: Trea, 2008.

URIBE TIRADO, A. U.; Pinto, M. Reconocimiento y posibilidades de La alfabetización informacional em políticas de educación, universitarias y de TIC con influencia en Iberoamérica. *In:* BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G.; VALENTIM, M. L. P. **Redes de conhecimento e competência em informação**: Interfaces da gestão, mediação e uso da informação. Salvador: Interciência, 2015. p. 37-58.

THE WORK OF THE LIBRARIAN IN A RESOURCE CENTER IN LEARNING AND IN RESEARCH AND TRAINING

Abstract: *The article addresses the view of university librarians about their professional performance in Learning and Research Resource Centers in the context of the information and knowledge society. The objective of the research was to interpret the perceptions of librarians from the experiences lived during the implementation of the centers and the impact on the training of these professionals to work in the informational and digital literacy of university library users in this context. The methodology adopted in the qualitative approach research was the interpretative one. For data collection, an interview with structured questions was used as an instrument. Data were analyzed based on the experience reports of participants who worked in a Learning Resource Center and in research at universities in Brazil and Spain. The results of the study, constituted during the data analysis process, were discussed and explored the categories convincing the plan, institutional policy and organizational structure and their impacts on professional performance. Based on the technological revolution that has changed the way of searching and retrieving information and building knowledge in the context of information and knowledge societies, it is concluded that the librarian professional was forced to insert in his performance, through collaborative work, the training of users for the development of informational and digital literacy, in addition to seeking continuous training.*

Keywords*: Librarian. Professional qualification. University library. Digital technologies of information and knowledge. Informational and digital literacy.*